

O Conjunto Habitacional das “Torres Vermelhas” da Pasteleira

Ana Rita dos Santos Pimenta

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO APRESENTADA

**À FACULDADE DE ARQUITECTURA DA UNIVERSIDADE DO PORTO EM
ARQUITECTURA**

Prova de Dissertação de Mestrado orientada pelo Professor Doutor
Rui Jorge Garcia Ramos

Agradecimentos

Ao Professor Rui Ramos, pelo acompanhamento e disponibilidade na orientação desta prova.

Aos meus pais, pelo incentivo e pela dedicação com que acompanharam a realização deste curso.

Ao Tiago, pelo apoio e pela ajuda nas inúmeras dificuldades informáticas.

À Paula, pelos conselhos e pela indispensável ajuda na revisão dos textos.

Ao Alexandre, pela ajuda nas traduções.

Aos meus colegas e amigos que me acompanharam neste percurso e com quem partilhei muitas horas de trabalho e diversão.

Ao IGFSS e aos seus funcionários, pela disponibilidade na cedência de desenhos e documentação escrita.

Resumo

O estudo que se propõe é dedicado à habitação colectiva, tendo como objecto principal os bairros de habitação económica na segunda metade do séc. XX na cidade do Porto. A análise e interpretação das características, circunstâncias e influências da época na qual se insere o objecto em estudo são os principais objectivos deste trabalho.

O seu desenvolvimento tem como objecto-base o Conjunto das “Torres Vermelhas” do bairro da Pasteleira no Porto, projectado no ano de 1966 e cuja construção se terá iniciado em 1972.

A escolha do objecto prende-se com a diversidade e complexidade de temas que com ele surgem. A integração num plano urbanístico parcelar e com várias intervenções simultâneas e a necessidade de se relacionar com as diversas realidades envolventes, caracterizadas por tempos e características socioeconómicas antagónicas, sem nunca esquecer os programas sob as quais foi possível a sua construção, estabelecendo uma justa comparação com casos mais recorrentes da produção moderna na arquitectura da cidade do Porto.

Também o aspecto formal da composição é importante na medida em que lançou uma nova perspectiva sobre as tipologias usadas na habitação económica, atitude característica dos valores modernos emergentes no século XX, em especial na década de 60, quando já se assistia a uma reinterpretação, decorrente da crítica às realizações modernas anteriores.

O carácter particular desta intervenção, especialmente quando comparada com outras intervenções contemporâneas e mais estudadas, evidencia o “laboratório de experiências” que a produção moderna constituiu nos “novos” bairros da cidade, e consequentemente nas novas formas para a cidade, tendo em consideração a sua simultaneidade com outras realizações em Portugal.

A referência e contextualização do aparecimento dos bairros de habitação económica no Porto, permitirá revisitar os modelos utilizados e compreender a necessidade de uma nova perspectiva e uma nova abordagem por parte dos arquitectos da “nova geração”.

Abstract

The study presented herein, focuses on public housing and the social 'projects' and developments in the city of Porto, in the second half of the twentieth century. The analysis and interpretation of the features, context and influence of the age in which this construction is set, are indeed the main objectives of this research.

The cornerstone of this study is the "Torres Vermelhas" compound in the Pasteleira neighbourhood, designed in 1966, with construction beginning in 1972.

The choosing of this compound is closely related with the diversity and complexity of themes that arise from its thorough study. Its setting, in a fractioned urban planning, amongst various on-going interventions and the concerning need to relate its construction with varying surroundings, shaped by opposing ages and socio-economic features, whilst never disregarding the purpose for which it was conceived, creating a close comparison with other recurring cases of modern architectural development in the city of Porto.

Furthermore, the formal features of the structure are also important in the sense that this relancou a new perspective on building typology for social housing, in line with the appearance of modern principles during the twentieth century, especially in the sixties, amid resistance which arose from criticisms to previous modernist endeavours.

The particular feature of this housing project, especially compared with other contemporary interventions, highlights the "experimentalism" that modernist production yielded in the development of "new" settlements in the city and accordingly, in the city's outlines, bearing in mind it was being built at the same time as other construction projects in Portugal.

Referencing and framing the emergence of low-income social housing in Porto, will provide a revisit on previously used models, and sets the foundations to better understand that "new age" architects should develop a renewed outlook and approach.

ÍNDICE

Introdução	13
Capítulo 1: A Habitação Colectiva em Portugal (1932-1974)	17
1.1 A Habitação Económica no Porto	17
1.2 A produção moderna nacional	45
Capítulo 2: As “Torres Vermelhas” da Pasteleira (1956-2013)	59
2.1. Da Cidade ao Lugar	61
2.1.1. A evolução do território	61
2.1.2. O Plano da Pasteleira	66
2.2. Do Bairro ao Conjunto Habitacional	79
2.2.1. Fases de construção	79
2.2.2. Características do Conjunto	81
2.3. Do Edifício ao Fogo	99
2.3.1. As Torres	99
2.3.2. Os Blocos	113
Considerações finais	129
Referências Bibliográficas	133
Origem das imagens	137

INTRODUÇÃO

Objecto

O Conjunto Habitacional das “Torres Vermelhas” da Pasteleira

Objectivo

O interesse pela produção Moderna na arquitectura da cidade do Porto, aliado à vontade do estudo da diversidade de soluções que a habitação colectiva pode significar, levou à escolha do caso em estudo. Na década de 60 vivia-se um momento de novas experiências arquitectónicas, defendendo uma melhor resposta às necessidades da população e uma maior liberdade formal, que marca um ponto de viragem e deixa o legado de uma “novíssima geração” de arquitectos que influenciaram profundamente a arquitectura da cidade do Porto.

A escolha deste bairro surge como ponto de partida para o estudo de uma época de experiências formais, tanto em termos de planeamento urbano como a própria formalização dos vários elementos da composição.

Este conjunto habitacional é relevante, pelo contexto em que se insere, já que se encontra no ponto de interface de vários contextos sociais, com os quais teve que estabelecer uma relação, ao mesmo tempo que é um ponto de viragem na arquitectura em Portugal.

Ao experimentar a construção em altura, integrada num conjunto voltado para si mesmo, valorizando o centro, este bairro torna-se uma experiência inovadora na habitação económica.

A composição e integração de edifícios com tensões diferentes, verticais e horizontais, no mesmo conjunto habitacional e a opção de não recorrer aos blocos dispostos em paralelo, próprios dos conjuntos habitacionais da época e decorrentes da “Carta de Atenas”, tornam este caso de estudo um objecto com características muito particulares.

Neste sentido, torna-se imperativo procurar perceber os valores da época, numa perspectiva de crítica e reinterpretação das ideias decorrentes do Congresso de 48. Da mesma forma, pretende-se estabelecer uma análise paralela com outros casos contemporâneos e

perceber de que forma se caracterizou a evolução dos bairros de habitação económica, especialmente colectiva, na cidade de Porto.

Este estudo pretende, portanto, uma análise de aproximação ao caso de estudo, desde o contexto social e económico que levou à sua construção até ao estudo do interior dos fogos, passando pela análise do lugar onde foi inserido, o Plano da Pasteleira, pela composição do próprio conjunto habitacional, assim como pelo estudo formal dos vários edifícios.

Metodologia

A metodologia utilizada para a compreensão e interpretação do caso de estudo estrutura-se em duas componentes principais.

A primeira parte diz respeito a uma contextualização da obra em estudo, tendo em conta o programa que permitiu a sua construção. Neste sentido, é feita uma contextualização com o objectivo de compreender de que forma evoluiu a habitação económica no Porto até à construção pela Federação de Caixas de Previdência.

O estudo é feito através da análise de um conjunto de obras que focam o tema, assim como visitas a obras mais significativas, recorrendo sempre que possível aos seus processos em arquivo, desenvolvendo um discurso reflectivo acerca dos vários programas e respectivas fases de construção dos bairros económicos no Porto.

Na segunda parte é desenvolvida a análise do objecto em estudo numa perspectiva de aproximação, do geral para o particular. Neste sentido, existe uma divisão em três temas fundamentais permitindo uma sectorização de várias fases determinantes para um reflexão crítica da obra: da Cidade ao Lugar, do Bairro ao Conjunto Habitacional, e o do Edifício ao Fogo.

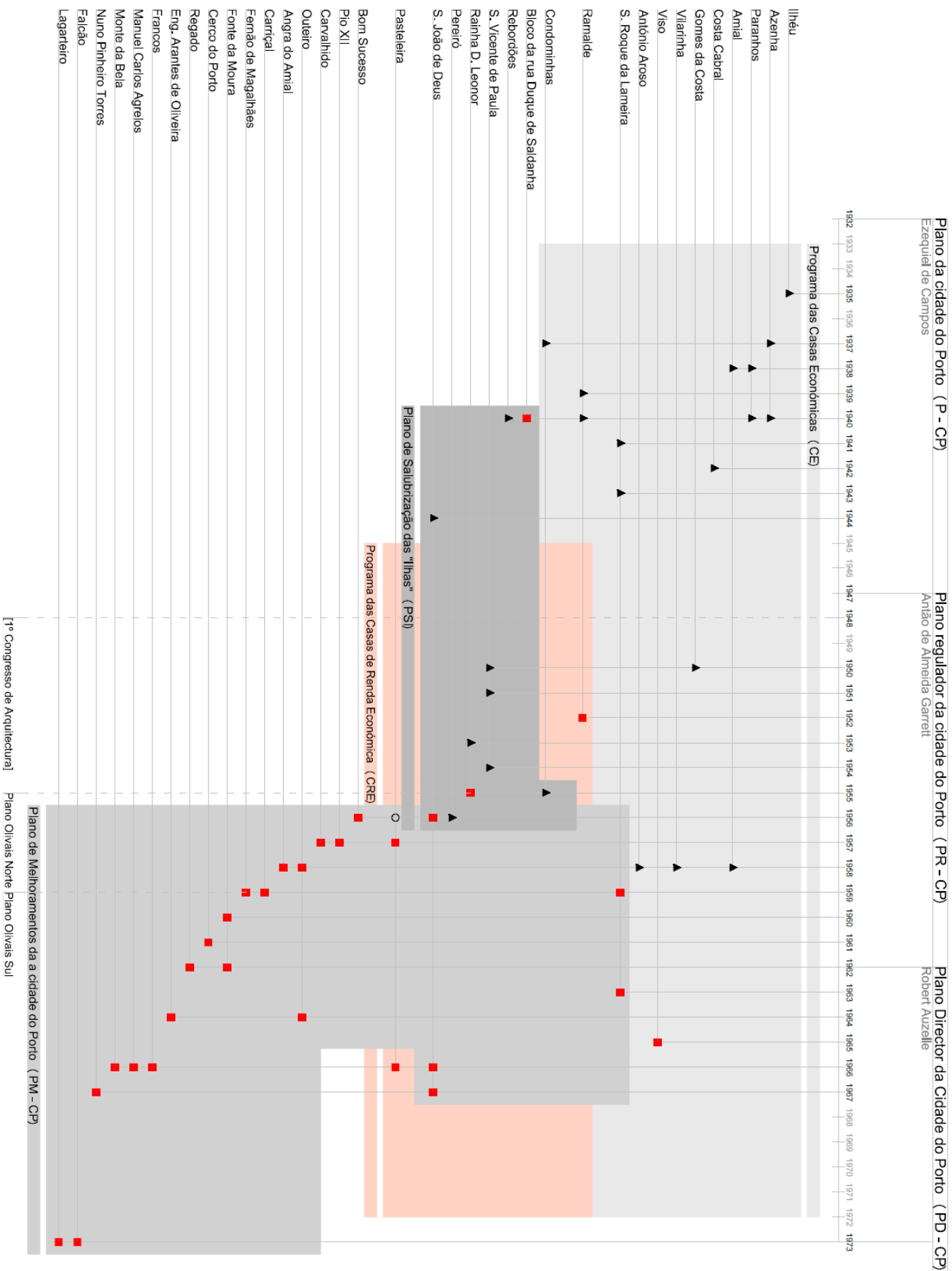
Primeiro, parte-se da análise evolutiva do território onde se insere o Plano da Pasteleira, no Porto, através da consulta e redesenho das cartas militares existentes, permitindo compreender de que forma a zona particular da, actualmente, denominada Quinta de Serralves e a malha da Foz Velha se foi alterando desde 1948.

A análise é feita tendo como base o Plano da Pasteleira que conjuga diversas intervenções parcelares, cujo estudo é feito com recurso a obras que focam o tema. Este estudo é complementado através de uma análise comparativa com outros planos de grandes conjuntos habitacionais da época, como é o caso do Plano dos

Olivais, em Lisboa.

Numa segunda parte é desenvolvido o estudo do conjunto habitacional, com particular preocupação pela configuração do conjunto e com referência às fases de construção do mesmo, tendo como base o processo em arquivo relativo ao projecto de arquitectura.

A terceira parte corresponde ao estudo numa perspectiva formal dos edifícios tendo em conta a sua configuração, em torre ou em bloco, existentes no conjunto habitacional, e permitindo uma reflexão comparativa com edifícios de outras intervenções ou edifícios com a mesma forma. Numa perspectiva de aproximação máxima ao objecto de estudo recorre-se à análise dos fogos e das formas de habitar que pressupõem.



CAPÍTULO 1

A Habitação Colectiva em Portugal (1932-1974)

Para uma melhor análise e compreensão do tema em estudo, é necessário verificar de que forma se deu o aparecimento dos programas, modelos e influências que constituíram a habitação colectiva a partir do Estado Novo até ao 25 de Abril, especialmente na cidade do Porto.

Pretende-se contextualizar no tempo e no modo de produzir arquitectura, os bairros construídos sob o financiamento da Federação de Caixas de Previdência e de que forma outras intervenções arquitectónicas foram uma referência e influenciaram a sua configuração compositiva e formal.

1.1 A Habitação Económica no Porto

A partir de 1932, sob a política do Estado Novo, a cidade do Porto sofreu a intervenção de vários Planos urbanísticos com vista a conseguir um ordenamento mais coeso das zonas habitacionais e respectivos acessos. Pretende-se com este estudo, estabelecer uma análise contínua das intervenções feitas na cidade do Porto até à construção das “Torres Vermelhas” da Pasteleira, tendo em conta os programas, órgãos de financiamento e planos urbanísticos realizados.

No desenvolvimento urbanístico da cidade do Porto a partir do Estado Novo e até ao 25 de Abril, é possível salientar três planos principais:

- Plano da Cidade do Porto (1932)
de Ezequiel de Campos;
- Plano Regulador da Cidade do Porto (1947/1952)
de Antão de Almeida Garrett;
- Plano Director da Cidade do Porto (1962)
de Robert Auzelle;

Relativamente à construção de habitações económicas como resposta à carência de habitação para a classe desfavorecida na cidade do Porto, serão abordados dois programas principais desenvolvidos pelo Estado, o programa das Casas Económicas (1933-72) e o programa das Casas de Renda Económica, cujo financiamento era maioritariamente feito pela Federação das Caixas de Previdência (1947-72).

Além das intervenções estatais, com o objectivo de diminuir a falta de habitação que se fazia sentir pela classe mais desfavorecida ao longo dos anos, foram também desenvolvidos pela Câmara Municipal do Porto dois planos:

1. Plano de Salubridade das Ilhas (1937);
2. Plano de Melhoramentos para a cidade do Porto (1956);

O estudo destas intervenções pretende contextualizar a construção do caso de estudo, o Conjunto Habitacional das “Torres Vermelhas” da Pasteleira na cidade do Porto, e estabelecer uma análise comparativa com as realizações no âmbito da habitação económica que a antecederam.

Após a 2ª Grande Guerra, Portugal, ao contrário de outros países, não sofreu uma devastação significativa devido ao regime ditatorial implementado que deixou o país à margem dos confrontos. Desta forma, Portugal, nomeadamente o Porto, não se deparou com a necessidade de reconstruir cidades inteiras, havendo, contudo, uma grande carência habitacional como consequência do crescimento demográfico nas grandes cidades, em grande parte devido à industrialização e à procura de empregos por parte dos operários fabris.

“Atendendo à evolução da população do Porto, verifica-se que é na segunda metade do século XIX que a situação habitacional da cidade se agudiza, ou seja, a partir do momento em que o desenvolvimento industrial, nomeadamente da indústria têxtil algodoeira, provoca um intenso afluxo de população à cidade, associado à expansão dos meios de transporte, quer rodoviário, quer ferroviário.”¹

Na procura de melhores condições de vida e na impossibilidade financeira de arrendar uma casa digna, as classes mais desfavorecidas viram-se obrigadas a encontrar alternativas, mesmo que estas significassem condições de saúde e higiene inapropriadas.

A configuração dos lotes portuenses, estreitos e compridos, delineou as construções que constituíram a alternativa para a classe operária – as “ilhas”. Eram aproveitados os logradouros traseiros, já que a construção se fazia à face da rua, para a construção de numerosos conjuntos de pequenas e baixas habitações dispostas lado a lado e com acesso através de uma estreita galeria de ligação à rua através da fachada burguesa.

¹ LOUREIRO DE MATOS, Fátima, Os bairros sociais no espaço urbano do Porto:1901-1956, p. 677

Podemos então afirmar, que os primeiros “bairros” de habitação para os mais pobres na cidade de Porto, se implementaram sem qualquer ordenamento urbanístico, nem qualquer preocupação com as condições que estes pequenos espaços poderiam significar por parte dos órgãos de poder, sendo que apenas mais tarde foram feitas intervenções no sentido da resolução do problema.

*“Difícilmente deixará de se concordar que a história das «política de habitação» no nosso país não começa realmente senão em 1933, ano de criação do Programa das Casas Económicas. Com efeito, até essa data, e tomando por referência o caso português, o Estado, via administração central ou através da acção da Câmara Municipal, limitara a sua participação no domínio da promoção habitacional a algumas iniciativas esparsas e inconsistentes. Os poucos resultados destas iniciativas – menos de 500 novos fogos construídos – pouco haviam feito para aligeirar o pesado legado habitacional que a industrialização e o correlativo crescimento demográfico da cidade vinham geradas desde as primeiras décadas do século XIX...”*¹

Plano da cidade do Porto (P - CP, 1932)

Em 1932, Ezequiel de Campos elabora “O Prólogo ao Plano da Cidade do Porto”, constituindo um ponto de partida para uma estratégia de intervenção na cidade onde começa a ser pensado o processo de crescimento urbano.

O documento é maioritariamente escrito, com apenas um esquema explicitando o desenvolvimento urbano do Porto, onde Ezequiel de Campos afirma que “o Plano da cidade define o programa segundo o qual a cidade deve crescer”². (fig. 1)

Esta proposta de intervenção urbanística desenvolve uma análise ambiental da cidade do Porto, assim como um estudo da sua condição “actual”, permitindo avançar com algumas intenções relativamente à estrutura urbana portuense.

O Plano de Ezequiel de Campos apontava a necessidade de ligar Leixões à rede de caminhos-de-ferro do Porto, assim como delinheava a possibilidade de construção de um conjunto de equipamentos como parques e jardins, varandas e miradouros, campos de jogos e



[Na planta de 1902 — A circunferência exterior é de 4 quilómetros de raio]

1. Esquema de expansão da Cidade do Porto, Prólogo ao Plano da Cidade do Porto, 1932

1 PEREIRA, Virgílio Borges, QUEIRÓS, João, Na modesta cidadezinha, Gênese e estruturação de um bairro de casas económicas do Porto [Amial, 1938-2010], p.11

2 CAMPOS, Ezequiel de, Prólogo ao Plano da Cidade do Porto, p.7

espaços reservados à implantação de unidade industriais.

Da mesma forma, previa a reformulação dos acessos à cidade, uma vez que apontava grandes dificuldades de tráfego nos acessos existentes.

“Do Sul, pelo tabuleiro inferior da Ponte D. Luís, logo a Ribeira com as barracas na calçada e a aspereza da Rua de S. João; de Gondomar pela rua do Freixo, íngreme; de Penafiel pela rua de S. Roque da Lameira, estreita e tortuosa; de Guimarães por Costa Cabral e Santa Catarina, pejada de trânsito; de Braga pela rua do Ameal à rua estreitíssima dos Mártires da Liberdade; de Viana do Castelo à rua de Cedofeita, acanhadíssima; da Senhora da Hora, por cangotas e vielas, à rua 5 de Outubro; a marginal da Foz estreita e insuficiente. A Avenida da Boavista não é propriamente um acesso à Cidade.”¹

A proposta de reestruturação do sistema viário passaria pela reformulação das vias de penetração da cidade assim como o desenho de vias concêntricas de atravessamento.

Este Plano revelava também a preocupação com a resolução do problema do défice de habitação existente, que conduziu a um aumento exponencial do número de “ilhas”, associadas a uma degradação crescente do espaço e das condições de higiene da sua população. Desta forma, Ezequiel de Campos apontava a necessidade de construção de bairros operários e a extinção definitiva das “ilhas”, afirmando que seria *“o trabalho social mais necessário de todos”*.²

“Só pelos bairros populares em condições normais e pelo ar-rasamento obrigatório das ilhas se poderá corrigir, como urge, a habitação de uma grande parte da gente do Porto. E não deixar construir mais nenhuma.”³

Programa das Casas Económicas (CE, 1933-1972)

Na tentativa de resolver o crescente problema de falta de habitação em Portugal, o Estado, com a colaboração das Câmaras Municipais, inicia o primeiro grande programa de construção de bairros destinados às classes operárias, na perspectiva de reduzir o número de famílias sem habitação, principalmente nas grandes cidades.

¹ Ibid., p. 27

² Ibid., p.34

³ Idem

“...Estado enceta, através de diploma legal datado de 1933, o programa de construção de «casas económicas» - assim designadas as habitações destinada às classes laboriosas e entendidas como «afirmação coerente de política de protecção à família»;”¹

À semelhança da postura adoptada pelo regime, também os modelos utilizados nestes novos bairros eram caracterizados por uma elevada rigidez e uma reduzida relação com o espaço onde eram implantados.

O Estado impunha que os conjuntos construídos ao abrigo deste programa fossem exclusivamente de residências unifamiliares, de baixa altura, com quintal, tendo como base morfológica o modelo da “cidade-jardim”.

A opção de não importar alguns dos princípios mais importantes, tornava estes conjuntos numa reinterpretação portuguesa (figs. 2 e 3). Contudo, a rigidez dos modelos morfológicos adoptados não permitia ainda, nesta altura, uma posição muito interventiva por parte dos arquitectos.

Neste programa, aquando da sua criação, não foi ponderada a realização com base em modelos plurifamiliares, devido fundamentalmente à ideologia defendida na altura, que se baseava na tradicional “Casa Portuguesa”. A habitação colectiva era referida como *“contrária à «tradição» e ao «feitio» dos portugueses”*², não permitindo o característico sentido de posse que a habitação unifamiliar poderia oferecer.

Também a escolha dos locais para implantar estes bairros provinha de uma inspiração rural, pelo que se materializava em espaços periféricos ou pouco urbanizados.

*“Sob pretexto da fuga à «excessiva densidade» e «promiscuidade» do centro urbano, o Programa escolherá para os seus bairros, designadamente no Porto, áreas de cariz eminentemente rural localizadas na periferia citadina, porém próximas de eixos viários importantes e, por isso, servidas de transportes públicos.”*³



2. Bairro da Azenha



3. Bairro de Paranhos

1 COSTA, Jorge, “Bairros do Estado Novo”, in Porto 1901-2001, Guia de arquitectura moderna

2 PEREIRA, Virgílio Borges, QUEIRÓS, João, Na modesta cidadezinha, Génese e estruturação de um bairro de casas económicas do Porto [Amial, 1938-2010], p.15

3 Ibid., p.27

No caso do Porto, os primeiros anos sob o programa das “Casas Económicas”, e até ao início dos anos 40, foram os que significaram o maior número de bairros construídos, maioritariamente nas zonas mais periféricas da cidade, onde havia uma maior disponibilidade de terreno e valorizava a ideia de maior “ruralidade” do espaço. (fig.4)

Os primeiros bairros foram distribuídos, tendo também em consideração a localização das unidades industriais, nas freguesias de Campanhã, com os Bairros do Ilhéu (1935), S. Roque da Lameira (1941-43) e Costa Cabral (1940), de Paranhos, com os Bairros da Azenha (1937-38), Paranhos (1938-40) e Amial (1938) de Ramalde, com o Bairro de Ramalde (1939-40) e em Lordelo do Ouro com o Bairro das Condominhas (1937).

Após a primeira intervenção do programa, com a construção da maioria dos bairros, assistiu-se a um período de pouca actividade e intervenção. A partir da década de 50, reiniciou-se com algumas alterações aos modelos anteriormente usados:

“...há agora duas novas classes de moradias, maiores com mais qualidade...”¹

Estes novos bairros, além de mais espaço, tinham agora mais do que um piso e a qualidade de se localizarem em zonas consideradas mais nobres da cidade do Porto, como é o caso da freguesia de Lordelo do Ouro, com o Bairro da Marechal Gomes da Costa (1950) e Aldoar com o Bairro António Aroso (1958). A par destas intervenções deu-se a 2ª fase de construção do bairro do Amial (1958), conseguindo também casas com maiores dimensões e melhores condições. (fig. 5)

“O Programa assumia, mais explicitamente do que nunca, o seu carácter socialmente selectivo, ainda que preservando muita da retórica original.”²

O último bairro, o Bairro do Viso de 1965, representa a “construção, pela primeira e única vez na história da aplicação do Programa das Casas Económicas no Porto, de habitação colectiva”³



4. Mapa de localização, Bairros de Casas Económicas nas freguesias do Porto



5. Bairro do Amial

¹ Ibid., p. 29

² Idem

³ Ibid., p.31

Plano de Salubridade das “Ilhas” (PSI, 1940 -1956)

Apesar do programa das Casas Económicas ter como ideologia principal a resolução do problema da habitação na cidade do Porto, através do alojamento da classe operária, as limitações impostas pelo regime para distribuição das moradias deixariam de fora uma grande parte dos operários que não possuíam poder económico para pagar as rendas que eram praticadas.

Desta forma, alguns dos bairros até então construídos, eram habitados, não pelas classes mais desfavorecidas, mas sim, em grande parte, por funcionários do Estado. As rendas do programa das “Casas Económicas” tinham ainda a particularidade de serem resolúveis, permitindo o início do património familiar de muitos agregados da então recém-criada classe média.

O problema da habitação na cidade de Porto, não só não é resolvido, como ainda se agrava, com o crescente aumento demográfico, e com o acentuar da degradação das “ilhas” existentes. Como resposta ao problema, a Câmara Municipal dá início em 1940 ao Plano de Salubridade das “ilhas”.

“Até a Plano de Melhoramentos (Decreto-Lei n.º 40 616), a Câmara construiu 1094 habitações novas, sendo ainda melhoradas 285 casas de ilhas, enquanto 360 foram demolidas.”¹

Este número, comparado com as necessidades impostas pela falta de habitação e, sobretudo, pela falta de qualidade que a habitação já existente apresentava, era insuficiente para resolver o problema. É importante compreender que, devido à falta de recursos capazes de aumentar rapidamente o número de habitações disponíveis, a “ilha”, ainda que requalificada, era mantida como modelo morfológico.

Os modelos seguiam, na sua maioria, os usados no Estado Novo impostos pelo governo, tanto quanto ao uso da habitação unifamiliar como à localização dos bairros, que se encontravam na periferia, contrariando a posição defendida pelos técnicos camarários.

Contudo, o programa inicia-se, com uma excepção, através do Bloco da rua Duque de Saldanha (1940), uma novidade na habitação económica no Porto.

¹ LOUREIRO DE MATOS, Fátima, Os bairros sociais no espaço urbano do Porto:1901-1956, p. 693



6. Bloco da rua Duque de Saldanha, fachada principal



7. Bloco da rua Duque de Saldanha, vista da entrada para o pátio

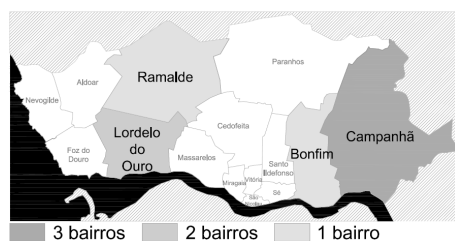


8. Bloco da rua Duque de Saldanha, vista interior do pátio

Este bloco, por se construir em altura, permitiu uma maior proximidade ao centro da cidade, e uma integração no perfil da rua, ao invés dos extensos terrenos que os bairros de habitações unifamiliares exigiam. Esta seria então, uma forma de rentabilizar os terrenos camarários, conseguindo construir uma quantidade de habitações suficiente para colmatar a escassez existente. (figs. 6, 7 e 8)

“A construção de outros modelos de habitação popular, para garantir preços reduzidos de construção, começa a ser equacionada de modo mais sistemático, quer por causa dos preços da construção da casa isolada, quer pela distância aos locais de trabalho...”¹

Apesar dos argumentos apresentados, o modelo colectivo não era ainda consensual, tornando-se uma experiência sem continuidade na habitação social, pelo que os bairros seguintes do plano voltariam ao modelo das habitações unifamiliares, apenas possível, de novo, nos terrenos disponíveis da periferia. Na freguesia de Campanhã, o Bairro de Rebordões (1940), o Bairro de S. João de Deus (1944) e o Bairro de S. Vicente de Paula (1950-54), na freguesia de Lordelo do Ouro, o Bairro rainha D. Leonor (1953) e o Bairro das Condominhas (1955) e na freguesia de Ramalde o Bairro do Pereiró (1956). (fig. 9)



9. Mapa de localização, Bairros do Plano de Salubridade das “ilhas” nas freguesias do Porto

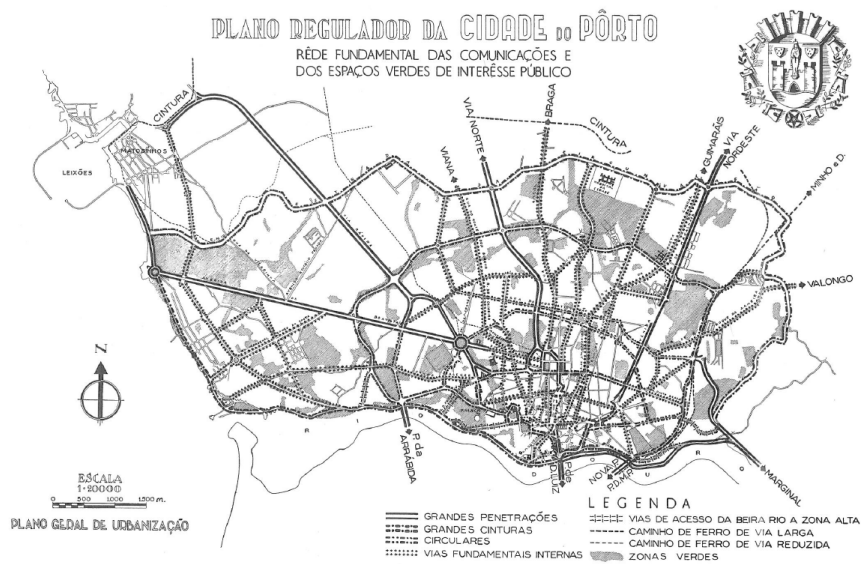
A habitação colectiva apenas tem lugar, neste plano, na segunda fase de construção do Bairro Rainha D. Leonor (1955) e do Bairro S. João de Deus (1956) com blocos de habitação plurifamiliar, com apenas 4 pisos.

Plano Regulador da Cidade do Porto (PR - CP, 1947/1952)

Sob a direcção de Antão de Almeida Garrett, o Porto viu aprovado, em 1947, o seu primeiro Plano de Urbanização, antecessor do Plano Regulador da Cidade de Porto de 1952.

Neste plano, Garrett revela já uma preocupação com a diferenciação das vias de tráfego automóvel, com a criação de vias de trânsito rápido para melhorar algumas ligações, a par da criação de parques de estacionamento automóvel em vários pontos da cidade.

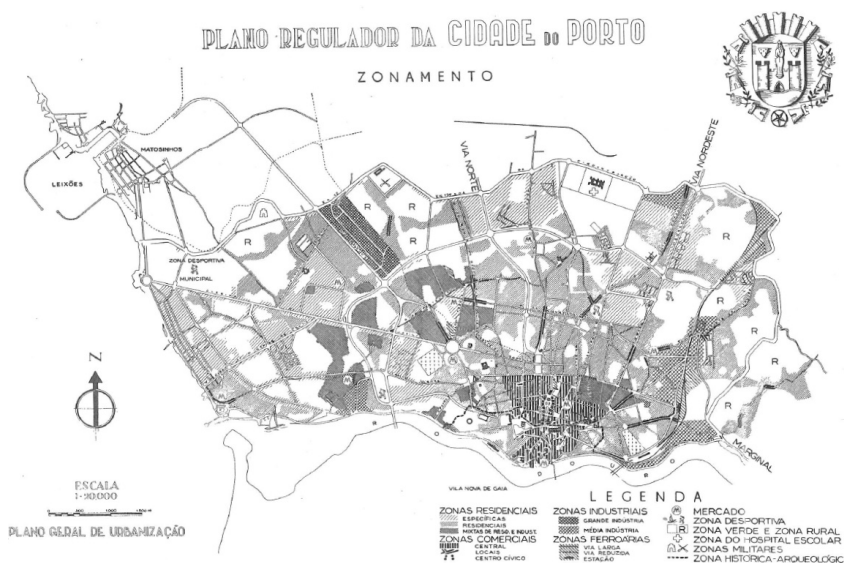
¹ COSTA, Jorge, “Bairros do Estado Novo”, in Porto 1901-2001, Guia de arquitectura moderna



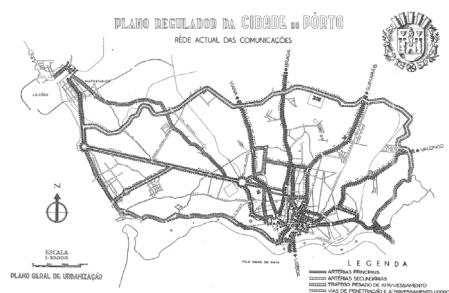
10. Solução viária,
Plano Regulador da Cidade do Porto,
1952



11. Delimitação das unidades residenciais,
Plano Regulador da Cidade do Porto,
1952



12. Zonamento,
Plano Regulador da cidade do Porto,
1952



13. Estudo da rede viária existente, Plano Regulador da Cidade do Porto, 1952

Integrado no Plano Regulador, é feito um estudo da condição viária existente, através da identificação das principais artérias de ligação e onde são já apontadas as principais ligações rápidas previstas. (fig. 13)

A reformulação viária passaria pela criação de novas vias de cintura, interiores à Circunvalação, uma das quais indiciando o actual traçado da VCI, assim como reformulação e criação de grandes vias de penetração na cidade. São os casos da denominada “Via Rápida” de ligação entre a zona da Boavista e o porto de Leixões, o redesenho da Avenida Fernão de Magalhães e a ligação entre o centro e a Via Norte. (fig. 10)

O Plano de Garrett viria assim a modificar definitivamente a estrutura urbana da cidade do Porto.

Além de inovações de carácter viário, o Plano Regulador constitui um avanço na caracterização das várias zonas da cidade e no parcelamento das intervenções. É feita uma caracterização do zonamento existente até então, no qual eram apenas identificadas três zonas: a zona Central, a zona Urbana adjacente e as zonas periféricas envolventes. (fig. 14)



14. Estudo do zonamento existente, Plano Regulador da cidade do Porto, 1952

Também no zonamento do território, a resolução viária proposta no Plano teve um papel preponderante, uma vez que contribuiu também para o parcelamento das unidades residenciais ou freguesias, permitindo a introdução de planos que se viriam a iniciar anos mais tarde. (fig. 11)

Garrett afirma-se como autor do primeiro documento de raiz na óptica do planeamento urbano, introduzindo o zonamento como uma importante ferramenta na identificação e delimitação de áreas com funções específicas, divididas em quatro categorias: residenciais, verdes, rurais e especiais. Este zonamento permite a identificação das zonas industriais de Ramalde, Lordelo, Campanhã, Freixo e Contumil, assim como delimita as zonas residenciais e específicas, como as zonas da Foz Nova, Marechal Gomes da Costa, Antunes Guimarães, Campo Alegre, Amial e Antas. (fig. 12)

Apesar do Plano Regulador sintetizar uma estratégia de intervenção geral, com o zonamento de todo o território portuense, o maior investimento da intervenção é feito na denominada Zona Central, correspondente ao centro histórico da cidade do Porto, onde é mantido o carácter comercial e de serviços.

Plano de Melhoramentos da Cidade do Porto (PM - CP, 1956 – 1973)

Após a tentativa pouco conseguida de tentar solucionar a escassez de habitação de qualidade com o Plano de Salubridade das “ilhas”, a Câmara Municipal iniciou então um plano mais estruturado e renovado ideologicamente. A resposta deixa de estar centrada na casa tradicional unifamiliar, para adoptar os novos modelos de habitação em altura que já eram há muito equacionados durante as últimas décadas.

“A insistência em tentar resolver o problema da habitação das classes economicamente débeis construindo casinhas unifamiliares em bairro fechado é um dos exemplos de uma política urbana desactualizada.”¹

A habitação plurifamiliar passa então a ser o modelo adoptado na construção de um conjunto de novos bairros na cidade. Um modelo em altura, sem contudo ultrapassar os quatro pisos por imposição do Estado, localizado tanto em terrenos camarários na periferia, junto aos anteriores Bairros das “Casas Económicas”, como em terrenos menos extensos e portanto mais próximos do centro da cidade.

O investimento e o grande número de bairros construídos sob este novo programa, faria prever a extinção da grande maioria das “ilhas” do Porto e reformular totalmente o panorama habitacional da cidade.

“Esta iniciativa da C.M.P. – cujo objectivo foi, como se sabe, o de realojar alguns habitantes das ilhas – é digna dos maiores elogios não só pela melhoria de vida proporcionada aos utentes daqueles «blocos», como, também, pelo sossego de espírito que trouxe aos que viam naquela solução sinistro prenúncio de desagregação social.”²

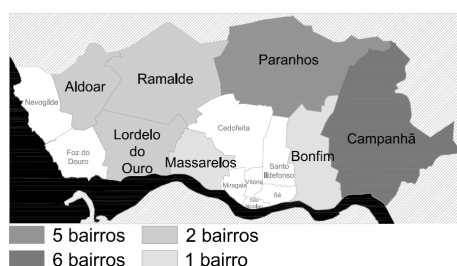
Apesar de se verificar um avanço importante na resolução do problema da falta de habitações, ao construir mais de 9 mil habitações de renda social destinadas a famílias de espaços habitacionais precários, a solução arquitectónica dos bairros do Plano de Melhoramentos era muito limitada, seguindo um modelo-tipo com orientação

¹ BARBOSA, Cassiano, ODAM: Organização dos Arquitectos Modernos, p.15

² Idem



15. Bairro do Carvalho, Plano de Melhoramentos da Cidade do Porto



16. Mapa de localização, Bairros do Plano de Melhoramentos da Cidade do Porto nas freguesias

Norte-Sul ou Nascente-Poente e distribuição em galeria.

Constituíam bairros dispostos em paralelo sobre um espaço público vegetal, com vias hierarquizadas de acesso às habitações, mas o desenho do espaço público era pouco cuidado e sem qualquer função específica. (fig. 15)

A construção dos vários bairros ocorreu em duas fases. Na primeira entre 1956 e 1966, foram construídos 13 bairros com mais de 6 mil fogos, com destaque para o primeiro, o Bairro do Bom Sucesso (1956), localizado na freguesia de Massarelos, na qual ainda não tinha sido construído nenhum bairro de habitação económica. (fig. 16)

Também em 1956 se iniciou o Plano da Pasteleira, cujo Plano de Pormenor destinou uma das parcelas à construção de um dos bairros do Plano de Melhoramentos, o Bairro da Pasteleira, que será abordado com mais detalhe mais à frente.

Na segunda fase, que decorreu nos anos de 1966 e 1973, foram construídos seis bairros de raiz e procedeu-se ao alargamento do bairro S. João de Deus, aumentando em mais de 2 mil os fogos disponíveis.

Apesar de representar um período relativamente curto, cerca de 17 anos, a intervenção do “Plano de Melhoramentos para a cidade de Porto” apresentou um resultado significativo para a arquitectura e o urbanismo na cidade.

Habitações Económicas – Federação de Caixas de Previdência (HE - FCP, 1945– 1972)

No final dos anos 40 era possível perceber a incapacidade tanto do programa das Casas Económicas, promovidas pelo aparelho centralizado do Estado Novo, como do Plano de Salubridade das “ilhas” e o Plano de Melhoramentos, de iniciativa da Câmara Municipal do Porto, na resolução do problema da falta de habitação para as classes mais desfavorecidas.

As moradias dos bairros das Casas Económicas eram então ocupadas por trabalhadores do Estado e famílias da classe média que reuniam as condições exigidas pelo regime. Desta forma e apesar dos esforços desenvolvidos pela Câmara, também os novos bairros camarários não se revelaram suficiente em número para albergar a classe operária, mais carenciada e originária das “ilhas” portuenses.

Aliado ao crescente aumento do problema do défice de habitação, cresce também a procura por uma solução viável e inovadora, não só na cidade do Porto mas em todo o país.

“Quando em 1946, face às novas proporções das questões sociais, é lançado o Decreto-lei n.º35.611 de 25 de Abril, abre-se uma nova porta à resolução do grave problema habitacional que se faz sentir em Portugal. A nova legislação conduz à permissão de Federações de Instituições da Previdência Social, para a realização de obras sociais, nomeadamente a construção de «Casas Económicas» e de «Casas de Renda Económica».”¹

Após a referida legislação, era permitido o financiamento das construções por parte das Federações de Instituições de Previdência Social. A legislação permitiria, pela primeira vez, a introdução de construções em “altura” na habitação social, marcando um ponto de viragem na sua arquitectura.

Após este passo legislativo, foi então criada em 1947 a Federação de Caixas de Previdência, no âmbito do Ministério das Corporações, com o objectivo de orientar a aplicação dos capitais de Previdência na resolução do problema da habitação. Esses capitais de Previdência eram acumulados através de tributos feitos pelos trabalhadores inscritos da Federação.

No entanto a criação da Federação de Caixas de Previdência não viria apenas constituir um avanço na concessão de financiamento para a construção em falta, mas viria também a ser o motor de diferenciação dos modelos utilizados e da qualidade de arquitectura na habitação social.

“Em pleno período de afirmação do movimento moderno em Portugal, as Habitações Económicas-Federação de Caixas de Previdência (HE), construídas por actores determinados e que se manifestam preferencialmente pelos caminhos mais ortodoxos do «ser moderno», emergem com um sentido de responsabilidade social perante um país carenciado. Responsabilidade que se manifesta não só nos programas e acções implementadas, mas igualmente nos modelos de habitar adoptados, com uma aproximação clara a um contexto social e económico previamente explorado, propondo assim novos modos de habitar.”²

1 TAVARES, Maria, HE-FCP: uma perspectiva estratégica [nos anos 50 e 60 em Portugal], p. 3

2 Ibid., p. 2

É com a plena consciência que as políticas de habitação teriam que tomar um novo rumo na perspectiva de resolverem finalmente o recorrente problema da habitação, que as HE se dedicam à promoção e financiamento de projectos e construções decorrentes do programa das Casas de Renda Económica (CRE) que já haviam sido criadas em 1945.

Este novo regime de promoção habitacional, rompe com a exclusividade da construção de bairros de moradias unifamiliares, como resposta à habitação económica.

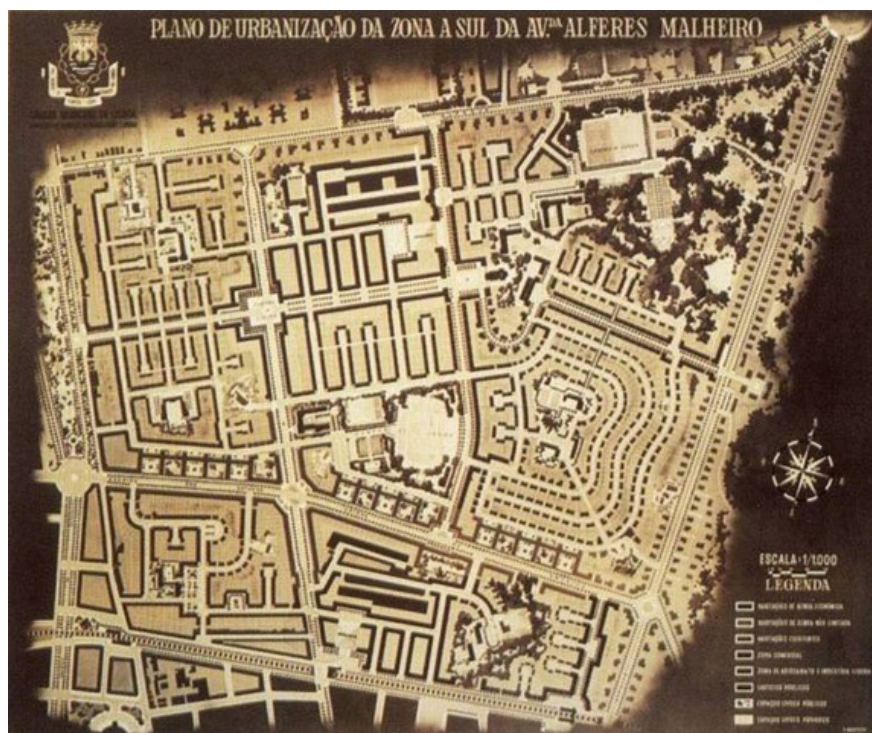
De facto, a solução era, já há muito, implementada e estudada internacionalmente desde os anos 20 com as experiências alemãs de Ernst May em Frankfurt (1925-30), numa altura em que estava em construção a Unidade de Habitação de Marselha (1947-52) e eram já discutidas questões relacionadas com o conceito de mínimo como resposta à necessidade de projectar para as massas.

“Síntese do mecanismo de agregação das células residenciais, a Unidade de Habitação constituía o modelo arquitectónico que propunha a nova solução para o tema da habitação, compendiando as contribuições mais fundamentais da arquitectura e urbanismo corbusianos: grandes edifícios colectivos, com formas próximas do universo da máquina, rodeadas de grandes espaços verdes.”¹

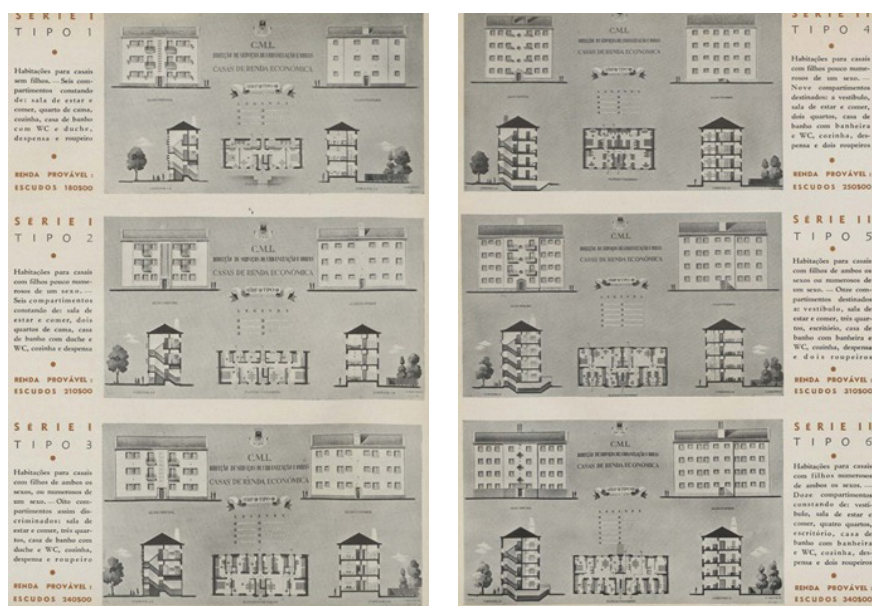
O papel das revistas de arquitectura na divulgação dos modelos internacionais e o entusiasmo das novas gerações iniciou uma etapa onde o protagonismo do arquitecto se viria a revelar crescente, principalmente a partir do Congresso de 48, que será abordado mais à frente.

O conceito de modernidade começa a ser socialmente aceite em Portugal e, devido ao acentuado défice de habitação no início da década de 50, as HE, pela mão do arquitecto Nuno Teotónio Pereira, desenvolvem uma iniciativa a nível nacional, através de encomendas a arquitectos da “novíssima geração”, que seguiam e projectavam segundo os novos conceitos de modernidade, participando na definição dos programas e na escolha dos terrenos.

¹ TOSTÕES, Ana, Os verdes anos na Arquitectura Portuguesa dos anos 50, p. 71



17. Plano de Alvalade (anteriormente designado como Plano de Urbanização da zona a sul da Av. Alferes Malheiro), Faria da Costa (1944-45)



18. Bairro de Alvalade, projecto de Miguel Jacobetty



19. Bairro de Alvalade, fotografia aérea

“Toda esta actividade firma desde cedo o seu nome, como um dos principais arquitectos dedicados à problemática da habitação de âmbito social. Temática que terá inúmeros aprofundamentos teóricos por parte de uma geração motivada pela causa.”¹

A aposta na dignificação da habitação colectiva, vai alterar significativamente a imagem das cidades portuguesas a partir de finais da década de 40. Enquanto no Porto, nesta altura, as intervenções integravam apenas investimento privado, em Lisboa, o programa das “Casas de Renda Económica” iniciava a sua construção em 1947 com o Bairro de Alvalade, cujo Plano (1944-45), de Faria da Costa, propunha, pela primeira vez, edifícios colectivos destinados a habitação social. (fig. 17)

Os primeiros edifícios do bairro de Alvalade, com projecto de Miguel Jacobetty (fig. 18), tiveram um impacto importante no arranque das HE-FCP, e viriam a ser repetidos noutras intervenções do mesmo programa, funcionando como uma espécie de projetos-tipo, colmatando a falta de habitação não resolvida pelos seus programas antecessores, numa perspectiva de desenvolver uma visão mais urbana para as cidades portuguesas. (fig. 19)

“Sucedem-se inúmeros projectos de agrupamentos pelo País, numa década em que o rescaldo do Congresso de 48, introduz nos arquitectos, a consciência da sua importância na sociedade, contribuindo para o «florescimento de uma nova fase da Arquitectura portuguesa após o obscurantismo imposto pelo Estado Novo» (Pereira, 1996, p.255).”²

Apesar da Federação das Caixas de Previdência ter permitido a construção de inúmeros bairros sob o programa das “Casas de Renda Económica”, no panorama portuense a sua intervenção não constituiu um número muito significativo de habitações.

Na cidade do Porto, uma das intervenções arquitectónicas de maior revelo e que marcou também o percurso das HE-FCP foi, sem dúvida, a Unidade Residencial de Ramalde (1952); esta era na época a denominação utilizada, já que “bairro” tinha uma conotação pouco apreciada.

1 TAVARES, Maria, HE-FCP: uma perspectiva estratégica [nos anos 50 e 60 em Portugal], p. 16

2 Ibid., p. 7



20. Unidade Residencial de Ramalde,
vista dos topos,
Fernando Távora (1952)



21. Unidade Residencial de Ramalde,
vista da fachada principal,
Fernando Távora (1952)

Ramalde, de Fernando Távora, é uma obra assinalável “tanto do ponto de vista da concepção urbanística como da expressão arquitectónica”¹. Távora explora em Ramalde os códigos da carta de Atenas, com blocos construídos sobre uma plano verde e dispostos perpendicularmente às vias. No entanto, o facto de esta obra não apresentar os seus edifícios sobre “pilotis” indiciava já, de certa forma, a influência da produção moderna adaptada ao contexto onde se inseria, marcando assim o início de uma nova forma de produzir arquitectura em Portugal, nomeadamente na cidade do Porto. (figs. 20 e 21)

O projecto era, na época, considerado “um «anti-alvalade», pelo seu «vocabulário marcadamente racionalista» (Pereira, 1996, p.208)”.²

“Nesta conjuntura foi publicada em 1958 a Lei n.º 092, que tornava possível a concessão de empréstimos para construção de habitação própria a beneficiários da Previdência, alargando-se assim o âmbito da intervenção pública, agora no sentido de incentivar a iniciativa individual para acesso à propriedade, através de uma forma aberta e flexível, que desse novo vigor a princípios ideológicos tão caros ao regime.”³

A implementação do novo regime tornava assim possível o aumento exponencial da construção e aumento consequente da habitação, através da concessão de empréstimos a particulares beneficiários da previdência, desde que cumprissem determinados requisitos.

É criado um mecanismo de divisão do país em várias zonas, com vários arquitectos a actuarem a nível regional, permitindo assim uma maior proximidade com as populações e suas necessidades.

Estas equipas, de arquitectos qualificados e competentes tiveram uma papel preponderante e produtivo em intervenções futuras ao longo dos anos seguintes.

1 PEREIRA, Nuno Teotónio, “A Federação de Caixas de Previdência – 1947-1972”, in Escritos (1947-1996, selecção), p. 214

2 TAVARES, Maria, HE-FCP: uma perspectiva estratégica [nos anos 50 e 60 em Portugal], p. 8

3 PEREIRA, Nuno Teotónio, “A Federação de Caixas de Previdência – 1947-1972”, in Escritos (1947-1996, selecção), p. 214-215

“Um dos resultados desta discussão interna, são os Boletins HE, ou cadernos técnicos de circulação restrita, que resultam numa informação profundamente sistematizada, revelando essencialmente preocupações pela investigação, de forma a promover padrões de qualidade a aplicar nas operações a fomentar (Pereira, 1996, p.209).”¹

Após o congresso de 48, assistia-se, no início dos anos 60, a uma reinterpretação do conceito de Moderno, numa altura em que decorria o Inquérito à Arquitectura Regional publicado em 61, que viria a revelar-se um documento importante na consciencialização do subdesenvolvimento que se vivia em Portugal relativamente à habitação, demonstrando a incapacidade dos modelos tipológicos comuns na resposta às necessidades dos habitantes.

As novas intervenções das HE viriam então a demonstrar o “laboratório” de experiências arquitectónicas que significariam os anos 60 para a arquitectura em Portugal, muito devido não só à época que se vivia mas também aos autores dos projectos desenvolvidos, pertencentes à então denominada “nova geração” de arquitectos.

A Federação de Caixas de Previdência desenvolve, ao longo destes anos, várias intervenções em várias cidades portuguesas, com o recurso a modelos muito diferentes e de acordo com o contexto onde se inseriam, demonstrando que a arquitectura não se baseava apenas na sobreposição de modelos internacionais ao lugar, mas sim modelos que se conjugavam com as questões culturais e sociais dos edifícios existentes e a população residente.

Estes novos modelos utilizados, vão desde a implantação dos vários edifícios de habitação até à organização interior, sem deixar de fora a experimentação de várias formas de conjugação de fogos.

“Ao mesmo tempo que decorrem estas experiências pelo País, constituindo-se como exemplos dispersos, embora qualificando a arquitectura portuguesa, observa-se um salto dimensional significativo, nas grandes operações urbanas em Lisboa. Os Olivais, Norte e Sul, e posteriormente Chelas, planos do GTH, e com grande representatividade de promoção pelas HE, marcam o arranque da década de 60, com o seu significativo alcance social.”²

1 TAVARES, Maria, HE-FCP: uma perspectiva estratégica [nos anos 50 e 60 em Portugal], pág. 11

2 Ibid., p. 13

A intervenção deste organismo fica marcada por uma evolução ideológica na arquitectura, onde o arquitecto passa a ter um papel preponderante de proximidade com os habitantes. O problema deixa de ser resolvido sob imposições do regime sobre como as pessoas devem habitar, recorrendo a projectos-tipo, e passam a ser equacionadas as necessidades dos habitantes e a integração dos modelos nos lugares escolhidos.

“Interessa-nos essencialmente a representatividade da acção das HE neste contexto, através de uma grande variedade de profissionais que intervêm nas operações, proporcionando uma «considerável diversidade de experiências arquitectónicas» (Fernandez, 1988) tipológicas e urbanas, e uma mostra qualificada de soluções no domínio da habitação de âmbito social.”¹

Pode afirmar-se que a Federação de Caixas de Previdência, que chegou a ter mais de 20 arquitectos, constituiu um conjunto de obras de interesse para a arquitectura em Portugal. Operando ao longo de 25 anos, entre 1947 e 1972, conseguiu aumentar o número de bairros de carácter social, dispersos por todo o país, e contribuindo para resolver a questão da falta de habitação, principalmente com os grandes planos urbanísticos, com grande expressão nas cidades, e que lhes conferiu um carácter mais urbano e mais actual.

Contudo, a influência da HE na metamorfose das cidades não se relaciona exclusivamente com o volume de construção, mas sobretudo com a qualidade e consciência social com que são projectados os conjuntos habitacionais promovidos por este organismo.

“...mais do que pôr e prática o requisitos da legislação em vigor, as equipas de projecto das HE, aproveitam os meios disponíveis para elaborar uma leitura estratégica sobre o problema, introduzindo nas décadas de 50 e 60 e a par de toda uma discussão sobre a arquitectura doméstica, uma nova perspectiva metodológica sobre a casa, apoiada numa filosofia puramente social.”²

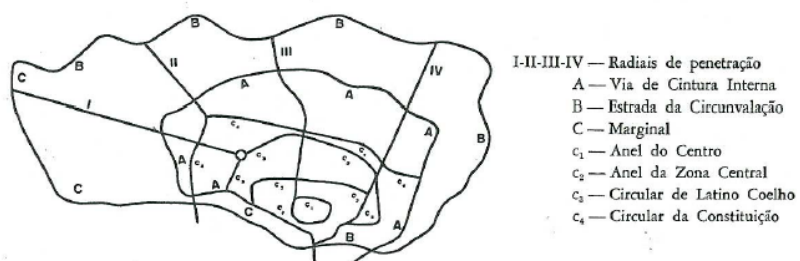
No Porto, além de Ramalde, as HE financiaram também o Conjunto Habitacional das “Torres Vermelhas” da Pasteleira (1966), caso de estudo que serve como base para o desenvolvimento deste trabalho e que será seguidamente abordado com maior pormenor.

1 Idem

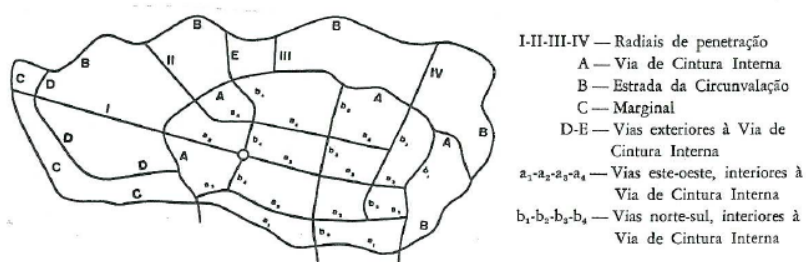
2 Ibid., p.15

Esquema comparativo das redes viárias fundamentais
do Plano Regulador e do Plano Director

PLANO REGULADOR



PLANO DIRECTOR



22. Esquema comparativo do sistema viário do Plano Regulador e do Plano Director, Plano Director da cidade do Porto, 1962



23. Esquema de identificação das zonas de intervenção, Plano Director da cidade do Porto, 1952

Plano Director da Cidade do Porto (PD - CP, 1962)

O Plano Director da Cidade do Porto, também conhecido como Plano Auzelle devido à intervenção do Arquitecto Robert Auzelle na direcção do Gabinete de Urbanização da Câmara Municipal do Porto, responsável pela sua execução, é constituído por três volumes de uma completa análise e concepção de uma estratégia de intervenção na cidade.

Este Plano, datado de 1962, sucedeu o Plano Regulador da Cidade do Porto (1947/1952) de Antão de Almeida Garrett (fig. 22). Este revelou-se um instrumento muito importante para o urbanismo portuense e para as intervenções arquitectónicas que se seguiram, nomeadamente durante os anos 60.

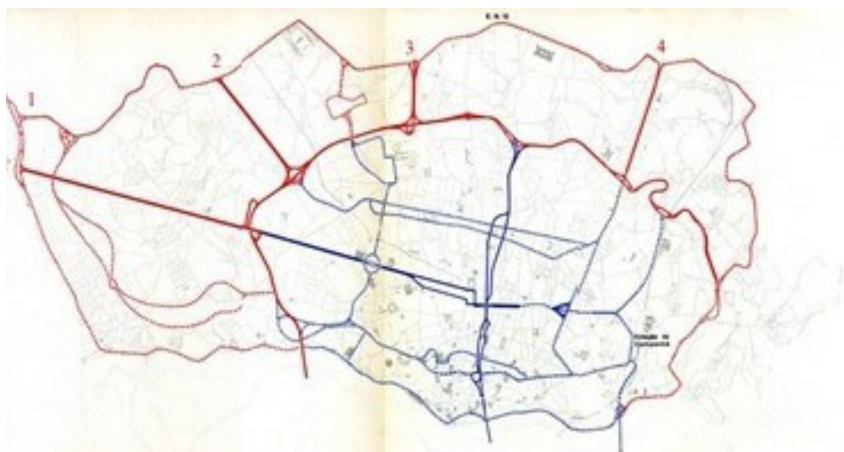
A necessidade de revisão do Plano Regulador de Garrett teve como princípio a execução do Plano de Melhoramentos de 1956, cuja realização levantou a possibilidade de intervenção em áreas consolidadas, complementando assim a necessidade de aumentar consideravelmente o número de habitações para a classe operária na cidade do Porto, já identificada há vários anos.

O carácter inovador na elaboração do Plano relaciona-se, em grande parte, com a capacidade comunicativa conseguida através de grandes peças desenhadas, assim como o recurso a um zonamento mais completo, identificando inequivocamente as parcelas do território que viriam a ser alvo de intervenção. Este zonamento identificava a Zona Central (centro histórico do Porto) e a Foz Velha como “zonas de interesse arquitectónico”, sendo que na Zona Central estaria prevista a concentração da actividade terciária, estabelecendo uma das prioridades do Plano. (fig. 23)

O Plano Director revelava uma preocupação com o aumento dos aglomerados e as propostas de intervenção que define demonstram uma capacidade de responder às necessidades dos anos vindouros.

De facto, a proposta de intervenção de Auzelle reservava espaços definidos para zonas desportivas, cemitérios e parques públicos, defendendo que estes espaços estariam “*em ligação directa com o desenvolvimento do aglomerado*”.¹

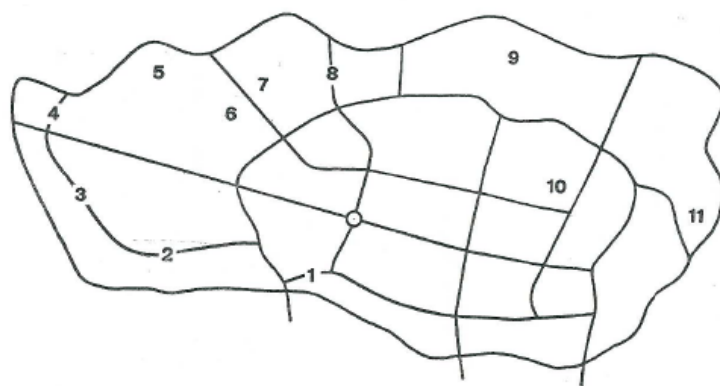
1 CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO, Plano Director da Cidade do Porto



24. Planta da solução Viária,
Plano Director da Cidade do Porto,
1962

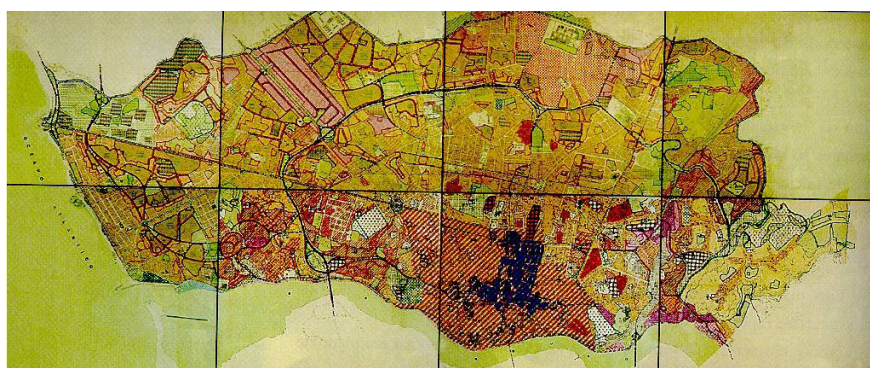
PLANOS PARCIAIS DE URBANIZAÇÃO

Localização das zonas a que dizem respeito



- | | |
|-----------------------|-------------------------------|
| 1 — Campo Alegre | 7 — Ramalde (Zona Industrial) |
| 2 — Pasteleira | 8 — Viseu |
| 3 — Nevogilde | 9 — Hospital Escolar |
| 4 — Castelo do Queijo | 10 — Sul das Antas |
| 5 — Aldoar | 11 — Cerco do Porto |
| 6 — Ramalde | |

25. Esquema simplificado de identificação
das zonas de intervenção,
Plano Director da Cidade do Porto,
1962



26. Planta síntese (zonamento),
Plano Director da Cidade do Porto,
1962

Neste Plano podem ser identificadas várias vertentes da intervenção: Em primeiro lugar, uma intervenção profunda a nível viário, conseguindo a criação de um sistema em rede que serviria toda a cidade. Em segundo lugar, a identificação das zonas a tratar, tendo em conta a sua vocação programática, tais como: zonas residenciais, zonas industriais, zonas desportivas ou zonas verdes.

O Plano Auzelle, cuja elaboração terá tido início em 1956, previa intervenções com uma marcada preocupação na resolução viária à grande escala que são, ainda hoje, de referência na cidade do Porto, como é o caso das Pontes da Arrábida e do Freixo, assim como a ligação de ambas à VCI, construindo um percurso de grande importância na ligação Nascente-Poente do tráfego portuense. A lógica de acessos proveniente do Plano Regulador, que serviu como base, sofreu uma intervenção que alterou significativamente a lógica de funcionamento das vias desta cidade. (fig. 24)

A reformulação viária face ao Plano regulador previa, em linhas gerais, a redefinição das entradas na cidade, assim como a simplificação dos percursos Norte-Sul e Nascente-Poente no núcleo interior à VCI, até então ainda muito marcados por vias de desenho concêntrico, decorrentes do processo de crescimento do Porto.

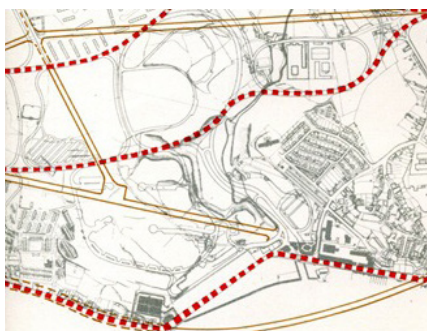
Outra das preocupações na reformulação da rede viária, reflectia a necessidade de redesenhar as quatro entradas principais na cidade: a poente pela Praça da cidade do Salvador, a noroeste pela Via Rápida (actual Avenida A.E.P.), a norte pela Via Norte e a nordeste pela Avenida Fernão de Magalhães.

Além da preservação das zonas identificadas anteriormente, o Plano Director previa a reformulação e criação de um conjunto de zonas residenciais em espaços disponíveis no anel periférico exterior à VCI. O Plano definia realizações em Nevogilde e Pasteleira, a par da reformulação de zonas como Aldoar, Ramalde, Viso e Cerco do Porto, onde se iniciava a construção de bairros do Planode Melhoramentos. (fig. 25)

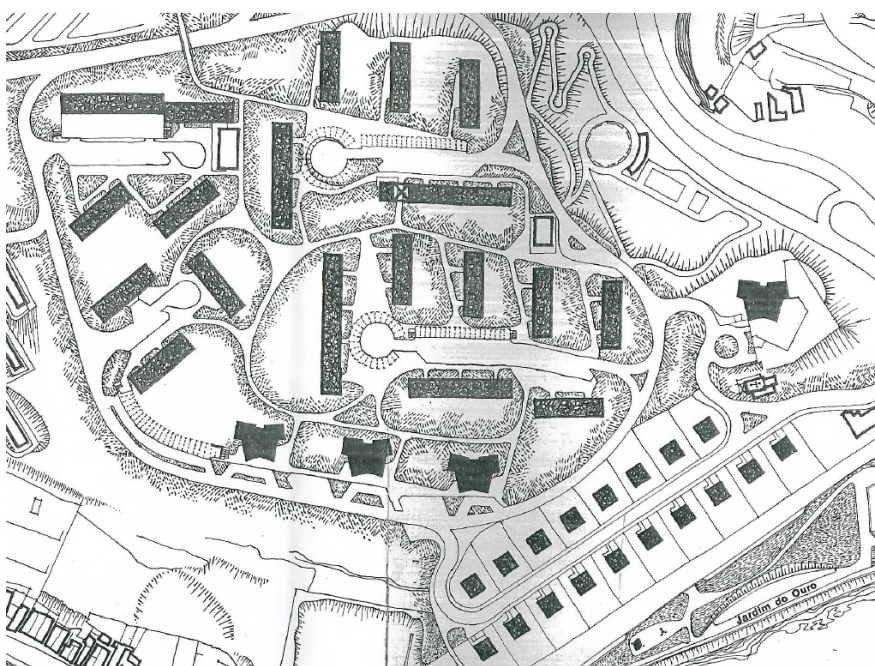
Este plano incluía também a reformulação da zona Sul das Antas e do Campo Alegre, assim como o planeamento nas denominadas “zonas especiais” como é o caso da zona universitária junto ao Hospital de São João, zona industrial em Ramalde e novas zonas desportivas relacionadas também com as zonas residenciais identificadas no zonamento do Plano Director. (fig. 26)



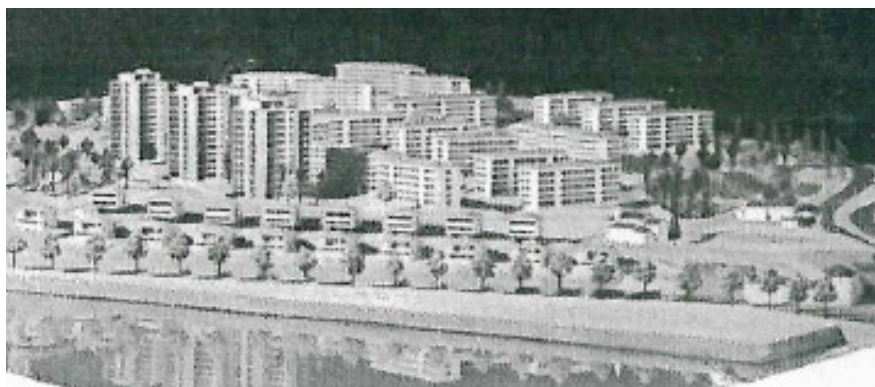
27. Pormenor da planta de caracterização existente, zona da Pasteleira e junto à Foz, Plano Director da Cidade do Porto, 1962



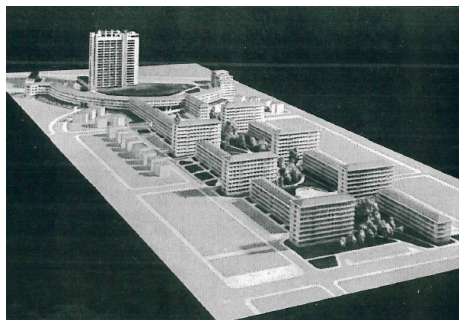
28. Pormenor da planta da proposta de intervenção viária, zona da Pasteleira, Plano Director da Cidade do Porto, 1962



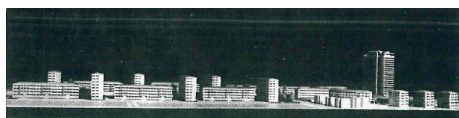
29. Planta do Estudo de Pormenor, sector a nascente do Bairro Rainha D. Leonor, Plano Director da Cidade do Porto, 1962



30. Maquete do Estudo de Pormenor, sector a nascente do Bairro Rainha D. Leonor, Plano Director da Cidade do Porto, 1962



30. Maquete do Estudo de Pormenor da zona sul das Antas, Plano Director da Cidade do porto, 1962



31. Maquete do Estudo de Pormenor da zona sul das Antas, Plano Director da Cidade do porto, 1962

A par de uma proposta de intervenção geral, em vários pontos da cidade, o Plano Director de 1962 apresenta ainda Estudos de Pormenor para várias zonas, das quais é possível salientar duas, pelo seu carácter residencial. No lado oriental, o arranjo da zona sul da Antas e a ocidente, entre a Boavista e a Foz, na zona da Pasteleira, o sector a nascente do Bairro Rainha D. Leonor.

O Estudo de Pormenor relativo à zona das Antas (fig. 30 e 31) previa a construção de um grande complexo habitacional, com o objectivo de ordenar o espaço adjacente à Praça Velasquez, na qual estava também prevista a construção de uma torre de 23 pisos também destinada à habitação.

Na zona da Pasteleira (fig. 27), a proposta geral de intervenção previa uma alteração significativa no esquema viário a par de uma parcelamento do território em células destinadas ao investimento e construção posterior.

No Plano Parcial de urbanização da zona da Pasteleira era referido que:

“O sistema rígido e rectilíneo constituído pela projectada avenida Vasco da Gama e pelo prolongamento da rua do Campo Alegre até à Foz do Douro e as suas ligações às vias existentes, foi substituído por um sistema de circulação contínua de sentido único, mais suave e mais adaptada ao relevo do terreno, em que se suprimiram os cruzamentos e os pontos de conflito. Do traçado das vias resulta a divisão do terreno em sectores, o que facilita a urbanização gradual da zona, por fases sucessivas.”¹

A intervenção facilitou a ligação entre o Campo Alegre e a zona da Foz Velha, regularizando todo o território relativo à Pasteleira e incentivando a intervenção particular nas parcelas delimitadas. (fig. 28)

No entanto, além do parcelamento do espaço através do redesenho nas vias e de toda a lógica de circulação, o Plano Auzelle previa uma intervenção mais profunda no sector a nascente do Bairro Rainha D. Leonor, localizado a sudeste da parcela ocupada pelo Conjunto das Torres Vermelhas. (figs. 29 e 30)

Além da já referida intervenção na lógica viária, o Estudo de Pormenor relativo ao sector a nascente do Bairro Rainha D. Leonor definia também a volumetria dos edifícios implantados.

1 CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO, Plano Director da Cidade do Porto

“As construções são de 3 tipos – habitações individuais na parte mais baixa sobranceira do Jardim do Ouro, blocos de 5 pavimentos com acessos verticais por escadas servindo duas habitações por pavimento e edifícios de 14 pavimentos em forma de torre.”¹

O Plano Director da Cidade do Porto, de Auzelle, viria a modificar significativamente a lógica de funcionamento viário da cidade, assim como incentivar alterações funcionais em vários dos sectores identificados anteriormente, contribuindo para a imagem que temos actualmente da cidade.

¹ Idem

1.2 A produção moderna nacional

Alargando a análise arquitectónica a uma perspectiva mais global, não centrada apenas na habitação económica, é imperativo compreender de que forma as “novas gerações” de arquitectos e as influências internacionais modificaram a produção da arquitectura no nosso país.

Deste modo, organizações como a ODAM (Organização dos Arquitectos Modernos) e iniciativas como a compreensão do percurso arquitectónico em Portugal, em particular na cidade do Porto, significaram o ponto de viragem para o desenvolvimento da cidade como actualmente a conhecemos.

A ODAM e o Congresso da Arquitectura Moderna de 1948

No início da década de 40, numa altura em que se construía, no Porto, sob os programas das “Casas Económicas” e mais tarde, com o Plano de Salubridade das “ilhas”, sempre tendo maioritariamente como base o modelo de habitação unifamiliar vivia-se, contudo, uma procura pela libertação do rígido regime, sobretudo no domínio estético e artístico.

“O sentimento da libertação desejada e a possibilidade de uma informação mais ampla irão contribuir para que os arquitectos possam definir nitidamente o seu posicionamento. Já não é possível manter o isolamento a que o poder tinha sujeito o país. As viagens tornam-se realidade para alguns e os livros vão chegando; com estes, novos modelos, a consciência de novos problemas, as hipóteses de soluções diferentes.”¹

Começam assim a surgir publicações que abordam o tema das novas respostas ao recorrente problema que tem sido, ao longo de várias décadas, o mote que proporciona inúmeras iniciativas, programas e planos, ou seja, o problema do défice de habitação. A carta de Atenas começa a ser difundida em Portugal e os primeiros projectos com influência internacional de produção “híbrida” começam a surgir, atestando a procura da liberdade de conteúdos que se anunciava como uma verdadeira revolução da arquitectura portuguesa.

Em 1946 surge o grupo ICAT (Iniciativas Culturais Arte Técnica), sob a alçada de Francisco Keil do Amaral e reunindo muitos

¹ FERNANDEZ, Sérgio, Percurso: arquitectura portuguesa 1930-1974, p. 49

dos arquitectos da “nova geração” que, a par da ODAM, no Porto, viriam a criar um espaço de debate e procura de novas soluções, distanciando-se da arquitectura que então se produzia e procurando divulgar uma nova e crescente forma de projectar.

Na cidade do Porto, onde muitos se erguiam ainda em defesa da “tipicamente portuguesa” forma de projectar e habitar, a “nova geração” de arquitectos unia esforços para demonstrar que a arquitectura merecia novas perspectivas e novas soluções que melhor representassem a população portuense.

“E, assim, em 1947, esses arquitectos, unidos pela amizade, pela identidade de pontos de vista profissionais e pelo sonho, fundaram, no Porto, o grupo O.D.A.M. com a fé, o entusiasmo da juventude e o desejo de concorrerem, com o seu esforço, para a resolução dos prementes problemas técnicos e sociais que se patenteavam.”¹

Desta organização fizeram parte nomes que viriam a ser de destaque na arquitectura portuguesa, como é o caso de Agostinho Ricca, Viana de Lima, Arménio Losa, Cassiano Barbosa, José Carlos Loureiro, Mário Bonito e Fernando Távora.

Os debates desenvolvidos pelos arquitectos da ODAM, que resultaram em algumas publicações, estavam muitas vezes relacionados com a habitação e a defesa da habitação colectiva como resposta aos problemas existentes, de tal forma que os edifícios de rendimento destinados à habitação plurifamiliar que surgiram na época eram da autoria, na sua maioria, de arquitectos desta organização.

Desta forma, a posição sobre a habitação colectiva não se limitava à classe média mas alargava-se a toda a população, reconhecendo-se vantagens mais significativas na habitação económica, destinada ao proletariado, que sofria de uma carência mais acentuada.

Os membros da ODAM reconheciam na produção moderna internacional a oportunidade de importarem os conteúdos e ideias defendidos pela “Carta de Atenas” numa perspectiva de sentido cívico e social que consideravam ser um papel importante do arquitecto enquanto organizador tanto do espaço íntimo de cada família como do espaço público partilhado por todos.

Neste sentido, defendiam-se as formas puras e simples, a clareza e submissão à função inspirada nos paquetes e nos aviões

1 BARBOSA, Cassiano, ODAM: Organização dos Arquitectos Modernos, p. 12

e, sobretudo, um novo tratamento dos espaços públicos, em zonas verdes para usufruto de todos, onde se dispunham os “blocos de habitação”.

A ODAM reflectia na habitação unifamiliar, como resposta à habitação económica, uma opção que não só prejudicava o desenvolvimento urbano das cidades, criando grandes extensões de bairros nas periferias e aumentando exponencialmente a distâncias que ao habitantes eram obrigados a percorrer, como teria também repercussões nos relacionamentos sociais da população.

*“O princípio da construção individual usado no «Bairros», pode socialmente conduzir a um egocentrismo egoísta, ao contrário daquilo que se auferiria no sistema de habitação colectiva, onde o espírito de solidariedade pode livremente desenvolver-se e constantemente progredir”*²¹

A “nova geração” de arquitectos portugueses prometia assim resolver os problemas formais da habitação e os problemas sociais dos habitantes. Esta incessante procura por uma maior liberdade em relação aos modelos oficiais e uma clara abertura à arquitectura moderna diferencia, desde logo, a escola do Porto e a sua arquitectura.

Nesta perspectiva de debate acerca da arquitectura e da cidade iniciada por organizações de arquitectos, tanto no Porto como em Lisboa, o Sindicato Nacional de Arquitectura promove, em 1948, o I Congresso de Arquitectura, em Lisboa. (figs. 33 e 34)

*“Pela primeira vez, os arquitectos reuniram-se para discutir o significado do seu trabalho e as condições da sua produção. Citou-se Corbusier e a Carta de Atenas para situar a urgência de uma nova racionalidade urbanística e arquitectónica, com o sentido de manifesto e a carga de ortodoxia que comporta. Para além das questões do «estilo» ou da «moda», estava em causa o saber específico do arquitecto e o reconhecimento público da sua missão.”*²²

Sob o lema “os nossos edifícios são diferentes do passado porque vivemos num mundo diferente” (ODAM, 1951), os arquitectos portugueses acorreram prontamente determinados a implementar os valores pelos quais se orientavam e tecendo fortes críticas aos modelos defendidos pelo regime.

1 VIANA DE LIMA, Alfredo, “O problema português da Habitação” in ODAM: Organização dos Arquitectos Modernos, p. 30-31

2 TOSTÕES, Ana, Os verdes anos na Arquitectura Portuguesa dos anos 50, p. 38

O I Congresso de Arquitectura

Diário Popular
31/5/48
manifesta-se contra o condicionamento do trabalho dos arquitectos

Principaram hoje os trabalhos do I Congresso Nacional de Arquitectura e, embora o programa marcasse as 10 horas previstas para a primeira sessão, só uma hora depois isso foi possível, por não estar convenientemente preparada o salão do Instituto Superior Técnico designado para o efeito.

O arquitecto Cottinelli Telmo, presidente do Conselho Executivo do Congresso, no seu discurso, lamentando a forma como tudo tem decorrido, lamentando o atraso, devido às circunstâncias alheias à sua vontade e à dos seus colegas. Salientou ainda, como nota digna de especial registo, a presença dos directores-gerais das Edificações e Montagens Nacionais e de Urbanização, que ministraram sobre o seu interesse pelos problemas postos, pelos arquitectos, com quem tanto contactam no exercício das suas funções.

Constatou-se depois a mesa, a que presidiu o sr. arquitecto professor Moreira da Silva, do Porto, lido pelo sr. arquitecto Cosme Martins, chefe da repartição de arquitectura da Câmara Municipal de Lisboa, e Feliciano Cabral, presidente da comissão do Porto do Sindicato Nacional dos Arquitectos.

O presidente propôs aos presidentes das Repúblicas e do Governo e ministros das Obras Públicas e da Educação Nacional e a Imprensa, as quais foram coroadas com uma salva de palmas.

Em seguida, foi dada a palavra ao sr. arquitecto Mário Perez Fernandes, relator das teses apresentadas ao Congresso sobre o tema previamente dado: «A arquitectura no plano nacional». Tem conhecimento de que ficam apresentadas as teses, três das quais já lida da primeira, mas não cuja acção o Congresso se propõe.

Após a continuação de todas as teses, o sr. arquitecto Perez Fernandes resumiu as conclusões, sob vários aspectos. Quanto aos aspectos culturais e sociais, verificou-se que os arquitectos, entre os quais figuram muitos nomes de ar-

quitectos conhecidos, como Pardal Monteiro, Paulo Cunha, Cottinelli Telmo, Rêgo do Amaral, João Simões, Américo Lousa, Feres Fernandes, e outros de mais recente formação, o autor do discurso salienta que os arquitectos, preocupam-se com a «qualidade» tanto de todas as classes sociais e em todos os graus de ensino, do conhecimento da Arte em geral e da arquitectura, e que a solução de todos os problemas de arquitectura seja conseguida exclusivamente por arquitectos, cuidando a mais ampla liberdade de concepção, que no que respeita ao conjunto, que no momento. Propõe ainda que sejam criados organismos para investigação e estudo dos problemas que interessam à arquitectura, que seja criado um Conselho Superior de Arquitectura, constituído unicamente por arquitectos, ao qual cabha julgar a obra da arquitectura e orientar o seu desenvolvimento no plano nacional o que se creem condições de trabalho e de vida ao arquitecto, indispensáveis para a dignificação da sua posição social.

Quanto ao ensino e à formação do arquitecto, os autores das várias teses pedem a sua total reorganização.

Relativamente ao problema de uma arquitectura tradicional ou de tradição nacional, diz-se em resumo:

«O que a época que atravessamos não pode deixar de ficar caracterizada para o futuro com a mesma diferenciação que verificamos no passado arquitectónico do passado e que, o português da obra de arquitectura não pode continuar a impor-se através da imitação de elementos do passado, sobretudo quando se pretende de condições não sejam tradicionais. Por isso, interessa combater os excessos de tradição e regionalismo, fomentando a aplicação das artes típicas.

Afirmam, também, que os arquitectos portugueses, assim como toda e qualquer nacionalidade, que a sua obra—quando se exprime de maneira diferente da consagrada até hoje como «portuguesa»—representa o desenvolvimento da sua personalidade profissional e, o que é por si só, da sua nacionalidade.

Preconiza-se ainda que nos programas de edificações oficiais não seja imposta ou imposta qualquer subordinação a estilos arquitectónicos. Quanto edifícios em construção a 12-13-

(Continua na pág. central)

33. “Diário de Lisboa”,
31 de Maio de 1948

NO CONGRESSO DOS ARQUITECTOS *Diário Popular* 26/6/48 **O PROBLEMA DA HABITAÇÃO** **FOI HOJE LARGAMENTE DEBATIDO**

Na Sociedade Nacional de Belas Artes prosseguiram esta manhã os trabalhos do I Congresso Nacional de Arquitectura para discussão do tema «O problema português da habitação», de que é relator Sérgio de Andrade Gomes. Presidiu o arquitecto Carlos Ramos, do Porto, secretariado pelos seus colegas Veloso Reis, de Lisboa, e Henrique Fontes Dias, do Porto.

Foi dada a palavra ao relator, Sérgio Gomes, que leu as teses da ordem de trabalho, que são as seguintes: «Habitação e Urbanismo», de Matos Veloso; «A Casa, o Homem e a Arquitectura», de Leão Vital; «O Problema português da habitação», de Viana de Lima; «A racionalização na habitação e na urbanização», de Miguel Jacoby; «A solução vertical na habitação colectiva e os apartamentos», de Jorge Segurado; «O alojamento colectivo», de João Simões; José Huelgas Lobo; Francisco Castro Rodrigues; «Habitação económica e reajustamento social», de Teófilo Pereira e Costa Martins; «Contribuição para o estudo do problema da habitação económica em Lisboa», de Pardal Monteiro; e «Indústria e Construção», de Arménio Lousa.

De todas as teses o relator extraiu um interessante resumo de conclusões que representam um projecto de voto para serem verificados e, possivelmente,

34. “Diário Popular”,
2 de Junho de 1948

*“As conclusões, a propósito desta discussão, são significativas [...] a recusa de uma linguagem arquitectónica «nacionalista» imposta pelo Estado [...] a defesa da habitação em altura, para resolver as condições «desumanas» da população urbana [...] a defesa do planeamento com base nos princípios da «Carta de Atenas», sempre em «estreito contacto com as realidades nacionais», para obter planos locais e regionais que culminassem num plano nacional de urbanismo.”*¹

A classe define assim uma nova postura, terminando um período de contante hesitação entre a modernidade e a tradição. Desta forma, é possível compreender a grande importância da ODAM e do Congresso no processo de desenvolvimento da arquitectura moderna em Portugal, que conheceu a partir dos referidos acontecimentos, o seu período mais marcante.

O período do pós-Congresso viria a revelar-se de grande importância no tema da interpretação da arquitectura moderna, de uma forma que só os arquitectos portugueses poderiam conseguir e que viria a dar protagonismo à produção arquitectónica em Portugal, em especial, e mais uma vez, na cidade do Porto.

*“O O.D.A.M. (Organização dos Arquitectos Modernos) terminaria em 1952. Formado a partir da acção dinamizadora de Carlos Ramos, que seguia a «lição» de Gropius na Escola de Belas Artes do Porto (desde 1940 o mais importante polo cultural da cidade, segundo J. Henriques Pais da Silva), o grupo reúne um conjunto de arquitectos que se revê nas ideias do CIAM [...] e se propõem: divulgar os princípios da arquitectura moderna para formar uma consciência profissional (obstar ao amadorismo, praticando), criar entendimento entre arquitectos e artistas plásticos; valorizar o indivíduo e a sociedade portuguesa...”*²

Produção moderna após o Congresso

Nos anos que se seguiram ao Congresso de 48, viveu-se ainda um curto período de adaptação aos novos ideais da arquitectura. Enquanto já se experimentavam novos modelos, muito devido à procura de liberdade por parte dos arquitectos, o Estado ainda usava as instituições de ensino como meio de controlo e propaganda, colocando em causa a liberdade que procuravam, na raiz daquela que poderia

¹ GONÇALVES, José Fernando, Edifícios modernos de habitação colectiva, 1948-61: desenho e standard na arquitectura portuguesa, p. 83-84

² Ibid., p.84

ser a solução, os estudantes de arquitectura. Era excepção a Escola de Belas Artes no Porto.

O facto de ter como director a figura incontornável de Carlos Ramos, que procurou que o corpo docente fosse constituído por jovens arquitectos da nova geração, contribuiu para criar o elemento diferenciador que viria a dar protagonismo à Escola do Porto e aos seus arquitectos.

Em Lisboa, esta liberdade ainda não era conseguida nas instituições de ensino mas era já procurada através de outros meios, como é o caso da revista “Arquitectura”.

É a partir da década de 50 que os ventos de renovação e os efeitos do Congresso se começam a fazer sentir e a resultar num volume de construção mais significativo e mais representativo dos conceitos ideológicos da arquitectura Moderna, contrastando com o frágil panorama da produção arquitectónica no final dos anos 40.

“Pode pois dizer-se que os anos 50 significaram o florescimento de uma nova fase da Arquitectura portuguesa após o obscurantismo imposto pelo Estado Novo, que procurou instrumentalizá-la como elemento expressivo das suas tendências totalitárias ao criar uma pretensa arquitectura nacional.”¹

Apesar de se começar já a produzir com recurso a uma maior liberdade de modelos, a década de 50 foi ainda um período de confronto entre os novos arquitectos e as câmaras e organismos do Estado, ainda muito controlados pelo regime.

Desta forma, é possível compreender a razão pela qual não existem edifícios públicos entre o leque dos edifícios construídos segundo a “nova arquitectura”. De facto, esses edifícios eram, na sua maioria, encomendas de particulares, com excepção para algumas Câmaras e organismos oficiais dotados de alguma autonomia, como é o caso das Caixas de Previdência, referidas anteriormente.

Os membros da ODAM continuariam a ser, mesmo após 1952, elementos de destaque no desenvolvimento da arquitectura Moderna em Portugal, na sua produção e divulgação.

“A exposição de 1951, realizada no Ateneu Comercial do Porto, foi certamente a mais importante manifestação deste grupo. Assinalando-se com notória repercussão na Imprensa, esta

¹ PEREIRA, Nuno Teotónio, “Um testemunho sobre a arquitectura nos anos 50”, in Escritos (1947-1996, selecção), p. 263

mostra de cerca de 30 trabalhos de 24 autores foi acompanhada da realização de conferências por Carlos Ramos, Matos Veloso e Fernandes Amorim. Sob o lema «os nossos edifícios são diferentes dos do passado porque vivemos num mundo diferente», apresentavam-se as mais recentes obras e projectos realizados no Norte, que já não se confinavam exclusivamente à habitação unifamiliar, estendendo-se a outros programas: blocos residenciais, fábricas, piscinas, pavilhão de exposição, hotel, numa demonstração da afirmação da arquitectura contemporânea que levava a afirmar em catálogo que «entre nós já existe uma arquitectura moderna, com tal sentido de triunfo que nada poderá destruí-la».¹

Podemos compreender a introdução da arquitectura Moderna em Portugal, separando aquilo que pode ser entendido como um percurso com três etapas principais.

A primeira etapa corresponde ao período imediatamente anterior ao Congresso de arquitectura, no qual já se produziam alguns edifícios modernos de habitação, de encomenda exclusivamente particular, espelhando a procura de novos problemas e novas soluções por parte dos então jovens arquitectos. Numa segunda etapa, já no pós-Congresso, assistimos ao período de real compromisso com a arquitectura Moderna, importando os modelos internacionais e introduzindo um novo espírito à arquitectura. Numa terceira e última etapa, assiste-se já a uma reinterpretação e adaptação dos modelos internacionais à população e cultura portuguesas, culminando numa crítica à arquitectura Moderna, que será analisada mais adiante.

Pode dizer-se que a primeira etapa referida corresponde aos primeiros indícios do que viria a ser a arquitectura moderna em Portugal, funcionando como primeira experiência e promotor de curiosidade e, muitas das vezes, controvérsia. Um dos exemplos mais significativos, que podemos inserir neste primeiro tempo é o Plano de Alvalade (1942) de Faria da Costa, já referido anteriormente.

A par desta intervenção, construíam-se no Porto, blocos de habitação que constituíam produções isoladas e vanguardistas, marcantes de uma época e se tornariam uma referência para os arquitectos portugueses até à actualidade. Um dos exemplos como um prédio de rendimento e de considerável qualidade construído no final dos anos 40 é o Bloco da Carvalhosa (1945-49) de Arménio Losa e Cassiano Barbosa. (fig. 35)



35. Bloco da Carvalhosa,
Arménio Losa e Cassiano Barbosa
(1945-49)

¹ TOSTÕES, Ana, Os verdes anos na Arquitectura Portuguesa dos anos 50, p. 30

“O edifício afasta-se do alinhamento existente criando um espaço de transição que simultaneamente lhe diminui a presença do tráfego e o assinala desligando-o das outras construções. Na linha da maioria das realizações do Movimento Moderno, o problema da diluição da nova obra no contexto não prevalece; antes se confere à construção o valor do objecto autónomo.”¹

Após o Congresso de 48, assiste-se a uma maior liberdade de intervenções e começam então a aparecer, em maior quantidade, construções cujos princípios revelam a influência do Modernismo internacional.

Assiste-se, assim, à introdução de um novo espírito de projecto, em que se deixam definitivamente de lado as retrógradas intervenções que procuram manter o conceito de casa “tipicamente portuguesa”, rompe-se totalmente com o passado e as tradições morfológicas e inicia-se um novo tipo de associações e relações formais.

“Na realidade, o Congresso, entendido euforicamente pelos seus protagonistas como um fim, desenhava afinal o começo de um outro tempo. Desejado ponto de chegada, constituía equivocadamente ponto de partida.”²

Por um lado, o bloco de habitação torna-se definitivamente protagonista nas principais cidades portuguesas e as intervenções urbanísticas passam a ser uma prática mais generalizada. Também a preocupação com o desenho do espaço público como espaço de reunião da comunidade passou a estar presente, já que cada família deixa de ter o seu espaço exterior individual.

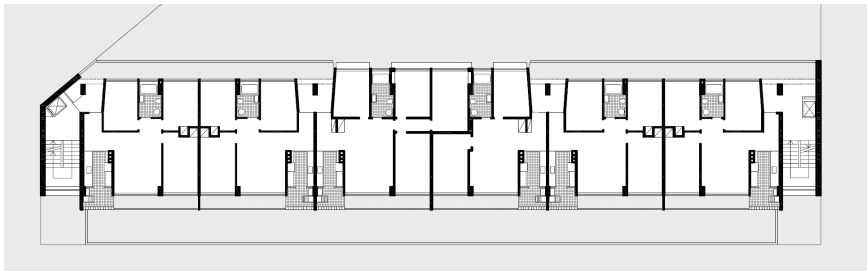
Muitos e bons exemplos deste período podem ser referidos, já que o volume de construção nos primeiros anos da década de 50, foi marcante.

Ainda sob influência do Congresso, os valores dominantes fundamentavam-se *“formalmente no “Estilo Internacional” e ideologicamente no funcionalismo”*³ contudo, a procura das novas formas do Movimento Moderno era muito mais do que uma consciência social acerca do que seriam as soluções, mas sim a noção de que os problemas em Portugal existiam devido ao regime.

1 FERNANDEZ, Sérgio, *Percurso: arquitectura portuguesa 1930-1974*, p. 52

2 TOSTÕES, Ana, *Os verdes anos na Arquitectura Portuguesa dos anos 50*, p. 41

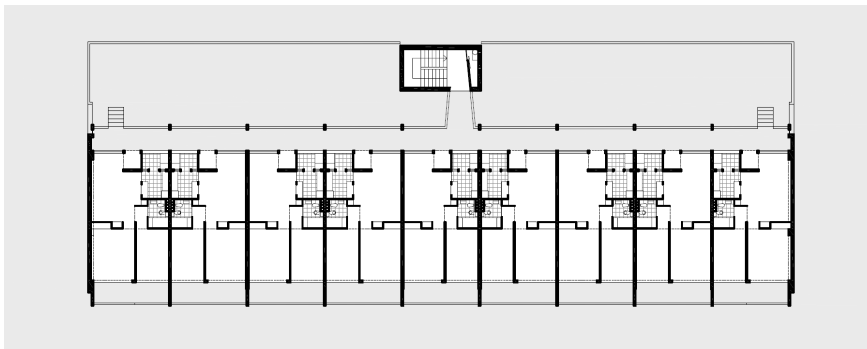
3 Ibid., p.49



36. Planta piso-tipo,
Edifício Ouro, Mário Bonito
(1951-54)



37. Vista da fachada principal,
Edifício Ouro, Mário Bonito
(1951-54)



38. Planta piso-tipo,
Edifício de D. Afonso V, Francisco Pereira
da Costa
(1953)



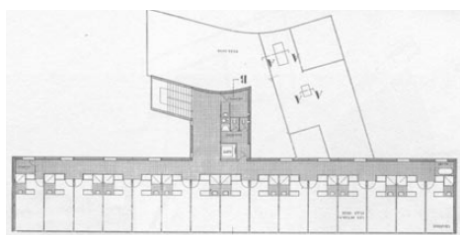
39. Vista da fachada principal,
Edifício de D. Afonso V, Francisco Pereira
da Costa
(1953)

“A arquitectura moderna assume-se, então, como uma contestação ao regime, ao estado das coisas, a um regionalismo fascinante, numa tomada de consciência colectiva da necessidade de produzir obras verdadeiras e actuais”¹



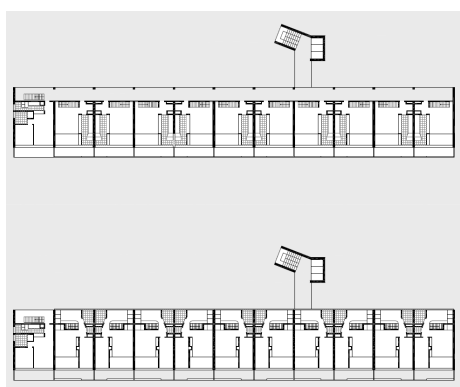
40. Plano do Campo Alegre,
Fernando Távora
(1949)

Um dos exemplos deste novo espírito introduzido pelo “Estilo Internacional” é a Plano do Campo Alegre (1949) de Fernando Távora (fig. 40). O plano consistia num conjunto de blocos de habitação de grande altura, organizados paralelamente segundo um eixo e do lado oposto da via era composto por edifícios mais baixos no sentido perpendicular relativamente aos primeiros. Sob a influência de projectos contemporâneos de Le Corbusier, o Plano do Campo Alegre era apontado como sendo *“manifestamente o plano realizado em território nacional mais articulado com o desenho da Carta de Atenas”*.²



41. Planta piso-tipo
Pavilhão Suíço, Le Corbusier
(1930)

Após a intervenção de Távora, muitos se seguiram, mostrando à cidade novas formas de projectar, construir e habitar na cidade do Porto. O edifício Ouro (1951-54) de Mário Bonito (figs. 36 e 37), que já haviam mostrado a sua visão vanguardista da arquitectura com a Cooperativa “Lar Familiar”, é um exemplo a considerar pela implantação e distribuição em galeria. Trata-se de *“um edifício pragmático de uma nova arquitectura, que se concretiza na miragem da cidade moderna: o edifício colectivo, a casa em altura, a habitação mínima”*.³



42. plantas pisos-tipo (duplex),
Bloco B1 do Conjunto da Av. Dos EUA,
Celestino de Castro, Hernâni Gandra,
João Simões, Francisco Castro Rodrigues
e José Huertas Lobo
(1952)

A realização de Mário Bonito, com o Bloco Ouro, reflecte também a influência de Le Corbusier, na composição de planos da fachada, presentes na maioria das suas obras.

A referência de Corbusier está também muito presente no Edifício da praça D.Afonso V (1953), de Francisco Pereira da Costa, (figs. 38 e 39) cujo sistema de acessos espelha a solução usada no pavilhão Suíço (1930) e também experimentado no Bloco B1 (1952) do Conjunto da Avenida EUA. (figs. 41 e 42)

A Unidade Residencial de Ramalde (1952), de Fernando Távora, viria a demonstrar também os princípios da “Carta de Atenas”, como já foi referido anteriormente.

1 Idem

2 GONÇALVES, José Fernando, Edifícios modernos de habitação colectiva, 1948-61: desenho e standard na arquitectura portuguesa, p. 114

3 Idem

“[...] enquanto em Alvalade o plano parte de ideia da cidade concentrada e organizada em «células», onde a rua permanece como espaço de circulação e organização do quarteirão, em Ramalde rompe-se com a unidade morfológica do quarteirão, partindo para um modelo de cidade-jardim, idêntica ao definido pelos CIAM.”¹

Outras experiências modernas são também de salientar neste período, como é o caso do Bloco de Costa Cabral (1953-55) de Alfredo Viana de Lima, no Porto.

Em Lisboa, onde eram mais evidentes grandes planos urbanísticos, ao contrário dos blocos de habitação isolados, são de salientar o caso do Bairro das Estacas (1949-55) de Rui d’Athouguia e Formosinho Sanchez, o Conjunto da Avenida EUA (1952), de Celestino de Castro, Hernâni Gandra, João Simões, Francisco Castro Rodrigues e José Huertas Lobo e o Bloco das Águas Livres (1953-56), de Nuno Teotónio Pereira e Bartolomeu Costa Cabral.

Após a exaltação da modernidade que levou os jovens arquitectos a importarem e serem amplamente influenciados pelos modelos internacionais, como vimos anteriormente, deu-se a partir da segunda metade da década de 50, uma nova interpretação dos conceitos ideológicos e formais do Modernismo.

O projecto passou a ter mais em conta o lugar, os habitantes e também, de certa forma, a cultura dos materiais e das formas de construir portuguesas, que pareciam, em parte, terem sido esquecidas. Começou a pensar-se na arquitectura Moderna como algo que deve ser absorvido e adaptado, de forma a responder às diferentes formas de habitar da população.

Já não fazia sentido adoptar os modelos utilizados em todo mundo, porque os lugares não são todos iguais, não apresentam nem as mesmas características nem as mesmas necessidades.

Se a implementação da arquitectura Moderna, enquanto forma de oposição ao regime, se mostrou uma luta importante na procura da evolução, era agora necessária que essa arquitectura amadurecesse, de forma a satisfazer os propósitos arquitectónicos do país.

A arquitectura portuguesa assume, assim, um compromisso entre os valores decorrentes do Congresso e da “Carta de Atenas” e

¹ Ibid., p.116

uma nova adaptação aos materiais, técnicas e contexto portugueses.

“A situação da arquitectura portuguesa, desenvolve-se, certamente, num contexto particular em relação ao quadro europeu, que, por razões muito próprias, que têm a ver com a força da tradição, com a cultura do espaço – pequeno país do extremo oeste da Europa – com a disponibilidade de materiais, com o seu estágio de desenvolvimento tecnológico e com a sua capacidade criativa, marcadamente integradora e tradicionalista, tenderá a assimilar as grandes correntes modernas num contexto anterior, já dominado, demonstrando uma vez mais o poder de adaptação da nossa arquitectura, em que «os modelos importados depressa são recriados com uma originalidade e uma força tal, que a sua adopção dá à arquitectura portuguesa um lugar muito particular.”¹

Este período revela-se assim, de grandes experiências arquitectónicas, especialmente no tema da habitação.

Dá-se um momento de paragem e reflexão que se revelara necessário, permitindo repensar, com uma maior consciência social, os conceitos formais que viriam mais tarde a ser experimentados.

“[...] Keil do Amaral organiza em 56 o Inquérito à Arquitectura Regional, com um duplo objectivo: por um lado, fazer o levantamento da nossa arquitectura popular e, por outro lado, demonstrar, através dele, a falsidade da pretensa arquitectura nacional que o regime propalava e queria prolongar através de clichés que os arquitectos rejeitavam cada vez mais. Creio poder dizer que o Inquérito, sobretudo para os que nele participaram e mais tarde para outros, após a sua publicação, terá contribuído para um certo afastamento relativo a formas estereotipadas do Movimento Moderno que circulava entre nós.”²

Alguns dos exemplos que podemos considerar como pertencentes já a este novo espírito são, no Porto, duas intervenções do arquitecto José Carlos Loureiro.

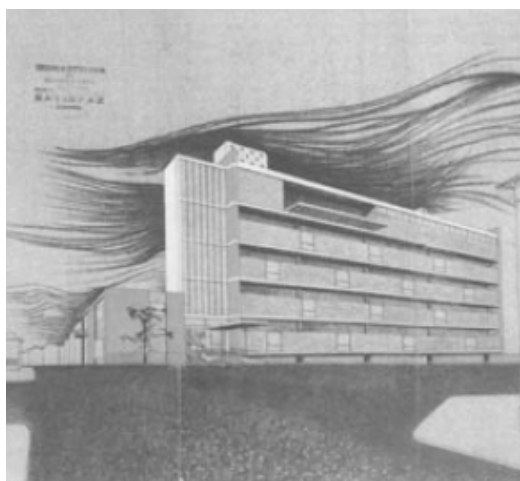
O edifício Párnaso (1954-57) que se formalizava num bloco de habitação com acessos em galeria, que pela primeira vez estava voltada para a rua, conjugada com pequenos blocos de comércio no rés-do-chão, configurando um gaveto e consolidando o tecido urbano. (figs. 43-46, na página seguinte)

1 TOSTÕES, Ana, Os verdes anos na Arquitectura Portuguesa dos anos 50, p. 50

2 PEREIRA, Nuno Teotónio, “Um testemunho sobre a arquitectura nos anos 50”, in Escritos (1947-1996, selecção), p. 265



43. Planta piso 0,
Edifício Párnaso, José Carlos Loureiro
(1954-57)



44. Perspectiva evidenciando o gaveto,
Edifício Párnaso, José Carlos Loureiro
(1954-57)

45. Entrada e galeria exterior de acesso,
Edifício Párnaso, José Carlos Loureiro
(1954-57)



46. Galeria exterior de acesso
às habitações,
Edifício Párnaso, José Carlos Loureiro
(1954-57)



47. Vista aérea
Campo Luso, José Carlos Loureiro
(1959)



48. Vista aérea
Olivais Norte
(1957)

Em 1959 era projectado o Plano do Campo Luso (fig. 47) experimentando edifícios em torre conjugados com edifícios em bloco.







Enquanto em Lisboa já se tinha iniciado uma intervenção idêntica de maior escala, o Plano dos Olivais (1955), que previa também a exploração de vários modelos, cuja construção se iniciou em 1957.

O interface entre edifícios em torre, em bloco e em banda, contribuindo para que os Olivais fossem um verdadeiro “laboratório de experiências” que viriam a influenciar intervenções seguintes em todo o país. (fig. 48)

“É com o Plano de José Rafael Botelho e os projectos de Olivais-Norte que se fecha a década, numa realização a muitos títulos exemplar e inovadora, que se prolonga logo a seguir nos Olivais-Sul.”¹

Esta realização viria a revelar-se, em muitos aspectos, semelhante, mas com uma notória diferença de escala, ao conjunto das “Torres Vermelhas”, que este estudo pretende analisar, pela sua identidade morfológica a par do período de viragem onde se insere na arquitectura portuguesa.

¹ Ibid., p.267

Plano Olivais Norte	1955	
	1956	Plano da Pasteleira Alberto Rosmarinho
Célula A - Olivais Norte Nuno Teotónio Pereira e Nuno Portas	1957	Bairro da Pasteleira
	1958	
Plano de Olivais Sul	1959	
Célula C - Olivais Sul Bartolomeu Costa Cabral e Nuno Portas	1960	
	1961	
Campo do Luso José Carlos Loureiro e Luís Pádua Ramos	1962	Plano Director da Cidade do Porto Robert Auzelle
	1963	
	1964	Bloco E, parcela sul do Plano da Pasteleira Sérgio Fernandez e Pedro Ramalho
	1965	
	1966	Torres Vermelhas da Pasteleira
	1967	
Torres Vermelhas de Aveiro José Carlos Loureiro e Luís Pádua Ramos	1968	
		

ESQUEMA SÍNTESE

CAPÍTULO 2

As “Torres Vermelhas” da Pasteleira (1956 - 2013)

O Conjunto Habitacional das “Torres Vermelhas” da Pasteleira foi projectado em 1966 pelos arquitectos João Serôdio (1932 -), Luís Almeida D’Eça (1921 - 2011) e Rui Paixão (1932 -).¹

A importância do estudo, deste Conjunto, partindo do geral para o particular, relaciona-se com a procura das características, motivações e restrições que o lugar, a época e os seus autores significaram, uma vez que a análise e compreensão da obra resultam, também, do estudo do seu contexto histórico e social.

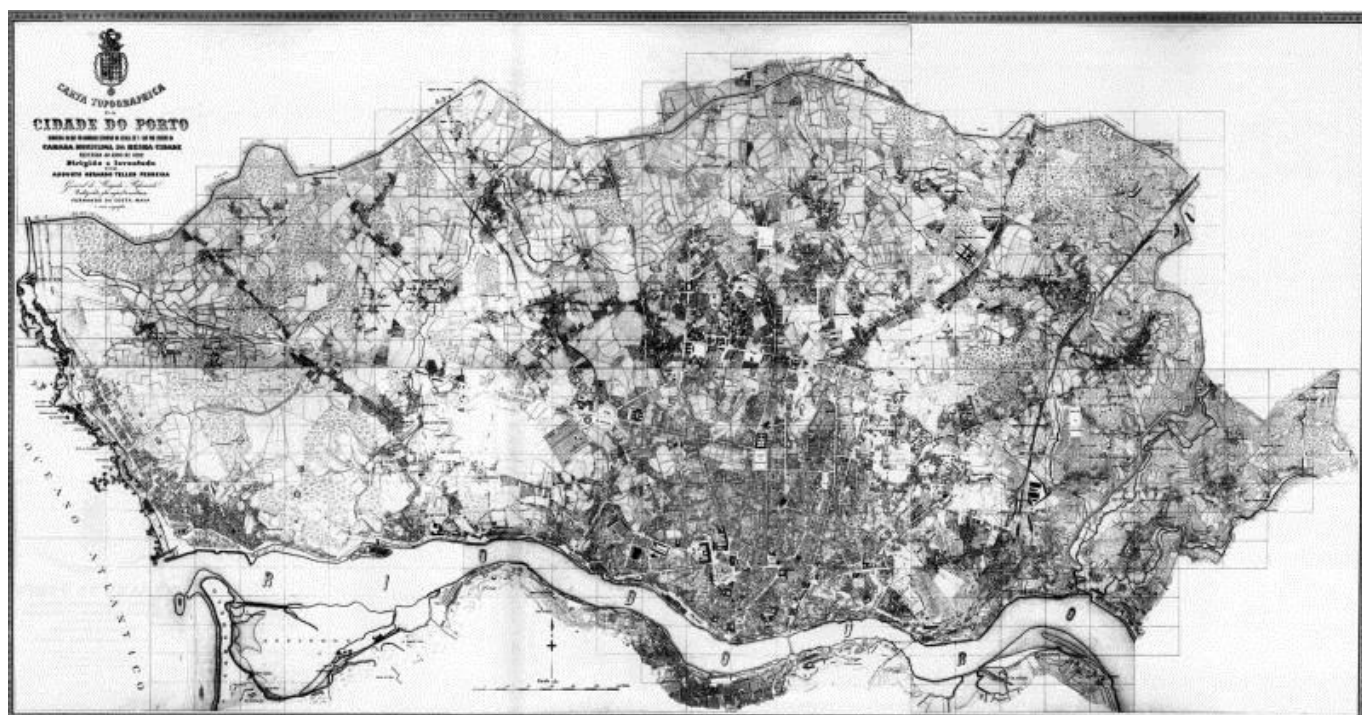
Tendo em conta a análise que já foi feita acerca da habitação colectiva sob influência do Estado Novo e até ao final dos anos 60, através do estudo das produções arquitectónicas mais significativas da época, é possível compreender que esta obra se insere num período de crítica e reinterpretação do moderno, funcionando, a par de outras intervenções no país, como uma espécie de “laboratório” a nível formal.

Os modelos decorrentes do 1º Congresso de Arquitectura Moderna de 1948 e dos conceitos ideológicos da “Carta de Atenas”, já não eram unanimemente aceites e viriam a revelar-se insuficientes para responder às inúmeras intervenções que se faziam em todo o país.

Desta forma, os jovens arquitectos tinham a oportunidade de se impor no panorama arquitectónico nacional, com realizações inovadoras, nomeadamente na questão da implantação, na conjugação dos fogos e na configuração interior das habitações, decorrentes de soluções mais adaptadas às necessidades emergentes da população.

Os desejos e as necessidades dos habitantes vinham a modificar-se ao longo dos anos, pelo que era necessário que as habitações sofressem também alterações significativas para que pudessem adaptar-se às formas de vida “actuais”. Este período definia-se então pela procura de uma arquitectura que pudesse estar adaptada ao espaço e à população, contrariando o pressuposto dos modelos-tipo, cuja configuração não tinha qualquer relação com o lugar e com a população local.

¹ Apesar de no processo de obra apenas constar o nome do arquitecto João Serôdio, uma entrevista realizada ao arquitecto Carlos Prata permitiu tomar conhecimento da participação dos arquitectos Luís Almeida D’Eça e Rui Paixão no projecto relativo a este Conjunto Habitacional.



49. Carta de Telles Ferreira,
1892

O Conjunto Habitacional das “Torres Vermelhas” da Pasteleira serve assim de objecto para o estudo da produção arquitectónica na década de 60, tendo em conta as novas formas de projectar e habitar emergentes na época. Esta análise mostra-se pertinente, uma vez que não é conhecido qualquer estudo que incida sobre este sector da Pasteleira.

2.1. Da Cidade ao Lugar

Numa primeira abordagem ao caso em estudo, pretende-se realizar uma análise partindo da evolução da cidade do Porto, permitindo compreender a forma como a localização do conjunto habitacional influenciou a sua composição e a implantação dos seus elementos.

Pretende fazer-se esta análise partindo da cidade até ao Plano da Pasteleira, que conjuga várias parcelas de terreno, correspondendo a diversos contextos e intervenções.

2.1.1. A evolução do lugar

A zona da cidade do Porto, onde mais tarde viria a ser realizado o Plano da Pasteleira, compreende o espaço entre a Quinta de Serralves e a malha consolidada da Foz Velha, sendo este o espaço cujo desenvolvimento territorial e urbanístico se pretende estudar.

Na segunda metade do século XIX, a cidade do Porto estava em franca expansão, de uma forma radial relativamente à antiga muralha da cidade e, tendo em conta que a Foz era, já há muito, território de veraneio, o espaço compreendido entre estes dois aglomerados territoriais permanecia ainda muito ruralizado.

Em 1892, ano da realização do primeiro documento cartográfico, verificava-se uma grande diferenciação entre as zonas densamente construídas e os baldios ruralizados e com acessos muito condicionados. Na Carta de Telles Ferreira (fig. 49) é clara a tendência rural do espaço compreendido entre o “Porto” e a “Foz”.

Esta cartografia serviria como base para as novas intervenções na cidade do Porto, nomeadamente a abertura da Avenida da Boavista (fig. 50) que se viria a relevar como um passo determinante na relação do Porto com a costa. A zona oeste do Porto verificava-se



50. Avenida da Boavista, início do século XX



51. Planta 1948,
destaque do Bairro das Condominhas,
a sudeste, e o Bairro Gomes da Costa, a
norte



52. Planta 1960,
destaque do Bairro da Pasteleira, a norte, e
o Bairro Rainha D. Leonor, a sul

também expectante relativamente a uma expansão territorial devido à localização do Porto de Leixões e consequente tráfego que este proporcionava.

A oportunidade de desenvolvimento económico, social e cultural que a relação com a costa marítima poderia significar, deu então à Avenida da Boavista um protagonismo para além da expressão de traçado que esta já significava no território. Além de significar um eixo de ligação ao mar, a Avenida da Boavista veio romper as zonas rurais e fomentar o desenvolvimento territorial de todo o percurso.

A partir do século XX, o maior eixo do Porto seria zona de implantação das moradias mais nobres na cidade pela sua localização estratégica e traçado imponente, só comparável à então aberta Avenida Marechal Gomes da Costa que fazia a ligação entre a Avenida da Boavista e a Foz Velha.

Apesar de uma crescente construção que ladeava os dois eixos referidos, o território compreendido entre a Quinta de Serralves e a Foz Velha, a sul da Avenida Marechal Gomes da Costa, permanecia com um carácter muito rural e quase sem qualquer intervenção até 1948, com excepção apenas para o Bairro das Condominhas (CE) e parte do Bairro Gomes da Costa (CE), ambos de habitações unifamiliares construídas sob o programa das Casas Económicas do Estado Novo, como foi já referido no capítulo anterior. (fig. 51)

“A área da Pasteleira é representada no Plano Director da Cidade (Robert Auzelle, 1962) como sendo predominantemente terreno agrícola, parcialmente arborizado e onde se identificam alguns caminhos sem serviço público.”¹

Com a introdução do Plano de Melhoramentos da cidade do Porto em 1956, cujas intervenções incluíam o Plano da Pasteleira, também de 1956, e propunham a construção de inúmeros bairros constituídos por blocos de habitação plurifamiliar, é também construída a parcela mais a norte do plano, constituída pelo bairro camarário da Pasteleira (1957). Desta forma, inicia-se assim de um modo mais expressivo o processo de densificação desta zona do território portuense. Em 1960 (fig. 52), era já notória a crescente intervenção nesta zona, mais a sul junto ao rio com a construção do bairro Rainha D. Leonor (SI).

1 RAMOS, Rui J. G, “Pasteleira” in Porto 1901-2001, Guia de arquitectura moderna



53. Planta 1981,
destaque do Conjunto Habitacional das
“Torres Vermelhas (a vermelho) e da
parcela sul do Plano da Pateleira (a preto)



54. Planta 1999,
destaque do Conjunto Habitacional das
“Torres Vermelhas” (a vermelho) e das
novas intervenções (a preto)



55. Planta actual (2013),
destaque do Conjunto Habitacional das
“Torres Vermelhas” (a vermelho) e das
novas intervenções (a preto)

Este bairro é constituído por um bairro de moradias unifamiliares (1953) correspondente à 1ª fase de intervenção, conjugados numa segunda fase, com blocos de habitação colectiva (1955).

A partir da década de 60, após o parcelamento decorrente da reconfiguração viária do Plano Director da Cidade do Porto de 1962 e ainda sob o Plano da Pasteleira, iniciou-se a construção das restantes parcelas, mais a sul, através de iniciativas não camarárias.

Para além destas intervenções, foram ainda construídas algumas moradias na zona mais a sul, junto ao rio, no entanto só após a década de 80 se verificou uma densidade mais significativa. Contudo, o espaço envolvente do sector relativo ao Conjunto das “Torres Vermelhas”, permanecia ainda com um carácter muito disperso e pouco urbano, contexto que influenciou certamente a configuração do bairro e as suas relações com o espaço envolvente. (fig. 53)

“...com a nova geração de arquitectos modernos, a cidade vê surgir edifícios modernos que aceitam o diálogo com a estrutura urbana preexistente, sendo os conjuntos urbanos de maior dimensão uma excepção e fruto, sobretudo, da encomenda institucional – pontuados pelo plano do Campo Alegre (1949) ou pelo plano de Ramalde (1952), de Fernando Távora, Pasteleira ou, excepcionalmente, com a iniciativa privada do Plano do Luso (1959).”¹

Tendo em conta a localização da parcela da Pasteleira onde o Conjunto em estudo foi implantado, é possível compreender que se trata do espaço de maior interface com a estrutura existente das pequenas habitações da Foz do Douro, já que se trata da zona mais a poente do Plano. Desta forma, visto que o restante território envolvente permanecia maioritariamente não construído, é importante perceber que a solução de implantação reflecte esta condição do espaço.

Após a intervenção do Plano da Pasteleira numa zona onde a construção era escassa e até à configuração actual do espaço, verificou-se um processo de grande investimento e consequentes intervenções arquitectónicas sucessivas, nomeadamente na habitação. Essas intervenções permitiram uma grande densidade construtiva, numa zona que passou a ser de relação entre o Porto e a Foz numa perspectiva de continuidade do volume construído. (fig. 54 e 55)

¹ GONÇALVES, José Fernando, Edifícios modernos de habitação colectiva, 1948-61: desenho e standard na arquitectura portuguesa, p. 112

Dilui-se significativamente o espaço não construído entre os dois aglomerados, visto que a construção permitiu uma maior relação entre o Porto e a Foz, deixando esta zona de fazer parte da periferia para passar a ser integrante na cidade do Porto.

O facto de a zona da Foz ser, desde sempre, habitada durante o Verão pelas famílias mais nobres, aliada à sua localização geográfica, tornou-a um “espaço de elite”.

A facilidade de acessos, que eixos como a Avenida da Boavista conferiram, contribui para a fixação das famílias com mais recursos nesta zona da cidade com habitações fixas, em oposição às habitações sazonais das décadas anteriores. Esta procura de habitação numa zona mais nobre do Porto incentivou o investimento, conferindo-lhe um carácter predominantemente habitacional.

Apesar de uma considerável densidade de construção, conferindo-lhe um carácter mais urbano, os espaços verdes adjacentes aos edifícios habitacionais continuam a conferir uma visão global de uma considerável concentração vegetal, muito relacionada também com o Parque da Pasteleira e a Quinta de Serralves.

2.1.2. O Plano da Pasteleira

A partir de meados da década de 50 e ainda sobre o tema da habitação, muitas vozes se levantavam, contestando as políticas construtivas da época. Com efeito, os bairros destinados às classes mais desfavorecidas materializavam-se em pequenos aglomerados pouco significativos e muito desarticulados com preocupações urbanas. O esforço despendido ao longo dos anos para extinguir a “ilhas” e melhorar significativamente as condições de salubridade da cidade do Porto não tinham conseguido os resultados esperados.

Em 1956 a Câmara Municipal do Porto, através da figura do Arquitecto Alberto Rosmarinho inicia o Plano da Pasteleira, num território delimitado pelo “...*perímetro constituído pelo Bairro Gomes da Costa, Praça do Império, Foz Velha e Largo António Calém*”.¹

“Deve salientar-se que, ao erguer este plano [da Pasteleira] e apesar dos limites acusados, a Câmara Municipal do Porto o fez como pioneira, enquanto entidades porventura muito mais

1 RAMOS, Rui J. G, “Pasteleira” in Porto 1901-2001, Guia de arquitectura moderna

*poderosas procediam a realizações fragmentárias, segrega-
das e nalguns casos ainda mais radicais (como certos bairros
«provisórios») ou na maioria dos restantes fora do alcance de
quem deles mais necessitava.”¹*

A Pasteleira, a par de outros bairros construídos pela Câmara, tinha por objectivo contribuir para um aumento significativo do número de novas habitações, com rendas muito modestas e realmente destinadas às classes mais desfavorecidas, ao contrário do que vinha a acontecer com os bairros construídos anteriormente ao abrigo outros programas. A sua localização privilegiada, contrariamente a outras intervenções localizadas em zonas segregadas na periferia, contribuiria também para a sua assinalável diferenciação.

“Por outras palavras, conjuntos como o da Pasteleira destinam-se a alojar famílias que se amontoam nas «ilhas», são entregues com rendas extremamente modestas que podem ainda ser aliviadas ou suspensas em casos de desemprego ou de comprovada necessidade: inserem-se num plano da «cidade» e não em zonas segregadas distantes alguns quilómetros da urbe (como noutros lugares) e são logo completadas por aquele equipamento mínimo (ex. o fogão eléctrico nas casas ou os jogos infantis nos terreiros) que lhes evita dificuldades iniciais de adaptação ou o deplorável ambiente de muitos bairros novos.”²

Pode dizer-se que o Plano da Pasteleira reunia assim várias características importantes e inovadoras para a época.

Por um lado, a sua localização num extenso terreno permitiria um aumento significativo do número de habitações, sem que para isso tivesse que ser localizado na periferia, distante do centro da cidade e dos vários serviços. Por outro lado, a sua organização em parcelas, decorrente da intervenção do Plano Director da Cidade do Porto de 1962, com um Plano Parcial de Urbanização dedicado à zona da Pasteleira, viria a permitir investimentos públicos e privados, numa pretendida diversidade de soluções arquitectónicas, nomeadamente nos modelos morfológicos adoptados.

O Plano da Pasteleira terá sido, no Porto, o mais significativo da sua época, com cerca de 108 hectares para alojar uma população de cerca de 20 000 habitantes.

1 PORTAS, Nuno, *Arquitecturas(s), Teoria e Desenho, Investigação e Projecto*, p. 103

2 Idem



56. Vista aérea,
Avenida Marechal Gomes da Costa,
ao fundo é visível o Bairro Gomes da
Costa (CE, 1950), à direita, e o Conjunto
Habitacional das “Torres Vermelhas”
(CRE, 1966), à esquerda



56. Vista aérea,
Foz do Douro,
ao fundo é visível o Conjunto Habitacion-
al das “Torres Vermelhas” (CRE, 1966),
à direita, e parte da parcela sul do Plano,
com uma das torres, à esquerda



58. Planta de 1981, destaque das parcelas construídas e delimitação das “células” norte e sul

O território estaria organizado segundo duas “células” principais: a “célula” de terreno mais a norte era destinada à construção de um conjunto financiado pela Câmara Municipal do Porto, destinada aos habitantes das “ilhas” segundo um projecto-tipo definido, enquanto a “célula” sul, subdividida em diferentes parcelas, se destinava a investimento privado, sem uma definição arquitectónica dos edifícios constituintes. (figs. 56-58)

“O estudo para a Zona da Pasteleira, coordenado pelo Arq. Alberto Rosmarinho, propõe a sua divisão em diferentes sectores de urbanização interligados por um anel viário de sentido único, pensado para a optimização da circulação automóvel. Este anel de circulação irá ligar entre si as vias secundárias, também de sentido único, que envolvem os diferentes sectores de urbanização, a partir das quais são distribuídos os acessos em «cul-de-sac» aos edifícios, locais de estacionamento e zonas verdes. Estes sectores de urbanização integram alguns bairros já edificadas, sendo o restante espaço destinado à construção privada.”¹

Apesar de reconhecido o valor à intervenção da Câmara na Pasteleira, a solução do plano levantou algumas questões, suscitando algumas críticas acerca da sua configuração. A divisão em parcelas correspondentes a diferentes intervenções direccionadas para populações com contextos económicos diferentes, seria questionada acerca da segregação social que poderia significar.

Alguns autores defendiam que as parcelas destinadas a investimento privado deviam destinar-se às classes mais modestas, tal como o bairro camarário, e não a classes com mais recursos económicos, o que viria a criar um constrangimento social que se pretendia evitar.

“Uma segregação social, a que dificilmente se poderão furtar os seus moradores, radica nessa falta de coordenação que conduz a dividir uma unidade de habitação em duas partes diametralmente distintas: «célula norte», camarária, destinada na sua maioria a famílias modestíssimas, «célula sul», de iniciativa particular, naturalmente destinada às classes mais remediadas. Não sugerimos uma «mistura» tipológica forçada por um idealismo contra o qual os estudos de comportamento nos põem de sobreaviso; ao contrário, seria precisamente a intervenção de outras entidades, igualmente dentro do «habitat» relativamente

¹ RAMOS, Rui J. G, “Pasteleira” in Porto 1901-2001, Guia de arquitectura moderna



59. Bairro Camarário da Pasteleira, Plano de Melhoramentos da Cidade do Porto (1957)



60. Planta da zona de intervenção do Plano da Pasteleira, destaque da parcela norte, correspondente ao Bairro Camarário da Pasteleira (MCP, 1957)

modesto mas dirigidas a famílias de tipos e origens diferenciadas que poderia minorar a nítida oposição existente, favorecendo assim a própria prossecução do equipamento social, evitando um primeiro estágio de isolamento às famílias desalojadas.”¹

Como foi já referido anteriormente, a célula mais a norte do plano, correspondente ao espaço imediatamente a sul do bairro de Casas Económicas da Avenida Marechal Gomes da Costa seria o cupado, ainda em 1957, pelo bairro de encomenda camarária da Pasteleira, a propósito também do Plano de Melhoramentos de 1956, a par de intervenções noutros bairros como é o caso do Bairro do Bom Sucesso (1956) ou do Bairro do Carvalhido (1957).

O bairro camarário da Pasteleira (MCP), implantado numa zona de pinhal, é desenvolvido com uma estrutura viária hierarquizada. É envolvido por uma via principal que lhe define os limites e permite o acesso a vias de menor dimensão, secundárias e sem saída, que facilitam o acesso aos blocos de habitação. (fig. 60)

Os blocos de habitação seguem o modelo usado para todos os bairros decorrentes do Plano de Melhoramentos, usando dois projectos-tipo, um com orientação norte-sul e outro com orientação nascente-poente. Desta forma, os blocos eram dispostos sobre o terreno perpendicular ou paralelamente entre si. (fig. 59)

A intervenção arquitectónica destas realizações limitava-se apenas a repetir exaustivamente os dois modelos utilizados em todos os bairros, com a variante de adequação das vias e consequente espaço público aos ambientes urbanos onde estavam inseridos.

A expressão livre e experimental da arquitectura era assim deixada para outras realizações, que não a camarária, como viria a ser a intervenção da Federação das Caixas de Previdência. Contudo, esta limitação de soluções imposta pela Câmara Municipal do Porto viria a ser objecto de crítica por parte de muitos arquitectos da época.

“Um projecto é sempre, em última análise, uma concepção figurativa de expressão pessoal e sobretudo da cultura comum e as camadas mais necessitadas não podem ser defraudadas, sob pretexto nenhum, dessa qualificação[...]”²

1 PORTAS, Nuno, *Arquitecturas(s), Teoria e Desenho, Investigação e Projecto*, p. 104

2 Ibid., p.105



61. Parcela sul do Plano da Pasteleira,
Bloco E, Sérgio Fernandez e Pedro
Ramalho
(1964)



62. Planta da zona de intervenção do Plano da Pasteleira, destaque da parcela sul, correspondente a intervenções de investimento privado

Numa clara e contestada diferenciação, as parcelas mais a sul do Plano, mais próximas de encosta do rio Douro, eram destinadas a investimento privado e só começaram a ser construídas a partir da década de 60, após a intervenção do Plano Director da Cidade do Porto de 1962.

As intervenções seguiam a linha de “crítica ao moderno” própria da época e dos seus jovens arquitectos numa procura de novas lógicas de implantação e novos modelos morfológicos, nomeadamente no uso de edifícios em torre.

Destes sectores, podemos salientar os dois que foram totalmente construídos, o sector poente, que inclui o conjunto das “Torres Vermelhas”, e o sector sul, a nascente do bairro Rainha D. Leonor, com intervenções arquitectónicas de interesse, que importa referir. (fig. 61)

Neste sector sul (fig. 62), já se assiste à experimentação de novas formas, a par do que acontece com o sector das “Torres Vermelhas”, onde podemos reconhecer a conjugação de edifícios em torre, com blocos com um máximo de cinco ou seis pisos.

“...a área livre de construções que mantinha separada a cidade da Foz, localiza-se um dos sectores que foi integralmente construído. Neste sector localizam-se cinco edifícios de habitação colectiva dos arquitectos Pedro Ramalho e Sérgio Fernandez.”¹

Numa nova perspectiva arquitectónica, as intervenções apesar de reflectirem influências e referências internacionais, tendem a adaptar-se ao ambiente urbano do local e a usar materiais que melhor se adaptem à realidade portuguesa, tanto por preocupações económicas como de resistência e durabilidade dos elementos construtivos. Os referidos edifícios, mostram essa dualidade de ideologias, entre o estilo internacional e a forma de projectar regional herdada da tradição portuguesa.

A lógica de implantação moderna, decorrente da Carta de Atenas, que rejeita a disposição dos elementos subordinados ao traçado da rua e valoriza a orientação solar, era ainda usada como resultado da influência internacional na arquitectura moderna em Portugal. O uso de madeira e tijolo, tal como no sector nascente, reflectem influências arquitectónicas nórdicas, nomeadamente finlandesas.

¹ RAMOS, Rui J. G, “Pasteleira” in Porto 1901-2001, Guia de arquitectura moderna



63. Conjunto Habitacional das “Torres Vermelhas” da Pasteleira (1966)



64. Planta da zona de intervenção do Plano da Pasteleira, destaque da parcela poente, correspondente ao Conjunto habitacional das “Torres Vermelhas” da Pasteleira (CRE, 1966)

“A influência predominante de Alvar Aalto marca a produção portuense a partir dos finais dos anos 50. As obras tendem a reflectir a especificidade dos sítios onde se implantam, reconhecendo os seus materiais e as suas possibilidades técnicas, valorizando no seu desenho «uma sobriedade e autenticidade que busca nas raízes da tradição a sua inspiração mais profunda.» (Tostões, 1997;140).”¹

Também no sector correspondente à intervenção do caso em estudo, a parcela poente (fig. 63 e 64), pode, em muitos aspectos, a par do sector sul, reflectir a influência nórdica na escolha dos materiais assim como uma crítica ao moderno, com uma notória procura de novas formas de projectar, mais adaptadas à forma de habitar portuguesa na década de 60.

Desta forma, o Conjunto Habitacional das “Torres Vermelhas”, inserido numa das parcelas do Plano da Pasteleira e configurado entre a Foz Velha, o Bairro Rainha D. Leonor (SI), a sul e o bairro de encomenda camarário da Pasteleira (MCP), a norte, delimita-se através de vias principais, onde consegue a sua identidade, procurando um desenho que se volta para si próprio, construindo as vias secundárias de acesso aos blocos de habitação.

Esta intervenção deixa assim de parte alguns dos ideais da Carta de Atenas, rejeitando os blocos ortogonais isolados que estabelecem uma relação de paralelismo ou perpendicularidade com as vias, fazendo uma reinterpretação dos ensinamentos modernos.

Outros planos modernos

Apesar da intervenção no Bairro da Pasteleira se ter revelado inovadora na habitação económica portuense, noutros contextos e cidades, as experiências arquitectónicas de readaptação dos ideais modernos já se iniciavam na segunda metade da década de 50. Contudo, só nos anos 60 conseguiu uma expressão mais significativa, com um notável aumento de intervenções.

Desta forma, podem considerar-se obras com princípios e características semelhantes numa perspectiva de compreensão da nova época que se impunha. Um dos casos mais paradigmáticos e que estabelece uma relação de semelhança com a obra em análise é o Plano dos Olivais.

¹ Idem

Da mesma forma que viria a acontecer mais tarde no Porto, o Plano dos Olivais, além de procurar aumentar significativamente o número de habitações na cidade de Lisboa, era resultado de um Plano de urbanização geral na cidade, o Plano Director a Cidade de Lisboa, realizado entre 1938 e 1948, mais tarde reformulado com o Plano Director de Urbanização de Lisboa, na década de 50.

“O desenvolvimento populacional da cidade obriga o Município a, simultaneamente com a revisão e actualização do Plano Director de Urbanização de Lisboa, estudar a realização de planos parciais de urbanização de forma a acompanhar e orientar a expansão da cidade.”¹

Iniciaram-se assim projectos pioneiros no campo do urbanismo, sob influência dos planos de construção das novas cidades inglesas do pós-guerra, nomeadamente o Plano de Gibberd de 1947 para a Harlow, cidade-satélite de Londres, cuja principal preocupação incidia na definição de zonas residenciais e respectiva rede viária de acesso. (fig.65)

As intervenções iniciadas em Lisboa pretendiam atingir grandes volumes de construção num curto espaço de tempo, amenizando assim o problema do défice de habitação existente, e em sequência com o anterior Plano de Alvalade.

A zona afecta ao Plano do Olivais, devido às suas características topográficas, não permitia uma continuidade da malha urbana adjacente e permaneceu, até ao final dos anos 50, com características de uma zona rural, com um reduzido número de acessos e construções.

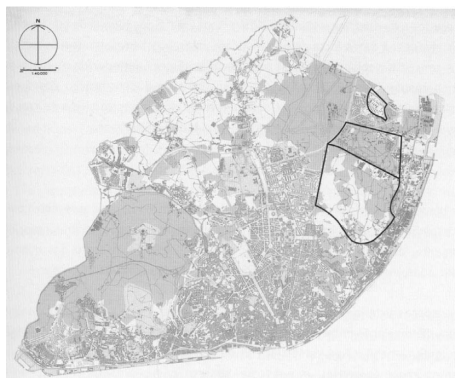
No seu conjunto, o espaço destinado ao Plano dos Olivais ocuparia cerca de um décimo da área do concelho de Lisboa, significando uma intervenção ímpar no nosso país relativamente à sua dimensão. Organizava-se em unidades residenciais celulares, destinadas à construção sob financiamento de promotores privados, cooperativas e instituições de previdência social, tal como aconteceu mais tarde na Pasteleira.

“Para fazer face ao crescimento da cidade e respeitando a lógica do PDM e De Groer, a CML realizou planos parciais de urbanização em grandes áreas de terreno de que era proprietária (resultantes da política de solos de Duarte Pacheco) [...] alguns



65. Esquema do Plano de Harlow, 1947

1 [s.n.], “Olivais-Norte” in Arquitectura, 3ª série, n.º 81



66. Concelho de Lisboa,
destaque das fracções de Olivais Norte,
Olivais Sul e Chelas

destes planos seriam estruturados segundo unidades residenciais organizadas em fracções (células), de que Olivais Norte, Olivais Sul e Chelas serão o expoente.”¹

Constituído por duas parcelas principais, Olivais Norte e Olivais Sul (fig. 66), o Plano dos Olivais contribuiu para inovações significativas na arquitectura e no urbanismo em Portugal. Por reunir condições mais favoráveis ao cumprimento dos prazos estabelecidos para a construção, a parcela de Olivais Norte, de menor dimensão, viu iniciada a sua construção em meados dos anos 50, enquanto a de Olivais Sul foi executada já pouco antes do início da década de 60, numa perspectiva de crítica aos ideais modernos da época, tal como aconteceu com a realização moderna em estudo, na Pasteleira.

“Enquanto o plano dos Olivais Norte resulta de uma aplicação fiel do pensamento racionalista, na concepção dos Olivais Sul foram introduzidas algumas alterações resultantes do debate e da contestação em torno dos conceitos e da doutrina urbana da cidade «moderna», na reestruturação dos centros urbanos e das formas de crescimento das cidades.”²

Algumas das intervenções arquitectónicas em Olivais Norte e Olivais Sul serão objecto de análise mais aproximada na comparação morfológica dos seus elementos com os que configuram o Conjunto das “Torres Vermelhas” da Pasteleira, pela proximidade ideológica na disposição que apresentam.

Apesar de ter passado quase uma década entre as intervenções do Plano dos Olivais e o Plano da Pasteleira, as semelhanças são evidentes. Além da divisão em parcelas, também relativamente ao financiamento das construções através de capitais de Previdência, a par da intervenção das Câmaras Municipais, destinando parcelas à habitação social e ao investimento privado.

Apesar de no Porto não existirem intervenções urbanísticas desta dimensão, pode afirmar-se que as realizações portuenses conseguem impor novas experiências formais de assinalável qualidade com um estreitamento das relações com a cidade envolvente, conseguindo assim um compromisso de relação dos vários elementos uns com os outros e com a malha urbana existente.

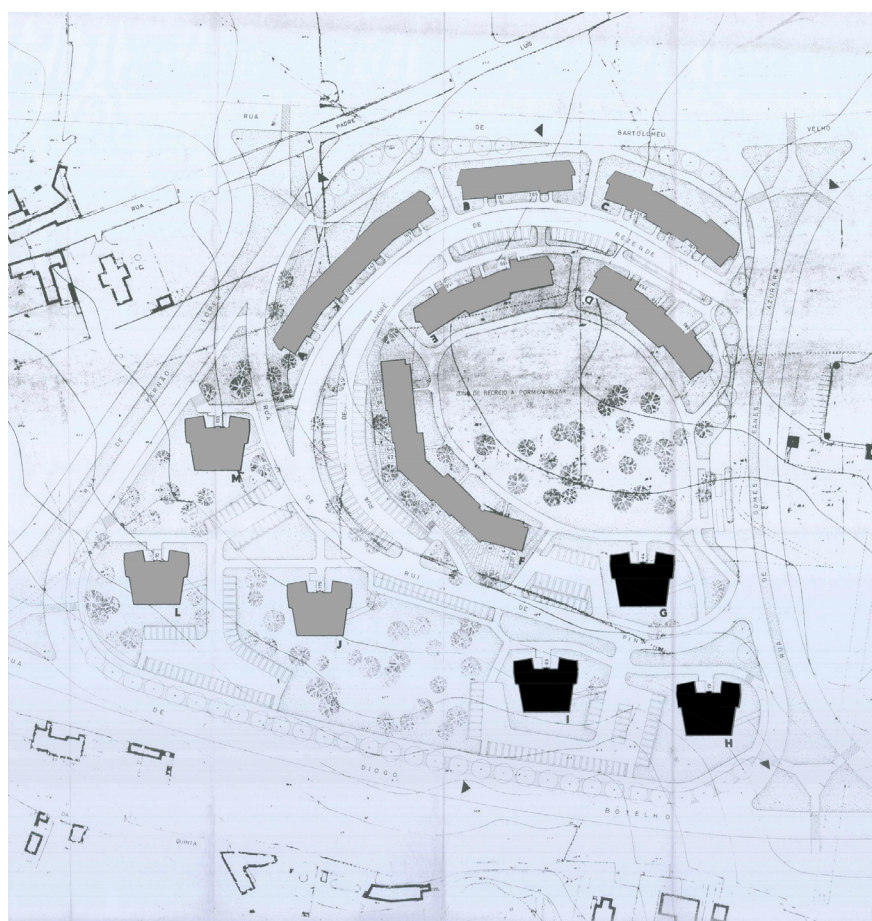
1 GONÇALVES, José Fernando, Edifícios modernos de habitação colectiva, 1948-61: desenho e standard na arquitectura portuguesa, p. 106

2 HEITOR, Teresa Valsassina, Olivais e Chelas: operações urbanísticas de grande escala



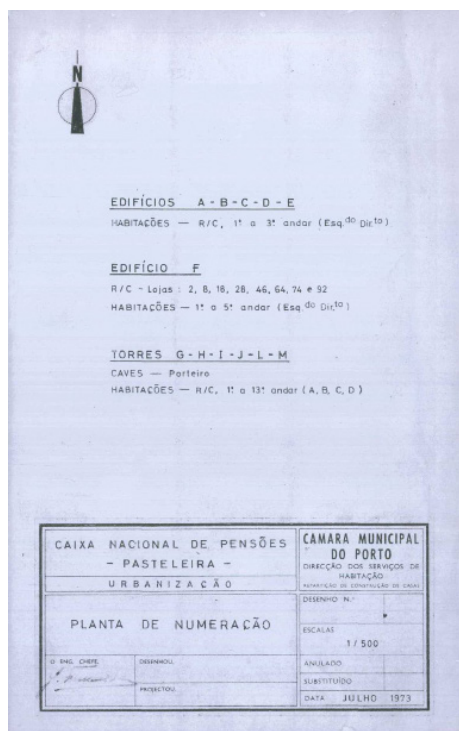
■ TORRE
 ■ BLOCO

67. Planta geral da intervenção, modelos morfológicos dos elementos



■ FASE 1
 ■ FASE 2

68. Planta geral da intervenção, fases de construção



69. Planta geral da intervenção,
legenda

2.2. Do Bairro ao Conjunto Habitacional

Após a aproximação feita a partir da cidade do Porto até ao território de implantação do Plano da Pasteleira, tendo em conta a lógica de expansão que a zona sofreu ao longo dos anos, é necessário compreender o processo de construção do Conjunto Habitacional das Torres Vermelhas, assim como as escolhas feitas na implantação dos edifícios e no desenho do espaço público envolvente.

Desta forma, pretende-se compreender o modo como a localização do terreno e as realidades envolventes contribuíram para a configuração do conjunto até à disposição individual de cada edifício, através de uma análise do processo de realização e das características do espaço resultante da intervenção.

Este bairro é composto por 12 edifícios que podemos dividir em duas categorias formais: seis torres e seis blocos (fig. 67). As torres são exclusivamente destinadas à habitação com rés-do-chão e 13 pisos.¹

Relativamente aos blocos, podemos ainda dividi-los em dois grupos, um constituído por cinco deles estão que também exclusivamente destinados à habitação, com rés-do-chão e três pisos, e outro constituído pelo outro bloco, disposto no centro da intervenção, que conta com o rés-do-chão destinado a espaços comerciais e acessos aos cinco pisos superiores de habitação. (fig. 69)

Esta parcela do Plano da Pasteleira alberga o Conjunto Habitacional oferecendo à cidade do Porto cerca de 500 fogos com tipologias que vão desde o T2 ao T5.

2.2.1. Fases de construção

O Conjunto Habitacional das “Torres Vermelhas”, com o projecto de arquitectura realizado em 1966, cuja construção se iniciou no ano de 1972, contou com duas fases distintas até à configuração actual. (fig. 68)

Como parte da intervenção, conferindo-lhe um carácter excepcional, tanto no tempo como no espaço, conjugam-se edifícios em torre, com 14 pisos e edifícios em bloco, com 4 e 5 pisos, cuja configuração significava também uma inovação formal na época.

¹ As seis torres foram projectadas pelo arquitecto Luís Almeida d'Eça, os cinco blocos mais a norte são da autoria do arquitecto Rui Paixão enquanto o bloco central foi projectado pelo arquitecto João Serôdio que, uma vez que foi o arquitecto identificado no processo de obra, poderá ter sido também responsável pela elaboração do plano do Conjunto Habitacional.

A primeira fase de construção corresponde à edificação das três torres mais a nascente, configurando aquilo que pode ser compreendido como um dos vértices do terreno destinado à intervenção.

Tendo em conta a unidade do conjunto, é possível compreender que o faseamento da obra não corresponde necessariamente a um anterior faseamento do projecto, que terá sido pensado desde o início já tendo em conta os vários elementos integrantes.

Após a construção das três primeiras torres (fig. 70), foram construídos os restantes edifícios, correspondentes à segunda fase de construção.

Enquanto os blocos mais baixos funcionam em conjunto delineando percursos e direcções que encaminham os habitantes, as torres, apesar de integradas no conjunto e nos espaços colectivos, conseguem um carácter mais autónomo e individualizado, o que permitiu que o faseamento da obra fosse conseguido sem uma perda da noção unitária do bairro.

A escolha do vértice a sudeste, com edifícios em altura, para iniciar a construção pode estar relacionado com duas preocupações importantes.

Em primeiro lugar, a preocupação de reduzir a falta de habitação vivida na época, com a construção de edifícios com um número consideravelmente superior de fogos, visto que se desenvolviam em altura. Tendo também em conta que os fogos dos edifícios em torre tinham uma área mais reduzida, pelo que, com ocupação da mesma área, conseguiam um maior número de habitações do que os edifícios em bloco, permitindo assim albergar um maior número de famílias.

Seguidamente, as três torres construídas na primeira fase, permitiam a definição da nova intervenção, criando uma “frente” voltada para a rua principal, seguida da procura da implementação dos novos modelos da época, definindo desde logo, um carácter marcante na paisagem.

De facto, ainda hoje, apesar das inúmeras construções que se seguiram, as “Torres Vermelhas” conseguem ainda um impacto muito forte na paisagem da encosta do Douro, com uma visibilidade de destaque.



70. Conjunto Habitacional das “Torres Vermelhas” da Pasteleira, fotografia correspondente à primeira fase de construção

2.2.2. Características do Conjunto

Numa perspectiva mais aproximada ao caso de estudo, pretende-se analisar a disposição e implantação dos vários elementos, assim como o vazio entre eles, configurando o espaço exterior colectivo, composto por percursos e espaços verdes. Desta forma, é possível conseguir uma caracterização total do bairro, entre espaços construídos e não construídos.

Esta análise incide sobre duas caracterizações principais: em primeiro lugar a implantação, configuração dos volumes construídos e conjugação dos materiais de revestimento dos edifícios e a sua relação com o espaço envolvente, em segundo lugar procura-se uma análise do espaço não construído, tendo em consideração a rede viária, os percursos pedonais e os espaços verdes.

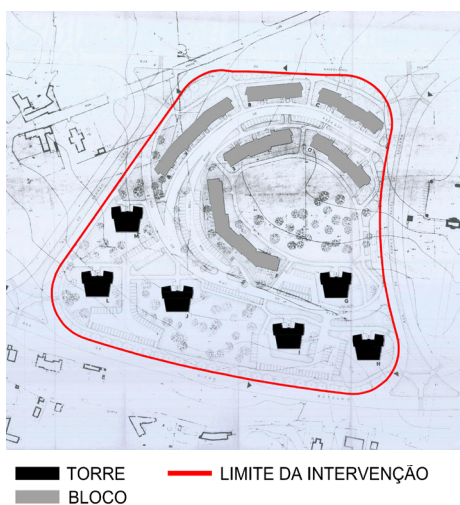
Toda a intervenção no bairro, tanto na atitude formal como no desenho dos espaços colectivos revela uma preocupação de conjugação dos vários elementos, numa tentativa de conseguir um conjunto coeso e capaz de funcionar como unidade residencial integrada no bairro da Pasteleira.

Implantação, volumes e materiais

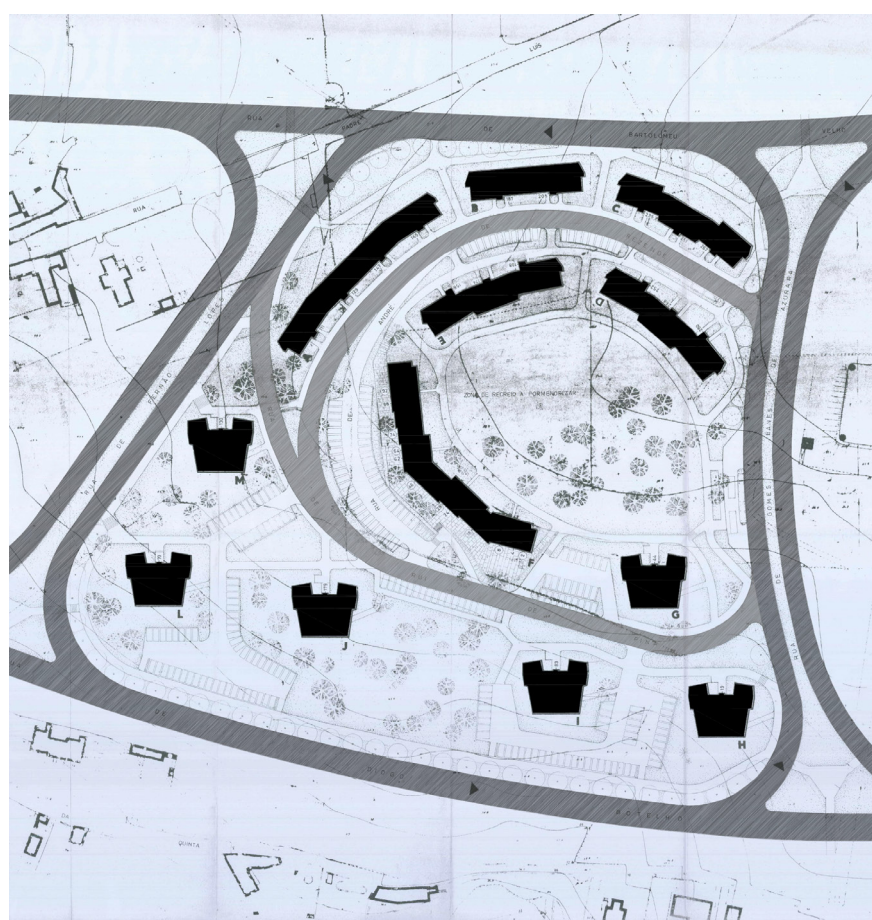
Numa primeira observação ao Conjunto Habitacional estabelece-se uma análise das influências e condicionantes que levaram à implantação actual dos vários edifícios, assim como a relações que os vários materiais utilizados podem significar na leitura do espaço neste conjunto.

Tal como foi referido anteriormente, o Conjunto Habitacional das “Torres Vermelhas” é constituído por dois modelos morfológicos com torres e blocos (fig. 71). Na disposição dos vários elementos é possível identificar duas atitudes de implantação distintas sendo, contudo, complementares, pelo que a lógica de implantação dos volumes construídos está directamente relacionada com o seu modelo morfológico.

Apesar do conjunto habitacional não poder ser compreendido através de uma divisão entre o espaço ocupado pelos blocos e o espaço ocupado pelas torres, podemos estabelecer uma análise de duas formas de implantação nos diferentes volumes construídos. elementos em torre.



71. Planta geral da intervenção, limite da parcela e modelos dos elementos



VIA AUTOMÓVEL PRINCIPAL EDIFICAÇÃO
 VIA CIRCUNDANTE

72. Planta geral da intervenção, edifícios e hierarquia de vias

Esta diferenciação de intervenções é dada não só pelo alinhamento dos vários edifícios como também pela marcação em altura desses elementos.

Relativamente ao “sector” ocupado pelos blocos é possível, através da observação da planta geral da intervenção (fig. 59), compreender que se trata de uma conjugação com recurso à proximidade dos elementos na tentativa de criar novas frentes e consequentemente novas “ruas”.

Os blocos apresentam uma atitude de integração relativamente aos limites do terreno e numa perspectiva de interligação entre os vários edifícios, procurando uma relação com a via automóvel principal e com a estrutura parcelar desenvolvida sob a intervenção do Plano da Pasteleira. Em oposição, os edifícios em altura procuram um carácter autónomo e diferenciado, tanto na implantação como na postura marcante na paisagem. (fig. 72)

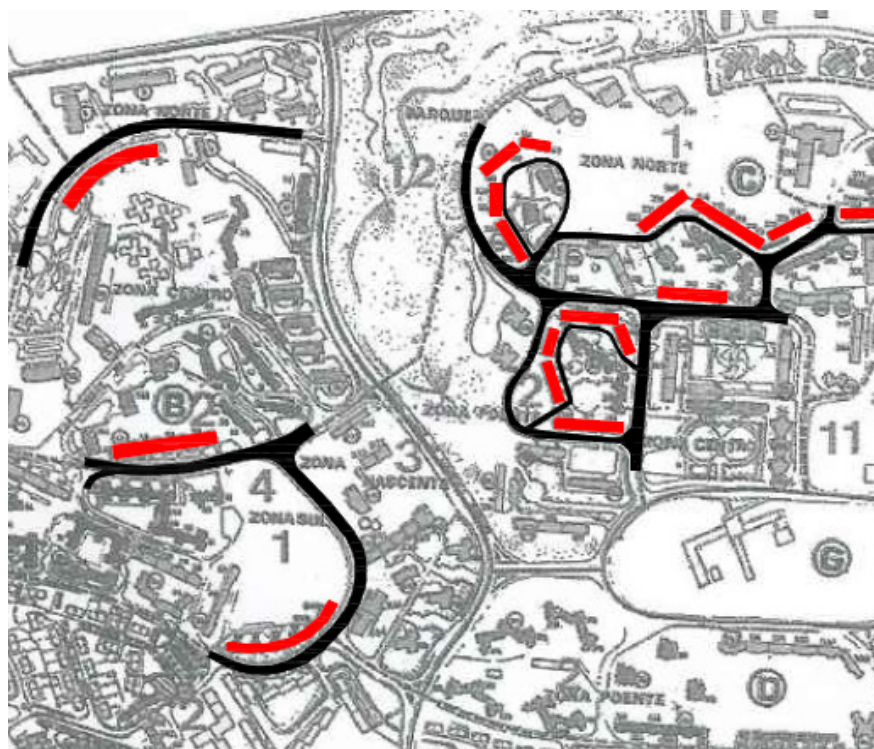
No espaço ocupado pelos blocos, é perceptível a influência dos limites do terreno, definidos pelos arruamentos adjacentes, na formatação da implantação dos edifícios. Desta forma, os diversos blocos delimitam tanto a rua exterior circundante, como as “novas ruas” interiores de acesso às habitações que são criadas, funcionando numa lógica de sucessivos arruamentos paralelos relativamente ao acesso principal.

Os vários elementos em bloco configuram assim uma estrutura com sucessivos “arcos” que acompanham a configuração do terreno e permitem uma leitura de unidade e continuidade, tanto dos edifícios como dos percursos adjacentes.

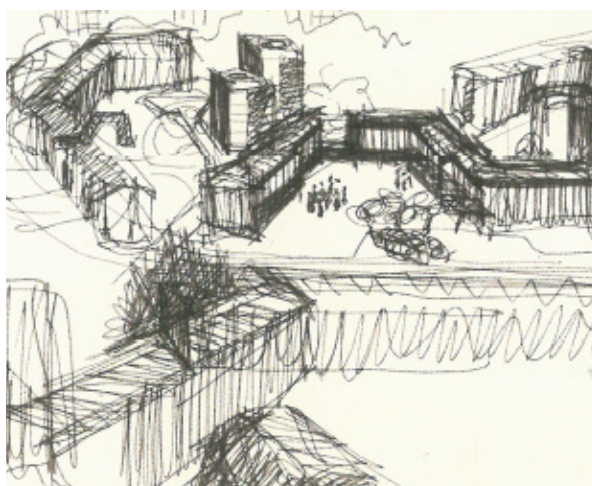
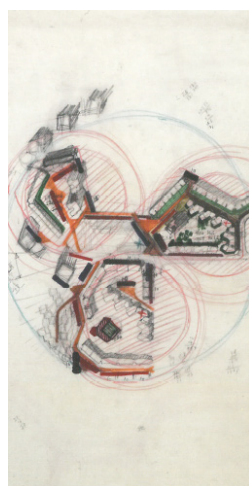
A disposição e organização dos blocos estão em íntima relação com os seus percursos, tanto na sua composição, como numa perspectiva funcional dos edifícios.

Os percursos interiores criados funcionam não só como meio de acesso tanto pedonal como automóvel às habitações, garagens e estacionamento exterior como permitem a criação de um elemento de continuidade do espaço e separação dos volumes construídos, constituindo um elemento ordenador de toda a intervenção.

A atitude adoptada na disposição dos blocos que configuram parte deste Conjunto Habitacional, pode ser comparada à lógica de

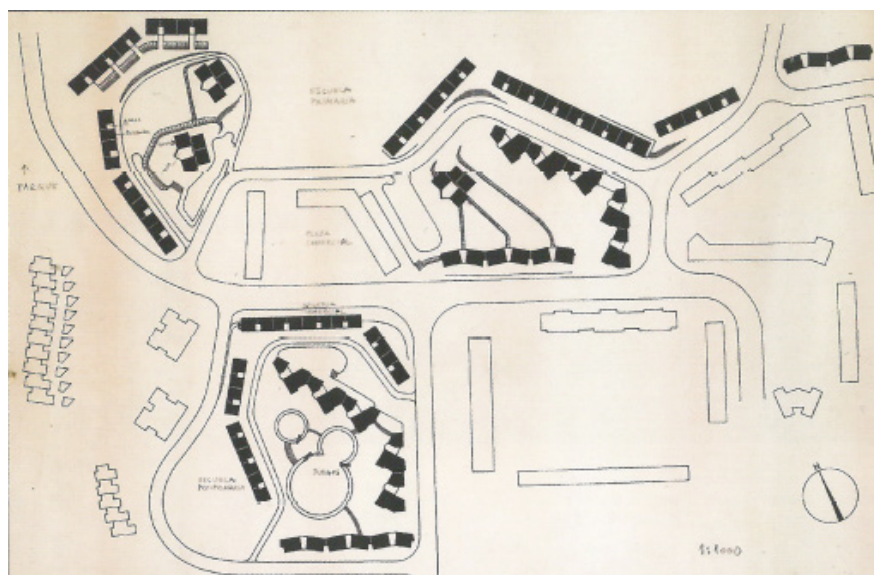


73. Olivais Sul, detalhe da Planta Geral de intervenção com destaque de alguns elementos em banda

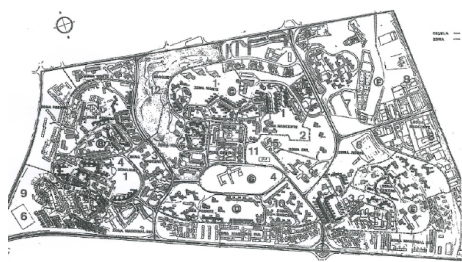


74. Olivais Sul, Célula C estudo da planta de Conjunto

75. Olivais Sul, Célula C, perspectiva do Conjunto



76. Olivais Sul, Célula C, planta do Conjunto, Bartolomeu Costa Cabral e Nuno Portas (1959)



77. Olivais Sul,
planta Geral da intervenção

implantação em algumas das parcelas pertencentes ao Plano de Olivais Sul, numa íntima relação entre o arruamento de limite e a disposição dos elementos. (fig. 77)

Esta opção de implantação, relevando uma grande preocupação na delimitação das parcelas onde se inserem e estabelecendo uma, cda vez mais, clara distinção entre o interior e o exterior da intervenção, configurando uma unidade residencial, um pequeno bairro voltado para si mesmo com limites bem marcados e, quase, “ruas próprias” pode ser observada, como exemplo nos edifícios assinalados a vermelho na figura 73.

Em vários sectores do Plano de Olivaisul, tal como acontece com o sector ocupado pelo Conjunto Habitacional em estudo, é possível identificar facilmente as várias unidades residenciais parcelares, devido a opções de implantação que delimitam inequivocamente o espaço. Um exemplo determinante desta atitude de definição do interior e do exterior da unidade residencial é o conjunto da célula C¹ do Plano de Olivais Sul (1959-1968) dos arquitectos Bartolomeu Costa Cabral e Nuno Portas (fig. 74 -76).

Uma atitude que se revela em clara oposição ao que acontece com o Plano de Olivais-Norte onde ainda eram reconhecidos os princípios modernos da “Carta de Atenas” na disposição dos volumes.

Numa perspectiva formal, através da análise em planta, os blocos estabelecerem uma relação de proximidade que os coloca numa mesma categoria. Contudo, uma análise mais aproximada, permite diferenciar o bloco central pelas suas características singulares na intervenção. O rés-do-chão é ocupado por espaços comerciais, os restantes pisos são compostos por fogos de maiores dimensões, cuja organização interior revela um maior investimento e complexidade e o seu revestimento exterior relaciona-se mais com as torres do que com os restantes blocos.

Desta forma, é possível compreender que os seis blocos se podem diferenciar em duas categorias diferentes, sendo que o bloco central se destaca dos restantes, pelas características enumeradas anteriormente.

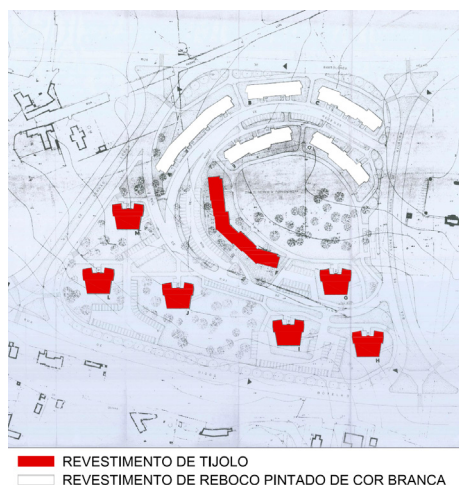
1 Nomenclatura consultada em:
GRANDE, Nuno, Ser urbano nos caminhos de Nuno Portas



78 e 79. Comparação entre o aspecto exterior do bloco central , à esquerda e dos restantes blocos, à direita



80. Relação entre bloco A e torre, diferença de materiais



81. Planta geral da intervenção, revestimentos exteriores



82. Planta geral da intervenção, relação entre os elementos

Numa clara procura pela integração, o bloco central da intervenção, apesar de seguir o alinhamento dos restantes blocos, apresenta-se como um elemento singular. Posicionado estrategicamente no ponto de interface entre blocos e torres, consegue a configuração dos restantes blocos mas adopta o revestimento das torres, como se de um bloco “mascarado” de torre se tratasse. O bloco central distancia-se, assim, da imagem dos restantes blocos, salientando a sua singularidade relativamente aos restantes elementos da intervenção (fig. 78, 79 e 81).

Embora seja possível identificar duas intenções diferentes na solução formal encontrada para os edifícios, não se pode encarar o bairro como a conjugação de duas partes. Apesar de modelos e atitudes diferentes há indícios de uma grande relação entre os blocos e as torres. Através do uso do elemento vertical como remate no alinhamento dos blocos que se posicionam no topo da composição, estabelece-se assim uma relação de proximidade e de integração dos diferentes elementos (figs. 80 e 82)

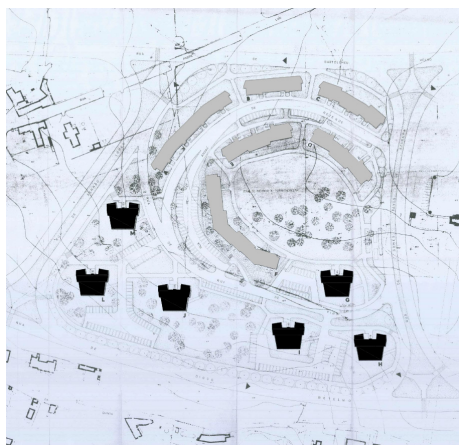
Como foi referido anteriormente, outra das características que indicia a procura de uma integração entre as torres e os blocos relaciona-se com a escolha de materiais de revestimento exterior assim como a própria configuração formal dos diferentes edifícios. Apesar de em planta parecer existir uma maior relação entre os elementos de menor altura entre si, estabelecendo uma relação menos íntima com os elementos em altura, no espaço não é essa a relação que se sente.

Esta pequena diferença na composição do bloco central, mesmo na sua configuração interior, revela uma preocupação de integração da composição que tornam esta obra um caso de estudo muito mais completo e complexo do que poderia parecer à primeira vista.

Contudo, a diferença de materiais dos restantes blocos parece torná-los de uma outra categoria e mais dispersos da conexão que se consegue entre o bloco central e as torres, demonstrando que a implantação dos elementos nem sempre é preponderante na percepção do espaço percorrido (fig. 82)



83. Torre,
fachadas nascente e norte



84. Planta geral da intervenção, implantação dos elementos em torre

Se quanto à implantação dos volumes em bloco, pode afirmar-se que se relaciona com os limites da parcela na qual se insere todo o conjunto e com o sistema viário que é criado para permitir o acesso às habitações, no caso dos volumes em torre a condicionante que determina a sua implantação é, inequivocamente, a orientação solar.

A configuração interior das torres, que será abordada de uma forma mais aprofundada no tema que se segue, determina a posição de implantação dos volumes de maior altura. Desta forma, é possível verificar através da análise da planta geral do conjunto (fig. 84), que todas as torres, independentemente da sua localização, apresentam uma mesma orientação relativamente ao sol, voltando para norte apenas a zona da entrada, caixa de escadas e um reduzido número de espaços das habitações.

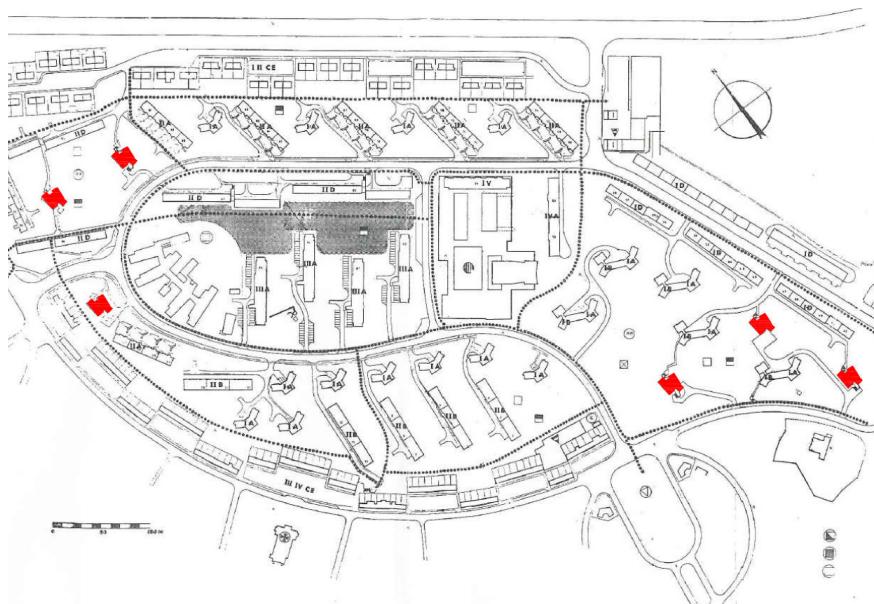
A solução formal adoptada permite um máximo aproveitamento do sol e da paisagem, com o maior número de espaços voltados para Sul, nascente e poente, reservando a norte a localização de espaços de serviço.

Na imagem 83, é possível verificar a grande diferença entre o número de vãos voltados para norte e para nascente.

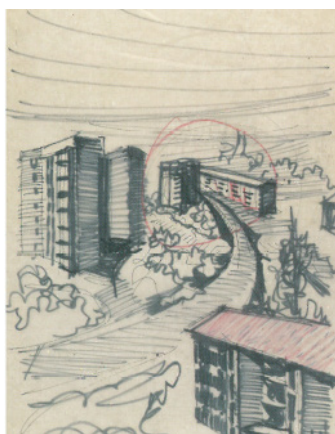
Num claro compromisso com os ideais modernos, apesar do modelo em torre utilizado, a zona reservada às torres de habitação apresenta uma estrutura de implantação mais livre, sobrepondo os volumes a uma grande espaço vegetal contínuo. De facto, ao contrário do que acontece com os blocos, as torres não estabelecem qualquer compromisso com os limites do terreno ou as vias de acesso, sendo que a sua condição de implantação se relaciona apenas com a exposição solar e a paisagem.

Contudo, os elementos em torre não estão dispostos livremente sobre o território, mas apresentam uma relação de proximidade com os elementos em bloco através da posição de remate, que foi referida anteriormente. Além de rematarem visualmente os topos livres dos blocos, formam dois grupos de três elementos deixando livre um espaço central de maior extensão, que permite uma maior abertura ao bloco central.

Esta atitude pode ser comparável à utilizada no projecto dos arquitectos Nuno Teotónio Pereira e Nuno Portas, para a célula A do plano de Olivais Norte (1957-1968).



85. Olivais Norte,
Planta Geral de intervenção com destaque
de alguns elementos em torre



86 e 87. Olivais norte, célula A,
estudo



88. Olivais norte, célula A,
fotografia do conjunto

Através da figura 85, é possível compreender as semelhanças na lógica de implantação, uma vez que os elementos são dispostos sobre o espaço sem estabelecerem qualquer relação de alinhamento com os limites do terreno ou as vias de acesso.

São criados elementos com um carácter individualizado, que os tornam marcantes na paisagem (fig. 86-88). Tal como acontece na Pasteleira, a implantação das torres obedece apenas à orientação solar, reservando o menor número possível de espaços voltados a norte.

É possível concluir que relativamente à implantação, à volumetria e à escolha dos materiais nos edifícios são identificáveis duas lógicas de desenho, diferenciando blocos e torres em atitudes de projecto distintas.

Em primeiro lugar os elementos em altura que procuram tanto uma imposição formal inovadora como uma rápida resolução da falta de habitação, salientam a premissa inicial que levou à sua construção.

Com uma ocupação de terreno relativamente reduzida na intervenção, as seis torres da Pasteleira, com 14 pisos de habitação, conjugando três fogos T3 e um fogo T4 em cada piso, representam cerca de 67% do número total de fogos, com 336 de 500 fogos que foram construídos.

Desta forma, a organização interior das habitações das torres também revela uma preocupação de rentabilização do espaço através do recurso a espaços de dimensões muito reduzidas. (fig. 89 na página seguinte)

Em segundo lugar, é possível salientar a atitude adoptada no desenho dos blocos, com uma lógica de implantação inovadora, funcionando como uma reinterpretação da concepção moderna e destacando o bloco central como elemento diferenciador do conjunto.

Rede viária e espaço público

Na análise da obra, também as ruas criadas para permitir o acesso automóvel, assim como os espaços destinados ao estacionamento revelam importantes premissas no traçado de toda a intervenção, em especial do espaço colectivo.

O acesso ao interior do bairro é feito com ligação a uma nova rua criada, estruturante de todo o traçado tanto dos edifícios como do espaço público.



89. Planta geral da intervenção, densidade de ocupação: número de fogos por área de terreno ocupado



90. Planta geral da intervenção, hierarquia de vias

O novo acesso separa os dois conjuntos em “arco” formados pelos blocos e bifurca em vias secundárias de acesso às garagens ou a diversos alvéolos destinados ao estacionamento. (fig. 90)

Pode dizer-se que apesar de reflectir direcções e alinhamentos dos seus limites e espaços envolventes, o conjunto se volta para si mesmo numa perspectiva de recolhimento face à realidade exterior. Esse recolhimento é notório na implantação dos blocos e no espaço interior que forma, experimentando aquilo que parece ser uma tentativa de zona comunitária de reunião social dos habitantes do bairro.

As “novas ruas” de acesso às habitações, conjugadas com espaços de estacionamento, revelam-se importantes na medida em que o bairro é constituído por um número elevado de fogos, que por sua vez conduzem à existência, actualmente, de um elevado número de automóveis. Ao mesmo tempo, do ponto de vista formal e apesar da grande noção de interioridade da intervenção, não existe qualquer barreira no acesso às ruas interiores, numa perspectiva de cidade que é contínua e se prolonga para o interior do espaço “privado”.

Podemos facilmente perceber no traçado das ruas que a hierarquização das vias está implícita no seu calibre e no seu desenho. A rua que delimita a parcela correspondente à intervenção e que permite o acesso à restante rede urbana de vias, liga-se ao interior do bairro através de uma via principal de maior dimensão que atravessa a intervenção.

As pequenas vias de acesso às garagens das torres, com um calibre semelhante aos percursos pedonais de acesso às habitações, procuram claramente uma diluição no espaço verde envolvente, tirando protagonismo ao automóvel e priorizando o conjunto vegetal colectivo.

Não é possível conseguir uma análise do espaço público sem compreender a estrutura de percursos pedonais criados em relação com os espaços verdes adjacentes. A par dos arruamentos de acesso automóvel, também os caminhos pedonais seguem a lógica de relação de paralelismo com os blocos, ao mesmo tempo que criam percursos de atravessamento entre eles, facilitados pelo espaço entre construções contíguas ou, no caso do bloco central, através de galerias de atravessamento existentes no rés-do-chão.



AS “TORRES” VERMELHAS DA PASTELEIRA | 94

Os percursos pedonais seguem a lógica curvilínea dos restantes elementos, tal como os blocos e as vias adjacentes de acesso, enfatizando o carácter circular do percurso em torno de um centro. Essa lógica permite criar uma perspectiva quebrada, onde os enfiamentos visuais não permitem uma percepção total do espaço e incentiva à descoberta.

Desta forma é possível percorrer todo o bairro sem transpor os seus limites, contrariando as ideias implementadas anteriormente de ruas sem saída para fazer o acesso às habitações.

Tanto na perspectiva do automóvel, como relativamente aos passeios e vias pedonais, é possível compreender que os percursos então pensados de forma a não ser necessário voltar para trás para ter acesso a um outro conjunto de edifícios e habitações. É possível entrar num ponto e sair noutro sem repetir o mesmo percurso.

Este esquema de traçado, além de funcionalmente facilitar o acesso e dinamizar o seu uso é também um elemento unificador. Ao contrário dos bairros projectados sob os pressupostos da “Carta de Atenas”, neste caso, o bairro é mais do que uma relação com a rua adjacente, é uma relação consigo próprio e com o seu interior. Se com a “Carta de Atenas” os bairros se poderiam estender indefinidamente através da adição de blocos, com intervenções mais complexas como esta, a solução de expansão seria, certamente, menos óbvia e com respostas tão diferenciadas quanto os autores intervenientes.

Na relação entre a implantação dos edifícios, o terreno e o espaço público, podemos distinguir duas atitudes distintas, correspondendo às duas soluções formais também distintas e referidas anteriormente.

Por um lado, a implantação dos blocos produz uma relação de proximidade com o traçado das ruas e percursos, deixando apenas livre pequenas faixas de poucos metros de largura reservadas a cobertos arbóreos, à excepção do espaço central. Por outro lado, os edifícios em altura seguem uma lógica diferente e cada edifício possui um carácter individualizado muito marcante, deixando livre uma maior extensão de espaços verdes. (fig. 91)

As torres localizam-se na faixa mais a sul do terreno, desfasadas umas relativamente às outras e beneficiando de uma vista privilegiada sobre a foz do rio Douro.

Como já foi referido posicionam-se de acordo com a orientação solar e com a percepção da paisagem, reflectindo os pressupostos modernos, que se alargam ao desenho do espaço público.

As torres relacionam-se com a rede de percursos pedonal e automóvel na menor medida possível, apenas com um acesso pedonal à entrada do edifício e um percurso automóvel de acesso à garagem. Desta forma, a “frente” para a rua, a sul, é formada apenas pelos grandes elementos verticais, envolvidos por uma massa arbórea contínua e em talude. Esta condição conjugada com a escolha dos materiais de revestimento confere à obra um carácter marcante nesta zona da cidade do Porto.

Esta atitude, de reduzir ao mínimo os acessos às torres, valoriza a ideia pretendida de sobrepor os elementos verticais a um terreno vegetal.

Desta forma, podemos dizer que enquanto na configuração dos blocos, o modelo se poderia repetir apenas de uma forma concêntrica, no caso das torres poderiam ser repetidas tantas vezes quanto maior extensão tivesse o terreno, salvaguardando as mesmas condições de exposição solar e benefício da paisagem. A opção morfológica tomada nas torres revela a procura de uma maior individualização dos elementos, que ganham destaque através do espaço verde envolvente, enquanto os blocos denotam uma interdependência com uma maior proximidade dos elementos construídos com redução do espaço verde envolvente.

O espaço central seria o de maior volume arbóreo, estando definido no processo de obra como “zona de recreio a pormenorizar”, e é actualmente ocupado por um campo de jogos que lhe retira o protagonismo do grande espaço vegetal projectado.

Podem então identificar-se duas atitudes distintas na concepção deste bairro. A primeira, numa atitude de experimentação de novos modelos pouco adoptados e, até então, inovadores no campo da habitação económica no Porto com a construção em altura com mais de 4 pisos, restrição imposta anteriormente na habitação plurifamiliar. A segunda, adoptando modelos já utilizados, com elementos em bloco com um máximo de 5 pisos, que revelam também uma atitude de experimentação no que diz respeito à implantação, na criação de células residenciais bem marcadas, tal como já tinha sido experimentado em Olivais Sul.

Pode, desta forma, afirmar-se que o projecto do Conjunto Habitacional “Torres Vermelhas” da Pasteleira (1966) surge no seguimento de um conjunto de outras obras que vinham a ser feitas até então e que, da mesma forma, associando alguns dos princípios modernos com alterações significativas nos modelos morfológicos utilizados.

A partir do final da década de 50, Portugal assiste a uma mudança na arquitectura moderna. Em alguns casos, são mantidos os princípios de implantação da “Carta de Atenas” com modelos morfológicos apenas pontualmente utilizados na habitação, de que é exemplo o projecto para o Campo do Luso (1959) dos arquitectos José Carlos Loureiro e Luís Pádua Ramos. Noutros casos, os modelos morfológicos eram mantidos, mas toda a lógica de implantação era alterada. Algumas das maiores intervenções modernas no nosso país, na década de 60, apresentam ambas as situações referidas anteriormente.

Funcionando como um verdadeiro “laboratório” de experiências na arquitectura moderna, a Pasteleira, tal como os Olivais Sul, representam um exemplo determinante na procura de novas formas de habitar.



92. “Torres Vermelhas” da Pasteleira

2.3. Do Edifício ao Fogo

Após a análise das condições do território e da lógica de implantação que permitiu a configuração actual do conjunto habitacional das “Torres Vermelhas”, o estudo incide numa aproximação a partir da forma dos edifícios até ao desenho interior dos fogos.

Desta forma, é possível compreender de modo a crítica ao moderno vivida na década de 60, aquando do projecto realizado para esta unidade residencial, influenciou o seu traçado, implantação, volumetria e funcionalismo nos espaços interiores.

2.3.1. As Torres

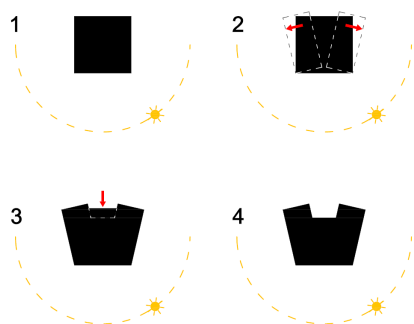
Da intervenção em estudo fazem parte seis edifícios em torre com 14 pisos totalmente destinados à habitação e cave semienterrada destinada a garagens. Funcionam como elementos marcantes tanto a nível local, na identificação do conjunto, como relativamente à paisagem, uma vez que representam um elemento facilmente identificável na encosta do rio Douro. (fig. 92)

Volumetria e desenho das fachadas

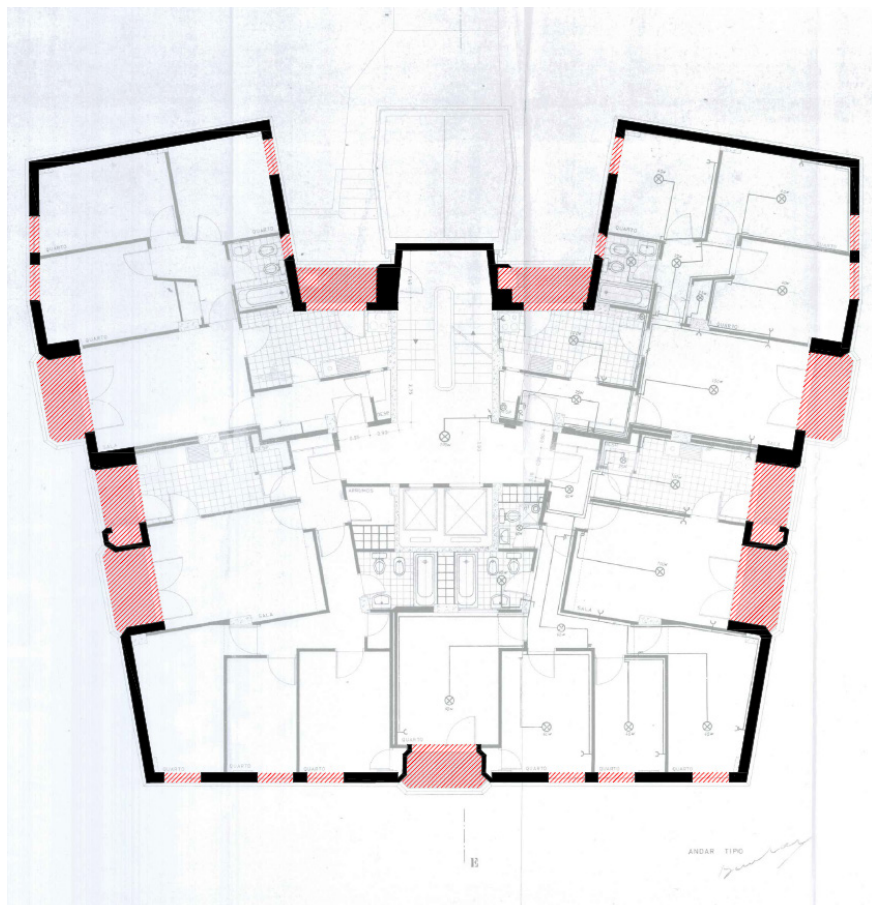
Tal como já foi referido anteriormente, a maior condicionante na implantação das torres de habitação do Conjunto Habitacional das “Torres Vermelhas” da Pasteleira está relacionada com a orientação solar e o benefício da paisagem. A sua localização, a norte relativamente ao rio Douro, teve influência tanto na ocupação da faixa mais a sul na parcela de terreno por parte dos elementos em torre, como definiu também a sua volumetria.

Como é possível verificar na figura 93, ao partir de um volume em torre convencional, um prisma quadrangular, com as suas faces orientadas segundo os pontos cardeais principais, apenas a fachada voltada a sul beneficiaria verdadeiramente da paisagem. Desta forma, com o objectivo de conseguir aumentar a superfície direccionada para o rio Douro com uma melhorada exposição solar, as fachadas voltadas para nascente e poente sofrem uma rotação que determinará a configuração esquemática destas torres.

Da mesma forma, um aumento no recorte central servirá com marcação da entrada do edifício e permitirá também um



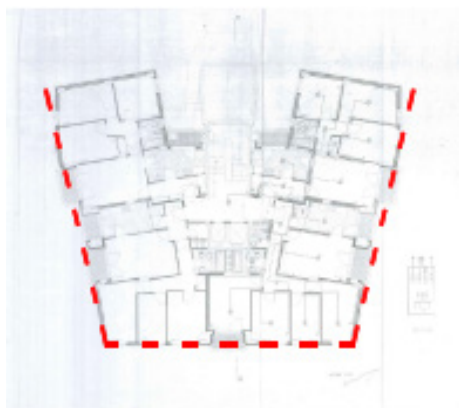
93. Esquema da configuração dos edifícios em torre na relação com a paisagem e a exposição solar



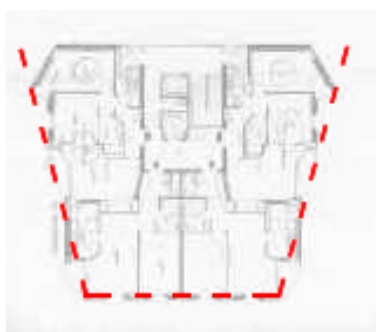
94. Torres da Pasteleira, planta do piso-tipo com destaque dos vãos



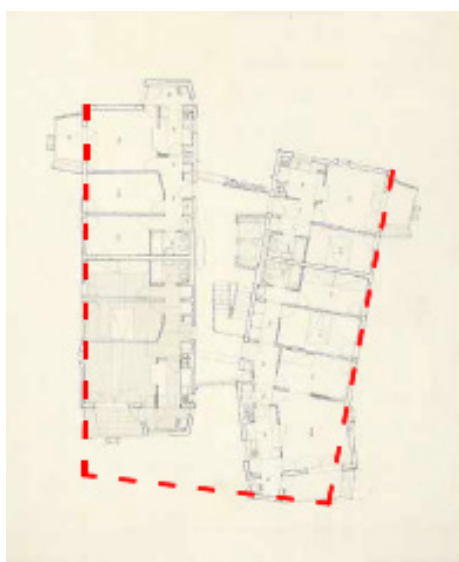
95. Esquema comparativo dos alçados norte, poente e sul (respectivamente) das torres da Pasteleira, destaque dos vãos



96. Planta de uma das torres da Pasteleira(1966)



97. Planta de uma das torres do Campo do Luso, José Carlos Loureiro e Luís Pádua Ramos (1959)



98. Planta de uma das torres da célula A de Olivais Norte, Nuno Teotónio Pereira e Nuno Portas (1957)

aumento da exposição solar nos espaços da fachada voltada a norte.

Esta tentativa de conseguir rentabilizar a exposição solar no edifício, aumentando, através da sua forma, a superfície das faces melhor orientadas é aumentada, colocando nessas faces o maior número de aberturas. (fig. 96)

Este objectivo é conseguido “abrindo a sul” os edifícios, através da rotação das faces Nascente e Poente, isto é, em vez que estarem posicionadas perpendicularmente em relação à fachada voltada a sul, passam a estar a um ângulo superior, garantindo melhores condições na iluminação natural dos espaços interiores.

Esta solução já havia sido experimentada em 1959, na urbanização do Campo do Luso (fig.97), e de uma forma não tão imediata em 1957, nas torres de Olivais Norte (fig. 98), onde apesar da volumetria e lógica de conjugação dos espaços ser totalmente distinta, podem ser encontradas algumas semelhanças na tentativa de rotação das faces para facilitar a entrada de luz solar.

Da mesma forma, esta opção de “direccionar” o volume para sul, nascente e poente, determina a localização dos espaços interiores e, consequentemente, as suas aberturas para o exterior. Se com a utilização de um volume regular a organização pode adquirir várias lógicas de organização interior, com esta opção formal é notória a intenção de conseguir o maior número possível de espaços com vãos abertos nas fachadas com orientação privilegiada.

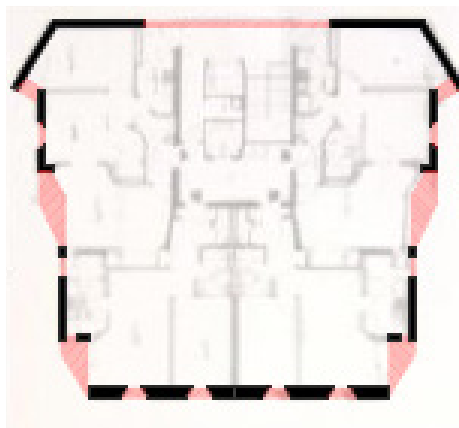
Através da análise da planta da figura 94, é possível perceber que os vãos estão localizados maioritariamente nas fachadas sul, nascente e poente, para que apenas um reduzido número de espaços de serviço estejam voltados para norte.

Esta ideia, ilustrada na figura 95, é reforçada na observação dos alçados, onde é facilmente identificável a concentração de vãos significativamente superior das fachadas sul, poente e nascente (não representada) relativamente à fachada norte, onde apenas existem vãos no tramo central correspondente à caixa de escadas e cozinhas.

Tal como foi referido anteriormente, também no posicionamento dos vãos, a intervenção na Pasteleira pode ser comparada com as torres do Campo do Luso. Através do recurso ao mesmo tipo de configuração em planta, privilegiando claramente as fachadas sul, nascente e poente onde são localizadas, maioritariamente, as aberturas para o exterior.



99. Torres da Pasteleira,
destaque da caixilharia



100. Torres do Campo do Luso, planta do piso-tipo com destaque dos vãos

Apesar de ser perceptível que a lógica de diferenciação das fachadas mais ou menos nobres é a mesma, nas torres do Campo do Luso (fig.99), a tentativa de conseguir um maior número de espaços interiores voltados a sul é ainda mais evidente. Através da introdução de sucessivos recortes complementados com varandas nas fachadas nascente e poente, é o exemplo mais marcante da influência da iluminação natural e da relação entre os espaços interiores e a orientação dos seus vãos.

Da mesma forma que nas torres da Pasteleira, a intervenção no Campo do Luso consegue volumes que se repetem com uma mesma implantação e que estão intimamente relacionados com o sol, relação directamente reflectida na sua volumetria e na definição das suas fachadas.

É importante referir que a caixilharia de madeira, própria das intervenções da época, se encontra ainda original em alguns dos vãos da intervenção, contudo, a maioria das varandas foram já actualmente anuladas pela introdução de caixilharia de alumínio à face da guarda numa tentativa de aumentar o espaço interior (fig. 100). Esta posterior intervenção significa, porém, uma anulação do jogo de profundidades conseguidas com as varandas, que o projecto original fazia prever.

Materiais de revestimento

Após uma breve análise das torres em estudo, na perspectiva de compreender quais as influências e as relações que determinaram a sua forma é determinante referir os materiais que foram utilizados nos seus revestimentos exteriores e que a par da sua volumetria, contribuíram para o seu carácter memorável.

No revestimento exterior das torres podem ser identificados três revestimentos principais.

Contudo, o material mais marcante no revestimento destes edifícios é o tijolo vermelho que cobre a grande maioria da sua superfície.

Esta opção decorre de uma época onde se experimentavam revestimentos tipicamente portugueses, como é o caso do azulejo, presente em várias obras no Porto na década de 60.



101. Torres da Pasteleira,
fachada norte



102. Bloco E,
parcela sul do bairro da Pasteleira,
fachada sul,
Sérgio Fernandes e Pedro Ramalho
(1964)



103. Bloco E,
parcela sul do bairro da Pasteleira,
topo nascente,
Sérgio Fernandes e Pedro Ramalho
(1964)

Contudo o uso do tijolo era também muito utilizado nos países nórdicos que, através das revistas de arquitectura e das viagens dos arquitectos portugueses, começaram a influenciar algumas realizações nacionais.

Uma das intervenções arquitectónicas que reflecte também, de certa forma, uma influência nórdica é o bloco E, na parcela mais a sul da Pasteleira, dos arquitectos Sérgio Fernandez e Pedro Ramalho e cuja construção se terá iniciado em 1964. (figs. 102 e 103)

Este bloco apresenta uma escolha de materiais de revestimento muito semelhantes às torres do Conjunto Habitacional em estudo. Em primeiro lugar, grande parte da sua superfície está revestida a tijolo de cor vermelha. Em segundo lugar, apresentam um embasamento de pedra de granito que estabelece o contacto entre o volume e o terreno.

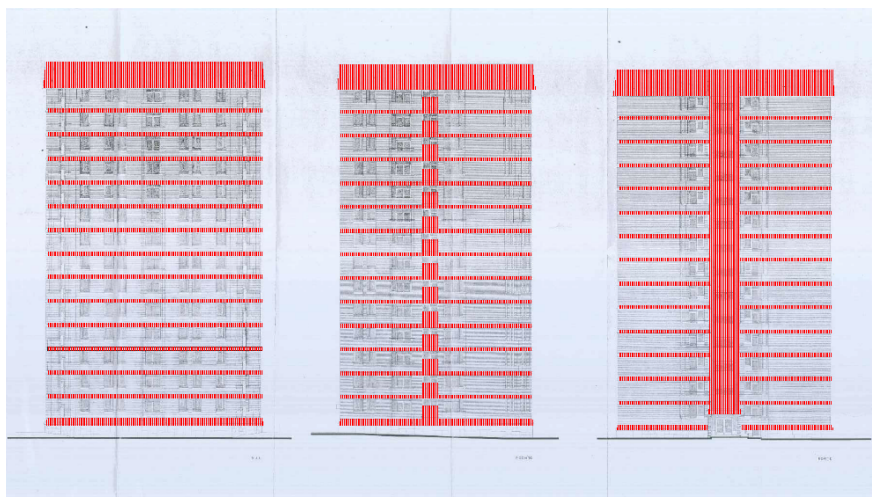
Este embasamento de revestimento granítico corresponde, no caso do bloco E, ao piso de acesso à entrada e garagens, enquanto no caso das torres em estudo, corresponde apenas às garagens e é menos marcante na estrutura por ter uma altura reduzida, uma vez que o piso correspondente está semienterrado.

Além do tijolo de cor vermelha e da pedra de granito, é possível identificar um terceiro revestimento que faz toda a diferença na estrutura da composição dos alçados das torres.

As faixas de reboco pintado de cor bege são, de facto, um elemento que contribui para diferentes sensações na observação desta peça arquitectónica. Por um lado, reflectem a marcação dos vários pisos, contribuindo para uma ideia de “camadas sobrepostas” que compõem a torre e acentuando uma relativa horizontalidade dos vários pisos.

O mesmo revestimento é também usado como remate no topo superior do edifício, com uma altura superior. Por outro lado, o revestimento de elementos como a caixa de escadas que faz o acesso vertical às habitações, acentua a sua verticalidade. (fig. 101)

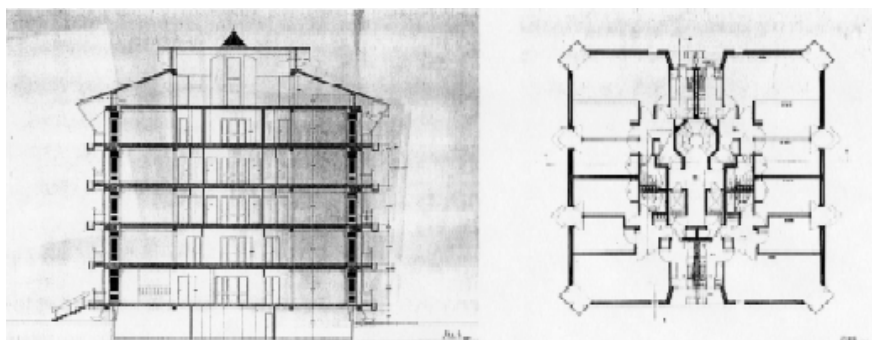
Através da análise da figura 102 é possível verificar a diferença na composição dos vários materiais de revestimento que produzem efeitos visuais muito distintos que, neste caso, acentua a horizontalidade ou a verticalidade dos elementos.



104. Esquema comparativo de composição das fachadas sul, poente e norte (respectivamente)



105. Primeira proposta para as torres, alçados sul e norte (respectivamente)



106. Corte de uma das Torres Vermelhas de Aveiro, José Carlos Loureiro e Luís Pádua Ramos (1968)



107. Torres Vermelhas de Aveiro, José Carlos Loureiro e Luís Pádua Ramos (1968)

As estreitas faixas reflectem na fachada a altura dos pisos e culminam numa estrutura exterior de sobreposição de elementos, deixando perceber a facilidade que seria aumentar indefinidamente o número de pisos, e consequentemente a altura do edifício, sem comprometer a sua lógica de composição na fachada. (fig. 104)

De facto, através da análise das peças desenhadas do projecto original, é possível concluir que esse aumento do número de pisos se verificou ao longo do processo.

As primeiras peças desenhadas das torres em alçado, determinam elementos com a mesma forma que, no entanto, se apresentam com apenas cinco pisos com cave semienterrada (fig. 105), assemelhando-se à estrutura de rés-do-chão e cinco pisos de habitação do bloco central da intervenção.

Esta primeira proposta para a construção das torres, depois substituída pelos elementos com 14 pisos que conhecemos actualmente, estabelece uma relação de proximidade, na proporção entre altura e largura, com o bairro das Torres Vermelhas de Aveiro, dos arquitectos José Carlos Loureiro e Luís Pádua Ramos, cuja construção se terá iniciado em 1968, ou seja, 4 anos antes do início da construção das primeiras Torres Vermelhas da Pasteleira. (figs. 106 e 107)

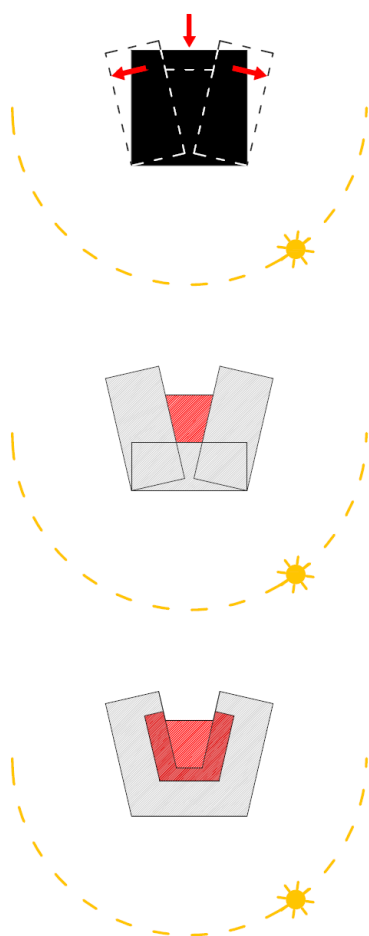
A relação de proximidade entre as Torres Vermelhas de Aveiro e as Torres Vermelhas da Pasteleira está também presente no uso dos materiais de revestimento, nomeadamente a utilização de tijolo vermelho e o recurso a uma composição de materiais, que da mesma forma imprimem na fachada a altura dos vários pisos.

Composição interior do espaço

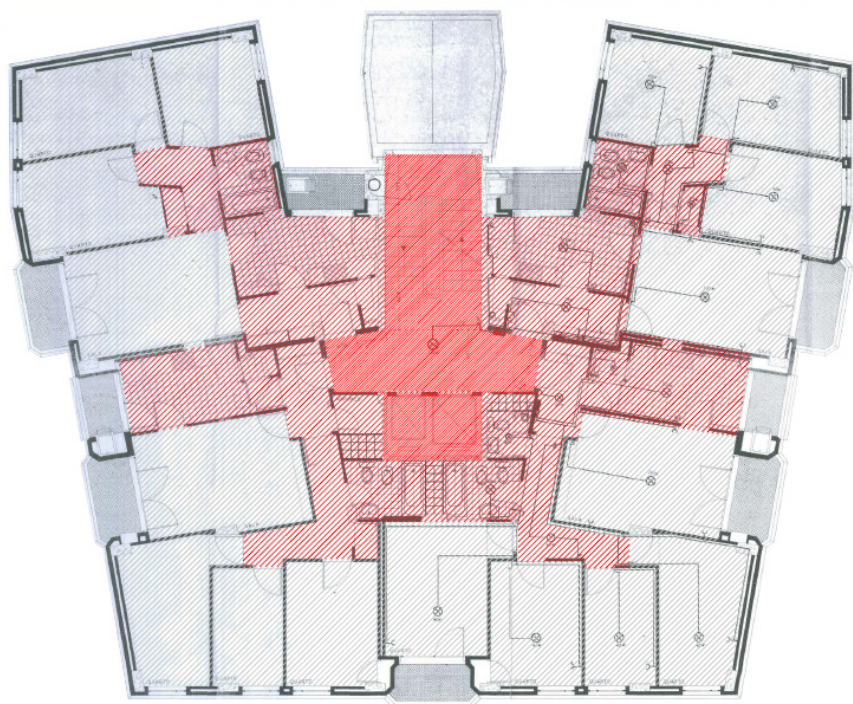
Depois de verificar de que forma se apresentam as torres, na sua forma e revestimento, torna-se imperativo analisar a sua composição interior.

A sua forma e implantação, ao privilegiar fachadas com melhor exposição, determinam também claramente a disposição dos diferentes espaços dos fogos, numa evidente segregação entre espaços de serviço e espaços nobres.

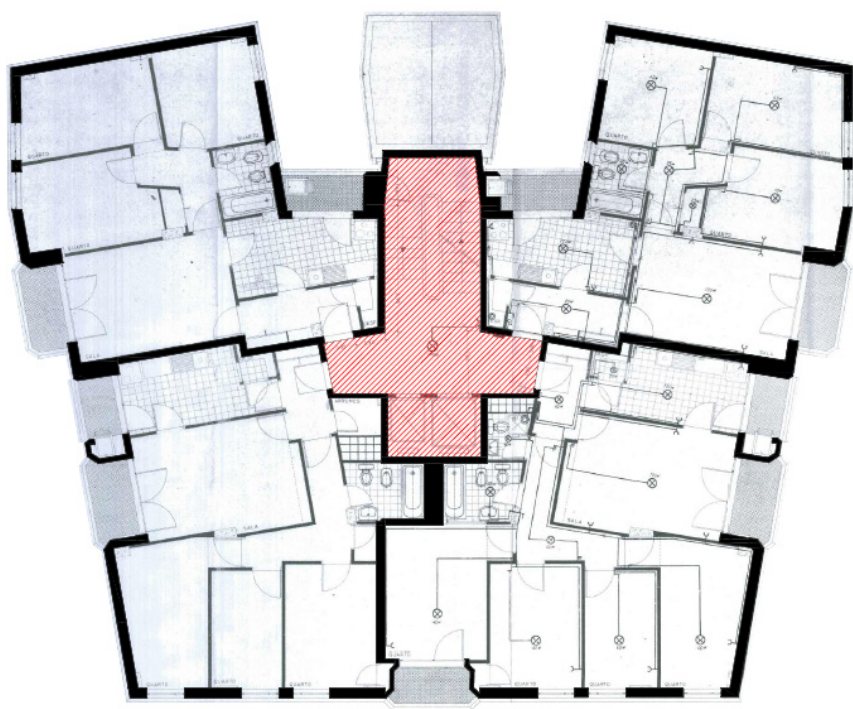
A observação do esquema na figura 108 permite compreender que a rotação sofrida pelas fachadas nascente e poente, a par da fachada sul, naturalmente privilegiada pela vista para o rio



108. Esquema da localização dos acessos verticais (a vermelho) e dos espaços de serviço e circulação (a vermelho escuro)



109. Torre da Pasteleira,
planta do piso-tipo com destaque do
núcleo vertical de acessos e zonas de
serviço e circulação



110. Torre da Pasteleira,
piso-tipo com destaque do núcleo central
de acessos e da divisão dos fogos

Douro, determinam inequivocamente a localização da zona de acessos verticais no seu interior. A localização dos espaços de serviço assim como de circulação é disposta maioritariamente junto ao núcleo de acessos, libertando as zonas melhor localizadas para os espaços nobres dos fogos.

Na figura 109 estão identificados os espaços de serviço e circulação (vermelho escuro) bem como a zona reservada ao núcleo de acessos verticais e espaço de distribuição de acesso aos diferentes fogos. A planta do piso-tipo permite identificar as zonas de serviço e circulação maioritariamente localizadas em torno do núcleo de acessos, com a excepção de dois espaços de cozinha que conseguem luz natural nas fachadas nascente e poente, mas que estão todavia mais recolhidas que os restantes espaços nobres adjacentes.

Na composição de cada piso das torres, incluindo o rés-do-chão, são dispostos quatro fogos, três T3 e um T4. (fig. 110)

Os dois fogos a norte, de tipologia T3 são simétricos e compõem a sala, com varanda, voltada para as fachadas nascente e poente e inserem os espaços mais íntimos dos quartos nas saliências formadas pelo recorte da fachada norte, garantindo assim a melhor iluminação possível.

Os dois fogos mais a sul, com um T3 e um T4, apesar de serem também simétricos, apresentam a excepção, com mais um quarto, na zona correspondente ao alinhamento do núcleo de acessos verticais.

A adição deste quarto extra é marcada na fachada sul por estar recuado e permitir a introdução de uma varanda.

Também neste caso, os espaços de sala e cozinha são dispostos na zona mais próxima da entrada, com aberturas nas fachadas nascente e poente, reservando a zona mais afastada da entrada, e mais íntima, para a localização dos quartos, que ocupam a fachada sul.

Os fogos são combinados numa articulação de espaços, numa definição clara entre zonas de serviço, áreas familiares e núcleos íntimos, com áreas muito reduzidas, permitindo albergar famílias mais numerosas com o mesmo volume de construção. No entanto, este aproveitamento máximo do espaço não compromete a sua qualidade e organização.

De facto, a premissa principal de conseguir que os espaços nobres fossem privilegiados por uma vista sobre o rio Douro e uma iluminação natural de qualidade, foi amplamente conseguida.



111. Torre da Pasteleira,
planta parcial do piso-tipo



112. Vista geral da sala



113. Vista da varanda da sala



114. Espaço de entrada com armários embutidos



115. Espaço de circulação com armário embutidos

O fogo visitado (fig. 111, de tipologia T3, que corresponde à posição mais a norte na torre, ocupando parte das fachadas norte e poente, consegue uma vista direccionada para o rio através da varanda da sala, actualmente fechada com caixilharia de alumínio. (figs. 112 e 113)

Esta vista privilegiada a sul, com o rio Douro só é conseguida através da solução encontrada para a definição da orientação das fachadas, que resulta numa rentabilização da vista por parte dos vários fogos, independentemente da sua posição no piso. Neste fogo é possível compreender a forma como a articulação dos espaços, numa segregação entre espaços de serviço e espaços nobres, beneficia a sua funcionalidade.

Desta forma, os espaços de circulação da entrada e de distribuição para os quartos, reduzidos ao mínimo, estão desenhados de forma a incentivar o seu percurso e ir descobrindo os vários espaços, criando vários níveis de privacidade e combatendo uma vista directa para o seu interior. O seu desenho permite também a introdução de armários embutidos para arrumação. (figs. 114 e 115)



116. Vista de uma das ruas interiores,
Conjunto Habitacional das “Torres Ver-
melhas” da Pasteleira

2.3.2. Os Blocos

Além dos elementos em torre, analisados anteriormente, a intervenção é composta também por seis elementos em bloco. Ao contrário do que acontece com as torres, nos blocos não se verifica uma replicação integral dos elementos, uma vez que estes não estabelecem a sua forma com base na orientação solar.

Como já foi referido, o espaço existente e os limites da célula correspondente à intervenção foram as condicionantes na definição da volumetria dos vários elementos. Desta forma, as diferentes condições de exposição solar e relação com as vias diferem mediante a sua localização no conjunto e definem algumas diferenças entre os vários elementos.

Na intervenção são identificáveis dois tipos de blocos, que se distinguem através de inúmeras características. Os diferentes elementos de revestimento, a ocupação do rés-do-chão com espaços comerciais e a opção de introduzir fogos de maiores dimensões e maior complexidade interior, conferem ao bloco central da intervenção um carácter excepcional que merece uma análise mais cuidada.

Volumetria e desenho das fachadas

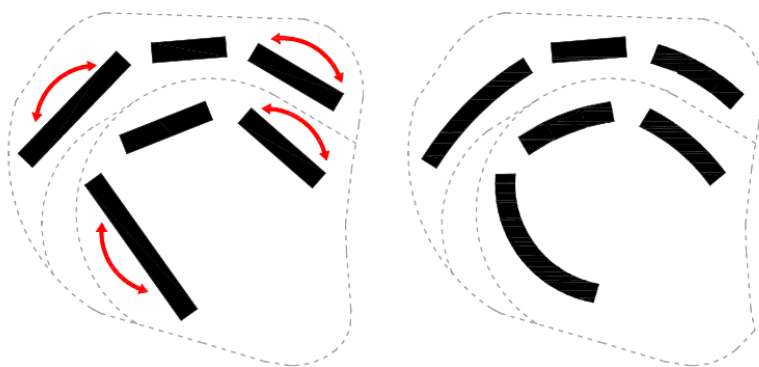
Na definição da volumetria e na lógica de composição das aberturas nas fachadas, as torres e os blocos apresentam-se com intensões distintas.

Tal como já foi referido anteriormente, a implantação tanto do bloco central, como dos restantes blocos, relaciona-se com a via limite da parcela e as vias interiores de acesso, criando “frentes de rua”. Apesar de o bloco central se revelar uma excepção na intervenção, a sua implantação relaciona-se com os restantes blocos, em oposição à lógica de implantação identificada nas torres.

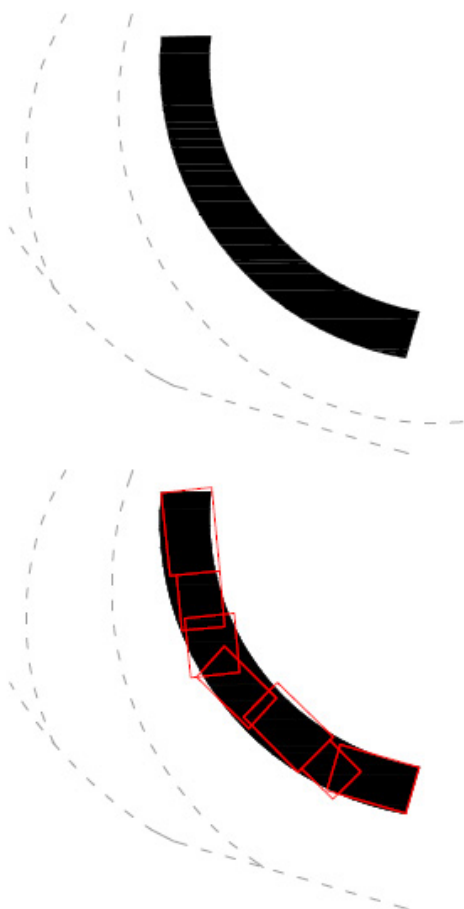
Numa evidente procura de definição entre o exterior e o interior da parcela, a implantação dos elementos estabelece o limite e a definição das ruas. (fig. 116)

Numa primeira abordagem, seria possível tentar estabelecer esse limite através de blocos rectangulares simples, tal como foi conseguido em Olivais Sul, de Bartolomeu Costa Cabral e Nuno Portas.

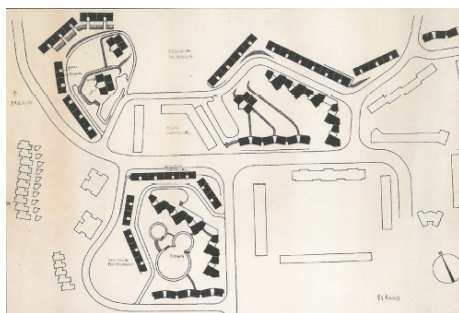
Nesta intervenção, já referida anteriormente, os blocos são também dispostos em relação com as ruas procurando uma clara



117. Detalhe da planta geral da intervenção, Conjunto Habitacional das “Torres Vermelhas” da Pasteleira, esquema de relação entre os blocos e as ruas,



118. Bloco central, Conjunto Habitacional das “Torres Vermelhas” da Pasteleira, esquema do processo de formalização



119. Planta geral do Conjunto, célula C, Olivais Sul,

relação entre interior e exterior do “bairro”.

Para tal são utilizadas, na maioria dos casos, formas simples que conseguem a curvatura na quebra de continuidade dos elementos e na sua torção, estabelecendo uma melhor relação com o traçado das vias. (fig. 119)

Tendo em conta o traçado da via principal de limite exterior à parcela, não foram adoptadas, neste caso, as formas simples, pelo que foi procurada uma solução que estabelecesse uma relação ainda mais próxima com as ruas circundantes. Desta forma, tendo em conta que o traçado das ruas se baseia em linhas curvas, também os elementos em bloco teriam que ser curvos, de forma a definirem verdadeiramente as suas “frentes”. (fig.117)

Numa primeira observação pode parecer que as formas curvas, mais relacionadas com o traçado do sistema viário, são a opção adoptada na intervenção. Contudo, uma observação mais aproximada permite compreender que a curvatura dos edifícios é dada pela torção e sobreposição de elementos geometricamente mais simples.

Esta característica é mais evidente na definição formal do bloco central da intervenção, que resulta, em planta, da sobreposição de um conjunto de elementos rectangulares correspondentes também a estruturas modulares repetíveis no seu interior.

A observação da planta correspondente ao bloco central permite compreender de uma forma clara o processo de definição da sua forma através da sobreposição de geometrias elementares. A articulação de volumes revela-se capaz de satisfazer a torção necessária para substituir as linhas curvas. (fig. 118)

A mesma solução volumétrica é replicada, de uma forma mais subtil, nos restantes blocos do Conjunto Habitacional das “Torres Vermelhas” da Pasteleira e pode também ser identificada noutras obras da época. Um dos exemplos que se torna importante na comparação com os blocos da Pasteleira é o bloco que estabelece o limite da realização no Campo do Luso (1959), já utilizado anteriormente como referência na análise dos elementos em torre.

O elemento de maior extensão, localizado na faixa mais a nascente da intervenção, estabelece o limite com a parcela vizinha de forma a definir claramente o exterior e interior do bairro, tal como acontece com os blocos da Pasteleira.



120. Planta geral da intervenção, Conjunto Habitacional das “Torres Vermelhas” da Pasteleira, destaque dos elementos em bloco



121. Planta parcial do piso-tipo dos blocos C e D, Conjunto Habitacional das “Torres Vermelhas” da Pasteleira

Uma vez que o limite existente não se apresenta com um traçado regular, também neste caso o edifício se adapta à pré-existência com um traçado que adopta uma solução alternativa à curva, com a criação de tramos regulares articulados entre si. (fig. 122)

Além do bloco central, que se apresenta, neste intervenção, como o elemento de maior torção e consequentemente maior composição de elementos geométricos, é possível identificar a mesma lógica nos restantes elementos em bloco.

De facto é possível identificar, quanto à sua implantação e forma, três tipos distintos de blocos no Conjunto Habitacional da Pasteleira, correspondendo a diferentes níveis de torção. Em primeiro lugar, o bloco central que, tal como já foi referido, se apresenta como o elemento de maior torção (a vermelho na figura 120). Em segundo lugar é possível compreender que o elemento central do anel exterior de implantação dos blocos não apresenta qualquer torção na sua forma (a verde na figura 120). Finalmente, num terceiro grupo de elementos, inserem-se os restantes blocos, apresentando um torção muito subtil (a amarelo na figura 120).

Nos blocos cuja torção é pouco expressiva, a solução encontrada assenta na justaposição de módulos sem que exista, como acontece no bloco central, uma composição interior de integração das várias direcções, conseguindo assim uma forma mais simples.

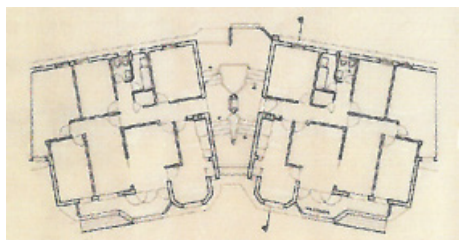
A figura 121, correspondente à planta parcial dos blocos C e D do Conjunto Habitacional em estudo, permite compreender que a orientação que o volume sofre não resulta numa complexidade acrescida ao interior dos módulos de habitação, permitindo uma composição simples e clara.

A mesma atitude pode ser reconhecida na intervenção de Nuno Portas e Bartolomeu Costa Cabral em Olivais Norte (1959), onde a torção do elemento configura a posição do acesso vertical, conseguindo assim uma regularização dos módulos de habitação. (fig. 123)

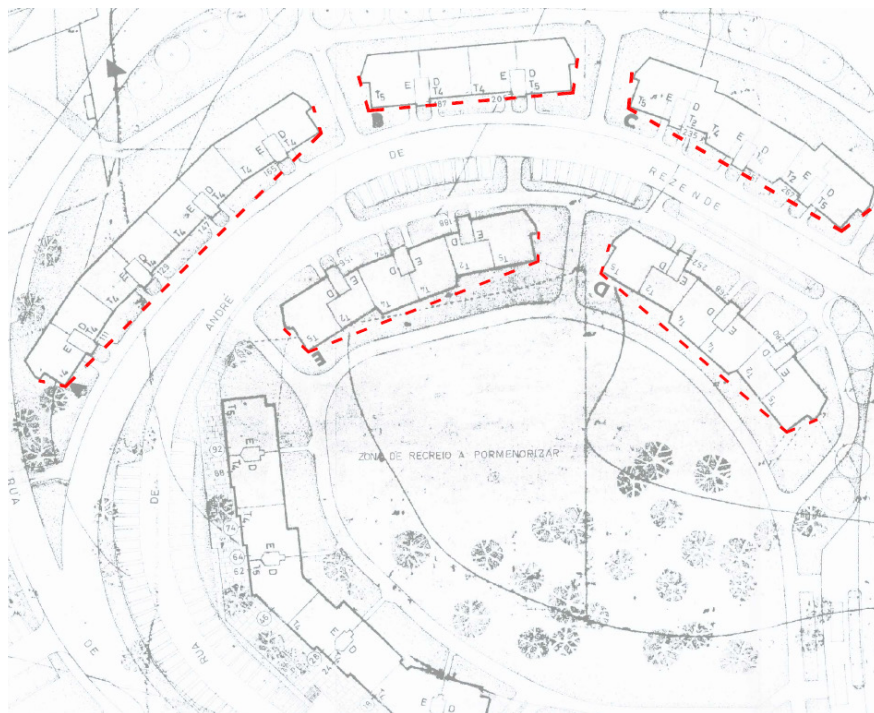
Relativamente à composição das fachadas, existem elementos importantes a salientar. Uma vez que se tratam de elementos em bloco, com uma extensão considerável e adoptando várias orientações de forma a ser possível uma adaptação aos limites existentes no território, é possível compreender que a disposição dos vãos na fachada, ao contrário do que acontece com as torres, se distribui igualmente nas duas fachadas principais.



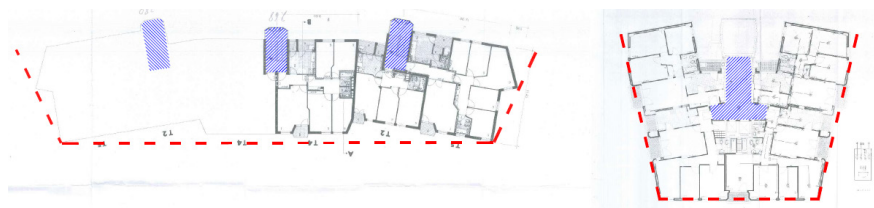
122. Planta do Conjunto e plano do piso. tipo do bloco limite, Campo do Luso, José Carlos Loureiro e Luís Pádua Ramos (1959)



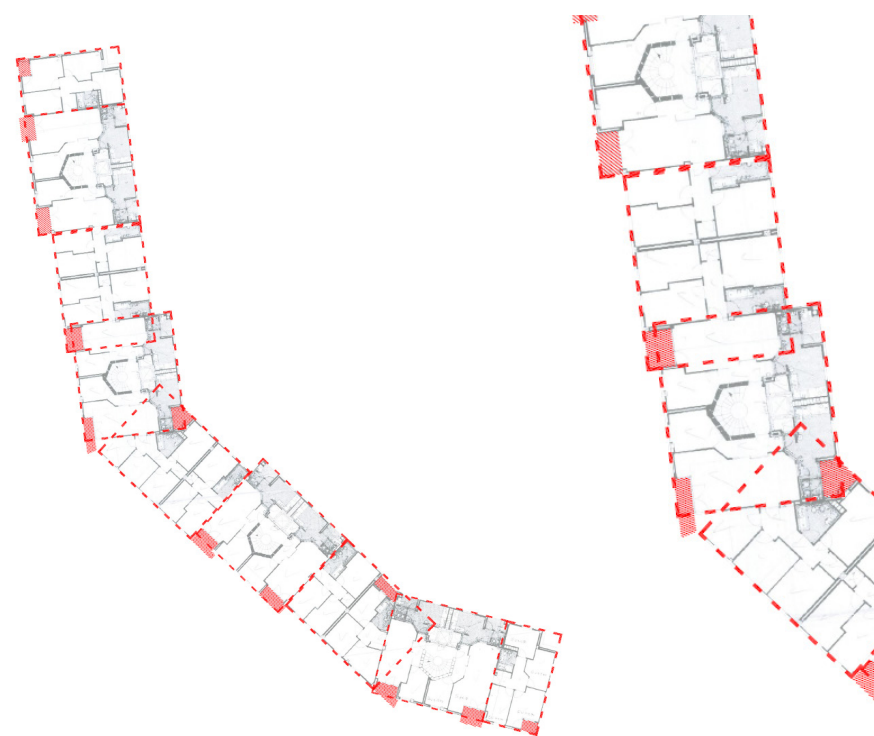
123. Planta parcial de um dos blocos, célula C, Olivais Sul, Bartolomeu Costa Cabral e Nuno Portas (1959)



124. Planta geral da intervenção, destaque da relação entre a volumetria e a exposição solar



125. Esquema comparativo da composição dos blocos e das torres,



126. Bloco central, planta do piso-tipo e planta parcial, destaque das varandas de intersecção das diferentes direcções



127. Esquema comparativo da planta parcial do piso tipo dos blocos C e E da Pasteleira e planta parcial do piso-tipo das torres do Campo do Luso

Contudo, não podemos afirmar que a sua forma não está em íntima relação com a exposição solar a que estão sujeitos cada um dos elementos.

À excepção do bloco central, todos os restantes blocos apresentam nos topos, uma solução idêntica à adoptada nas torres, com uma abertura das fachadas, aumentando o número de espaços interiores bem iluminados, ao mesmo tempo que se verifica a preocupação de posicionar o menor número de edifícios possível numa orientação norte-sul. (fig. 124)

Desta forma, é possível compreender que apesar de estarem muito mais relacionados com o espaço envolvente do que estritamente com a orientação solar dos volumes, os blocos seguem a mesma lógica de composição das torres.

A relação da orientação das fachadas com a luz solar e o posicionamento dos acessos nas fachadas menos iluminadas são exemplos de uma mesma atitude formal. (fig. 125) Contudo, apesar de uma mesma atitude, a solução adoptada nos topos dos blocos da Pasteleira, estabelece uma relação de semelhança mais estreita com a opção tomada para o desenho das fachadas laterais das torres do Campo do Luso. (fig. 127)

No caso dos blocos, além da relação com as vias e com a luz solar é evidente que a dinâmica dos alçados é dada pelo destaque e profundidade dos vários elementos que os compõem. À excepção do bloco central, que mais uma vez apresenta características particulares, a marcação mais evidente em alçado são as caixas de escadas que se destacam relativamente ao alinhamento da fachada, marcando as entradas e evidenciando a verticalidade desses elementos.

Relativamente ao desenho dos alçados, o bloco central apresenta características particulares e distintas dos restantes elementos do Conjunto Habitacional da Pasteleira. De facto, a volumetria do alçado resta da opção formal de sobrepor vários elementos geométricos simples.

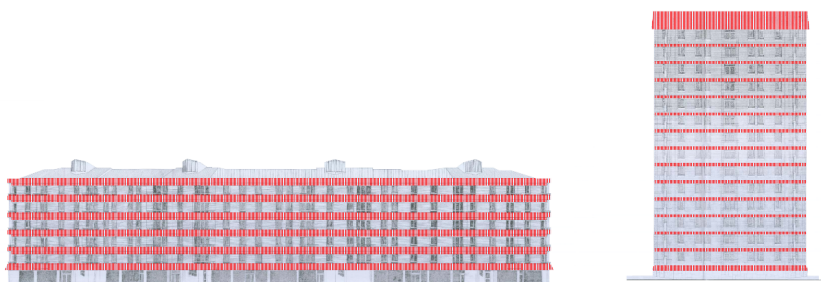
A disposição dos vários elementos resulta em pontos de intersecção de diferentes direcções, que definem a criação de varandas, muito presentes na volumetria do alçado. (fig. 126)



128. Bloco central, alçado principal



129. Bloco A, vista parcial



130. Alçados dos bloco central e das torres

Materiais de revestimento

Tal como já foi referido anteriormente, os materiais de revestimento escolhidos são a característica mais evidente da procura de uma diferenciação entre o bloco central e os restantes blocos. (fig. 128)

A necessidade de se mostrar como um elemento excepcional na composição e a sua posição de interface entre o núcleo de blocos e o espaço mais disperso onde estão dispostas as torres, leva à criação de um elemento que se relaciona todos os restantes elementos do Conjunto Habitacional da Pasteleira.

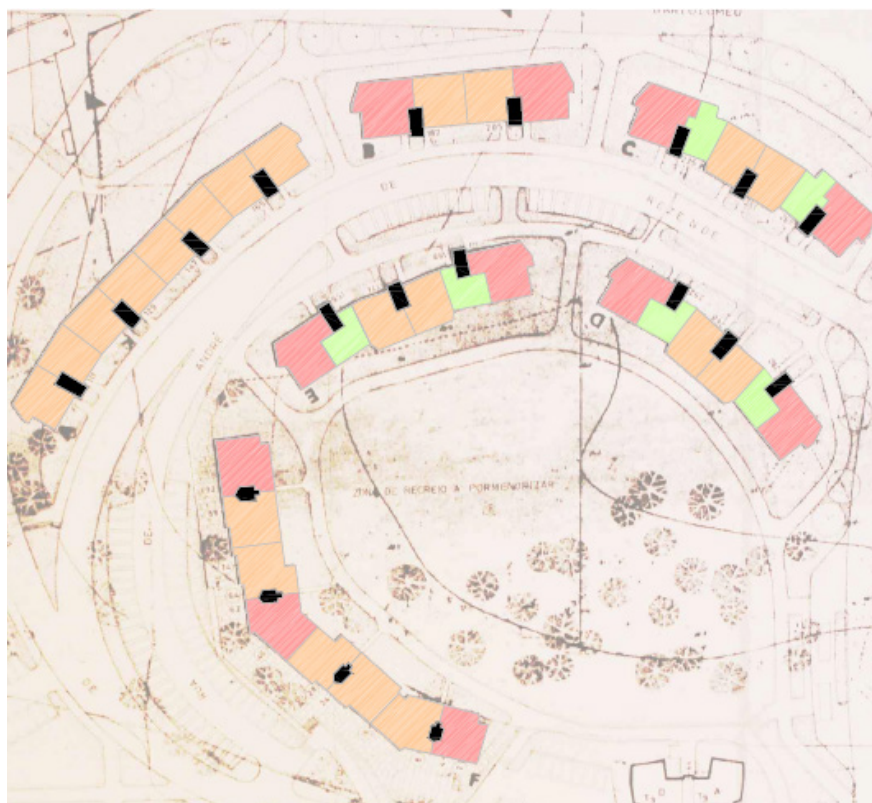
Os restantes blocos destinam todos os pisos à habitação e revestem-se de reboco de cor branca, com o elemento vertical dos acessos e a marcação das varandas num tom mais escuro (fig. 129), estabelecendo uma subtil relação com os elementos de marcação dos pisos, utilizados nas torres e no bloco central.

Essa marcação dos pisos estende-se, no caso do bloco central, à altura das varandas, salientando uma proximidade com os restantes blocos, com uma redução da área revestida a tijolo, em oposição à marcação mais estreita utilizada nas torres. (fig. 130)

Em planta revela-se uma composição contínua entre o bloco central e os restantes blocos, contudo, a evidente relação de proximidade entre o bloco central e as torres é ainda mais clara quando concluímos que o primeiro projecto para as torres da Pasteleira apresentava elementos com cave a cinco pisos, assemelhando-se ainda mais à imagem do bloco e à composição dos seus alçados.

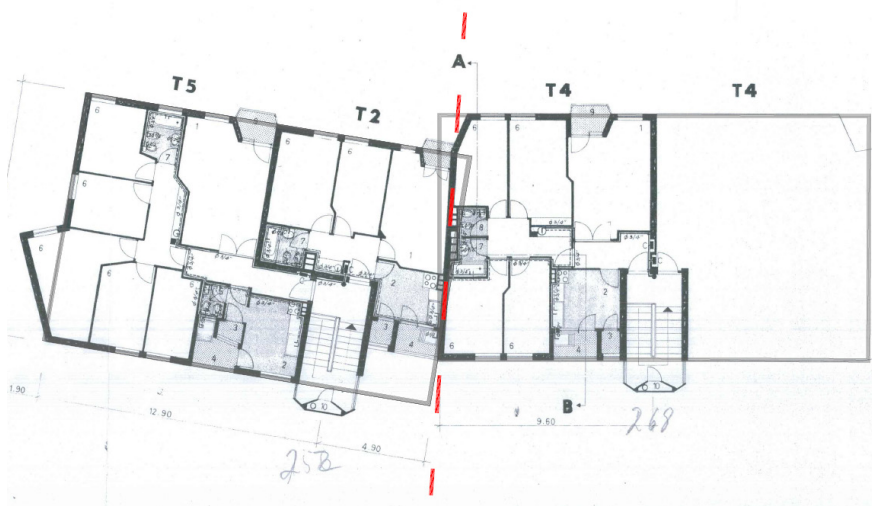
Uma observação geral de todos os elementos permitiria afirmar que os blocos de revestimento predominantemente branco pertenceriam a um bairro distinto relativamente às torres e ao bloco central, no entanto, pequenos apontamentos no desenho dos alçados e na implantação dos elementos, a par de relações encontradas na composição dos vários revestimentos permite compreender a unidade existente em todo o Conjunto Habitacional, apesar de pouco evidente.

O estudo geral da composição leva à hipótese da opção de adoptar dois revestimentos diferentes estar relacionada com o orçamento disponível para a obra, uma vez que o revestimento em tijolo dos restantes elementos é mais dispendioso.



ACESSOS
 T2
 T4
 T5

131. Planta geral da intervenção, destaque da tipologia dos fogos



132. Planta parcial dos blocos D e E, exemplo de uma conjugação de elementos com recurso a uma nova direcção

Composição interior do espaço

Tal como acontece nas restantes características anteriormente apontadas, também a combinação de fogos, os blocos diferem das torres. Nas torres observámos uma combinação igual em todos os elementos, com a tipologia T3 como base, conseguindo a introdução de um T4 por piso como fogo excepcional, que aproveitava um espaço excedente devido à localização da caixa de escadas.

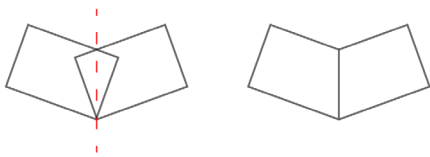
No caso dos blocos, o mesmo não se verifica, uma vez que assistimos a uma maior variedade de combinações e tipologias nos fogos. Através da análise da figura 131 é possível identificar diferentes tipos de combinações.

Por um lado, os blocos B, C e D que apresentam uma composição idêntica de fogos do tipo T2, T3 e T4. Por outro lado, os blocos B e F (bloco central) apenas albergam os fogos de maiores dimensões, com combinações entre T5 e T4, enquanto o bloco A apenas contém a tipologia com quatro quartos.

Apesar de quanto à conjugação de fogos ser possível identificar três categorias distintas, quanto à lógica de agregação apenas se salientarão duas.

Uma vez que os blocos A, B, C, D e E apresentam uma conjugação de fogos por justaposição, considera-se que a variedade de combinações é dada pela necessidade de ter fogos de tipologias diferentes e não por condicionantes compositivas mais restritivas. Deste modo é possível inserir todos estes blocos numa mesma categoria formal.

Nesta categoria, a conjugação de elementos com diferentes direcções, resulta num compromisso entre ambos e na criação de uma separação com uma nova direcção. (figs. 132 e 133)



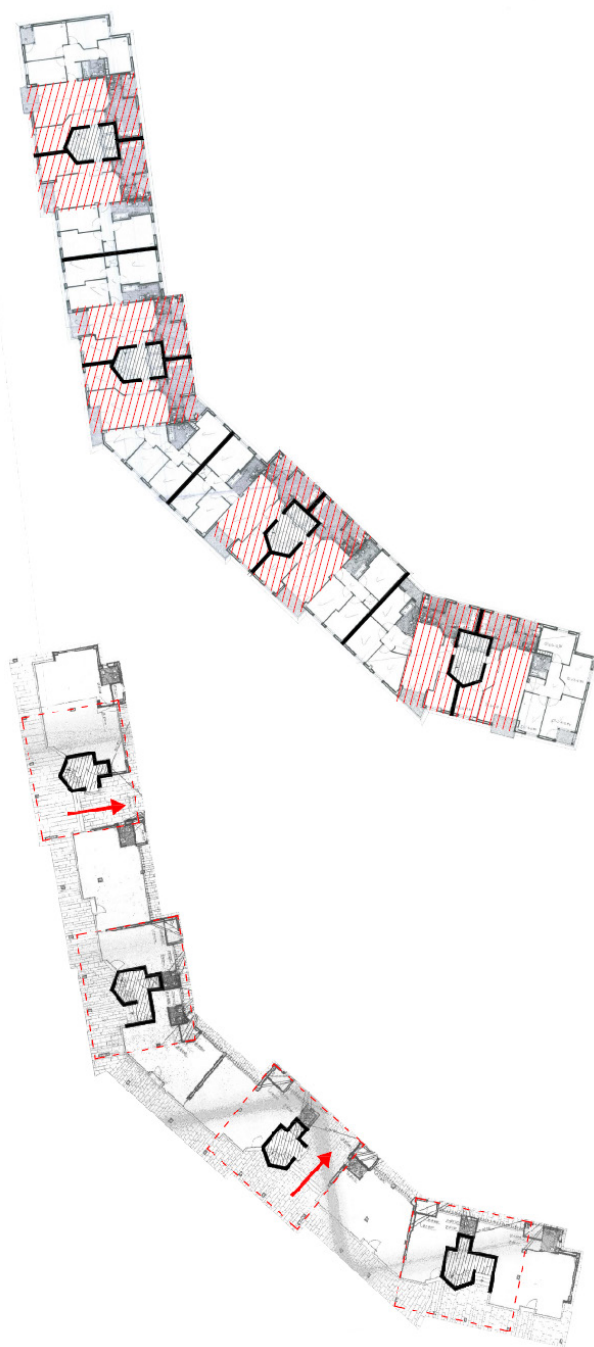
133. Esquema simplificado da conjugação de elementos com recurso a uma nova direcção

Na composição dos blocos é feita com recurso ao sistema de acesso vertical múltiplo, com dois fogos por cada acesso em cada piso, numa conjugação base de dois T4. Numa perspectiva de conseguir uma maior variedade, alguns elementos combinam T2 e T5, ocupando o mesmo espaço e permitindo a existência de fogos de diferentes tamanhos, de forma a serem adequados aos vários agregados familiares que os habitam.

Numa outra categoria insere-se o bloco central, uma vez que a sua lógica de conjugação de elementos, a par das características identificadas anteriormente, difere dos restantes.

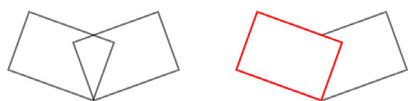


134. Planta parcial do bloco F, exemplo de uma conjugação de elementos com priorização de uma das direcções



135. Plantas do bloco F, piso-tipo e rés-do-chão (respectivamente),

Neste segundo tipo de composição de elementos, perante a mesma situação de integração de duas direcções, um dos elementos sobrepõe-se ao outro, priorizando uma das direcções e valorizando o carácter regular de um dos elementos. (fig.136)



136. Esquema simplificado da conjugação de elementos com priorização de uma das direcções

No bloco F é muito evidente que essa priorização não é feita ao acaso, sendo que os elementos que impõem a sua forma relativamente às restantes compõem o núcleo de acessos verticais e os espaços comuns do fogo (sala, cozinha, etc.)

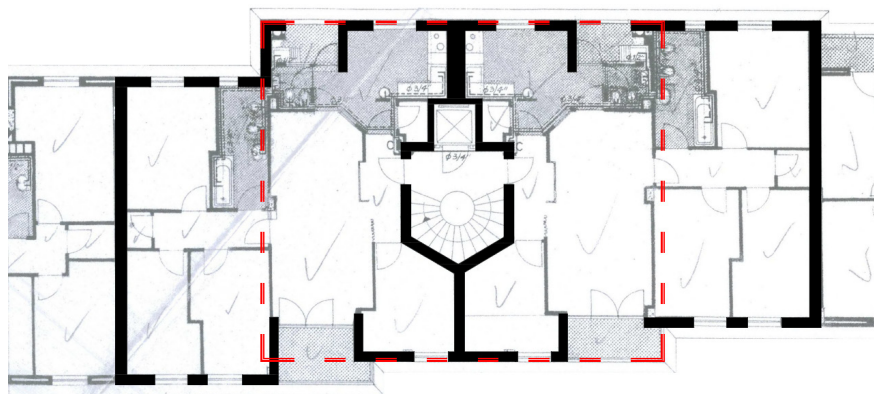
Na figura 134, que ilustra a composição de elementos do bloco F, é evidente que a agregação de módulos é feita mantendo sempre fixo o módulo principal de acessos, que impõe a sua forma às restantes. Deste modo, a adaptabilidade necessária para que o edifício se molde mediante a realidade envolvente é dada pelo ajuste dos espaços exteriores a esse núcleo rígido, que correspondem ao espaço dos quartos.

Uma vez, que o núcleo central de acessos, salas e cozinhas se mantém, também os espaços apresentam uma forma e dimensão muito semelhantes, ao contrário dos quartos, que visto que se inserem nos espaços de torção, adquirem formas e dimensões diversas. Esta característica permite que num mesmo piso, todos os fogos sejam, na realidade, diferentes entre si.

Além de ter influência na forma dos módulos de habitação, os núcleos rígidos centrais são também identificáveis, através da estrutura, no rés-do-chão, ocupado por espaços comerciais e galerias de atravessamento que permitiriam uma ideia de leveza ao volume a par de um melhor usufruto do espaço colectivo central. (fig. 135)

O facto do bloco F ser o único elemento da composição que apresenta um rés-do-chão com estas características está relacionado com o seu posicionamento central e com o facto de a sua implantação significar uma barreira entre o espaço vegetal central e o espaço ocupado pelas torres. Deste modo, a criação de espaços de relação visual e atravessamento físico permitiriam uma maior relação entre os vários espaços do bairro.

A complexidade já apontada na volumetria do edifício, especialmente no tratamento do rés-do-chão e a sua combinação de formas, culmina num tratamento também mais cuidado no seu interior.



137. Bloco F, planta parcial do piso-tipo

O núcleo rígido central alberta, tal como já foi referido, espaços comuns como entrada, sala, cozinha, lavandaria e casa de banho de serviço a par de um espaço denominado com quarto, que se posiciona junto à estrada, afastado dos restantes. (fig. 137)

Esta opção indicia a intenção de desenhar um espaço que poderia adquirir várias funções, nomeadamente a introdução de um escritório ou a extensão da sala num espaço mais reservado. Preocupações funcionais como esta, a par das dimensões mais generosas dos espaços que constituem o bloco F, levam a crer que este elemento terá sido desenhado para famílias com mais rendimentos.

Nos módulos do bloco F é evidente o investimento no pormenor do desenho, com o aproveitamento máximo dos espaços e a diversidade de opções funcionais que estes permitem.

Considerações finais

Numa altura de síntese do trabalho desenvolvido é importante salientar que, tal como havia sido anunciado nos objectivos, o caso de estudo escolhido constituiu um tema sobre o qual não se conhece qualquer trabalho de análise. Desta forma, o produto final adquire maior importância por se tratar de um estudo novo e pouco referido na documentação existente, principalmente quando se debate a arquitectura Moderna em Portugal, em particular na cidade do Porto.

É possível afirmar que, mais do que o estudo de uma obra, foi feito o estudo de uma época de mudanças muito significativas para a arquitectura e para o urbanismo português.

O trabalho de síntese das intervenções na habitação colectiva em Portugal, que antecederam a construção do Conjunto Habitacional das “Torres Vermelhas” da Pasteleira, permitiu uma visão geral do percurso da arquitectura e dos princípios do “habitar em colectivo”. Ao mesmo tempo, permitiu compreender a influência que uma “nova geração” de arquitectos significou nesse mesmo percurso, revisitando algumas das obras mais marcantes.

A compreensão da lógica compositiva identificada no caso de estudo apenas é conseguida com um estudo complementar dos princípios da arquitectura Moderna. Esse estudo permitiu identificar no bairro da Pasteleira, características de uma época de crítica ao Moderno.

Desta época de verdadeira reinterpretação dos ideais da arquitectura Moderna, decorrentes do Congresso de 1948, resultaram intervenções que conjugavam os seus princípios formais com o contexto existente e a tradição construtiva portuguesa.

“as grandes obras de Arquitectura e Urbanismo foram sempre modernas na medida em que traduziram exactamente, isto é, segundo uma relação perfeita, as suas condições envolventes.”¹

¹ TÁVORA, Fernando, Teoria geral da organização do espaço: arquitectura e urbanismo, p.11

No Conjunto Habitacional em estudo é possível afirmar que não estamos perante uma ruptura com a arquitectura Moderna, mas sim perante o “passo seguinte” no seu percurso.

O seu estudo exige uma reflexão, integrando preocupações urbanas e arquitectónicas, numa perspectiva de sucessiva aproximação ao objecto, o bairro, e a cada um dos seus elementos, os edifícios.

Esta análise de aproximação permitiu compreender o conjunto de relações que existem entre os vários elementos que configuram o bairro, mesmo que essas relações possam não ser totalmente perceptíveis numa primeira abordagem. Da mesma forma, foi possível identificar algumas obras anteriores ao Conjunto das “Torres Vermelhas”, também inseridas numa época de crítica ao Moderno, que lhe serviram de referência.

As relações entre elementos, a par da identificação de várias referências Modernas, permitiram compreender o cuidado e a pertinência de desenho com que foi projectado este Conjunto Habitacional.

Preocupações como o estudo da perspectiva, urbana e doméstica, evitando perspectivas directas, criando momentos de transição e descoberta dos espaços, a par do estudo da exposição solar, permitem a análise de vários temas num mesmo espaço.

Espaço esse, de experiências que viriam mais tarde a ser replicadas e reinterpretadas em inúmeros Conjuntos Habitacionais, contribuindo, mais uma vez, para o percurso contínuo que é o estudo da arquitectura.

Referências Bibliográficas

- ANDERSON, Stanford (ed.), *On streets*, Institute for Architecture and Urban Studies, Cambridge, Mass: The MIT Press, 1991
- BACON, Edmund N., *Design of cities*, London: Thames and Hudson, 1992
- BARBOSA, Cassiano, “Nota Prévia” in *ODAM: Organização dos Arquitectos Modernos*, Porto: 1947-1952: Asa, 1972
- CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO, *Plano de Salubridade das “Ilhas” do Porto*, Porto: Câmara Municipal do Porto, 1956
- CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO, *Plano de Melhoramentos para a Cidade do Porto: 1956-1966*, Porto: Câmara Municipal do Porto, 1960
- CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO, *Plano Director da Cidade do Porto*, Porto: Câmara Municipal do Porto, 1962
- CORREIA FERNANDES, Manuel, “Campo do Luso”, in *Porto 1901-2001, Guia de arquitectura moderna*, Ordem dos Arquitectos SRN, Civilização, Porto, 2001
- CAMPOS, Ezequiel de, *Prólogo ao Plano da Cidade do Porto*, Porto: Empresa Industrial Gráfica, 1932
- COSTA, João Pedro, *Bairro de Alvalade: Um paradigma do Urbanismo Português*, Lisboa: Livros Horizonte, Setembro de 2002
- COSTA, Jorge, “Bairros do Estado Novo”, in *Porto 1901-2001, Guia de arquitectura moderna*, Ordem dos Arquitectos SRN, Civilização, Porto, 2001
- CULLEN, Gordon, *Paisagem urbana*, Lisboa: Ed. 70, 1984
- ELEB, Monique, BENDIMÉRAD, Sabri, *Vu de l'intérieur: Habiter un immeuble en île-de-France, 1945-2010*, Paris: Archibooks, 2010
- FERNANDEZ, Sérgio, *Percursos: arquitectura portuguesa 1930-1974*, Porto: Publicações FAUP, Março de 1988
- GONÇALVES, José Fernando, *Edifícios modernos de habitação colectiva, 1948-61: desenho e standard na arquitectura portuguesa*, Barcelona, 2007
- GARRETT, Antão de Almeida, *Plano Regulador da Cidade do Porto*, Porto: Câmara Municipal do Porto, 1952
- GRANDE, Nuno, *Ser urbano nos caminhos de Nuno Portas*, Lisboa: Imprensa Nacional- Casa da Moeda, 2012
- HEITOR, Teresa Valsassina, *Olivais e Chelas: operações urbanísticas de grande escala*, aula 5c, Centro de Estudos em Inovação, Tecnologia e Políticas de Desenvolvimento, IST Mestrado em Eng. de Conceção, História Económica, Tecnologia e Sociedade, 2004
- MENDES, Manuel, *(In) Formar a Modernidade – Arquitecturas Portuenses, 1923-43* Morfologias, Movimentos, Metamorfoses, FAUP, 2002

PEREIRA, Nuno Teotónio, “A situação da arquitectura Portugal” in *Escritos (1947-1996, selecção)*, FAUP, 1996

PEREIRA, Nuno Teotónio, “A Federação de Caixas de Previdência – 1947-1972”, in *Escritos (1947-1996, selecção)*, Porto: FAUP Publicações, 1996

PEREIRA, Nuno Teotónio, “Um testemunho sobre a arquitectura nos anos 50”, in *Escritos (1947-1996, selecção)*, Porto: FAUP Publicações, 1996

PEREIRA, Virgílio Borges, QUEIRÓS, João, *Na modesta cidadezinha, Génese e estruturação de um bairro de casas económicas do Porto [Amial, 1938-2010]*, Porto: Edições Afrontamento, 2012

PORTAS, Nuno, *A habitação social: proposta para metodologia da sua arquitectura*, Porto: FAUP Publicações, 2004

PORTAS, Nuno, *Arquitecturas(s), Teoria e Desenho, Investigação e Projecto*, Porto: FAUP Publicações, 2004

PORTOVEDO LOUSA, António, “Edifícios-Torre”, in *Porto 1901-2001, Guia de arquitectura moderna*, Ordem dos Arquitectos SRN, Civilização, Porto, 2001

RAMOS, Rui J. G., “Pasteleira”, in *Porto 1901-2001, Guia de arquitectura moderna*, Ordem dos Arquitectos SRN, Civilização, Porto, 2001

RAMOS, Rui J. G., *A Casa, Arquitectura e Projecto Doméstico na Primeira Metade do Século XX Português*, Porto: FAUP Publicações, 2010

RAMOS, Rui J. G., *A nossa casa, 44, piso 12, ap.136: dois pontos para outras formas de habitar*, Jornal Arquitectos, 205, Lisboa, 2002

RAMOS, Rui J. G., “Casa Portuguesa” in *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*, 2011

RAMOS, Rui J. G., *A Casa Unifamiliar Burguesa na Arquitectura Portuguesa: a mudança e continuidade no espaço doméstico na primeira metade do século XX*, Dissertação de Doutoramento em Arquitectura apresentada à Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2004

TAVARES, Maria, *HE-FCP: uma perspectiva estratégica [nos anos 50 e 60 em Portugal]*, Grupo FCT Atlas e Casa, Centro de Estudos de Arquitectura e Urbanismo, Porto, 2010;

TAVARES, Maria, *Leituras da produção [moderna] da casa: as HE nos anos 50 e 60 em Portugal*, Resdomus, Grupo FCT Atlas e Casa, Centro de Estudos de Arquitectura e Urbanismo, Porto, 2010; www.resdomus.blogspot.com [2010]

TÁVORA, Fernando, *O Porto e a Arquitectura Moderna*, Panorama, nº 4, 2ª Série. Porto, Outubro 1952

TÁVORA, Fernando, *O problema da casa portuguesa*, Cadernos de Arquitectura, Lisboa, 1947

TÁVORA, Fernando, *Teoria geral da organização do espaço: arquitectura e urbanismo*, Porto: FAUP Publicações, 1993

TOSTÕES, Ana, *Arquitectura Moderna Portuguesa: 1920-1970*, Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico, 2003

TOSTÕES, Ana, *Os verdes anos na Arquitectura Portuguesa dos anos 50*, 2ª Edição, Porto: FAUP Publicações, 1997

TOSTÕES, Ana, "Portugal: la vivienda como laboratorio moderno" in *Registro Docomomo Ibérico 1925-1965: la vivienda moderna*, Barcelona: Fundación Caja de Arquitectos, 2009

TOSTÕES, Ana (ed.), *Arquitectura e Cidadania: Atelier Nuno Teotónio Pereira*, Lisboa: Quimera, 2004

VASCONCELOS, Diana da Silva, *Um bairro Moderno no Porto: O Bairro de Ramalde de Fernando Távora*, Dissertação de Mestrado em Arquitectura apresentada à Faculdade de Arquitectura da Universidade de Porto, 2009

VIANA DE LIMA, Alfredo, "O problema português da Habitação" in *ODAM: Organização dos Arquitectos Modernos*, Porto: 1947-1952: Asa, 1972

[s.n.], "Habitações em Torre em Olivais-Norte" in *Arquitectura*, 3ª série, n.º 110 (Jul-Ago), 1969

[s.n.], "Olivais-Norte" in *Arquitectura*, 3ª série, n.º 81 (Março), 1964

Fontes documentais – Processos de obra:

Arquivo da Câmara Municipal do Porto

IGFSS - Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social

Referências na Internet

LOUREIRO DE MATOS, Fátima, *Os bairros sociais no espaço urbano do Porto: 1901-1956*, <<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223377379T2hXG0aa5Rv09QL3.pdf>> [consultado em 2013/03]

<www.resdomus.blogspot.pt/2011/03/leituras-da-producao-moderna-da-casa-as.html> [consultado em 2012/12]

<www.doportoenaoso.blogspot.pt/2011/02/os-bairros-sociais-no-porto-iv-parte-2.html> [consultado em 2012/12]

<http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=8754> [consultado em 2013/02]

<http://infohabitar.blogspot.pt/2008_02_10_archive.html> [consultado em 2013/02]

Origem das imagens

Capítulo 1: A Habitação colectiva em Portugal (1932 – 1974)

Esquema síntese – Produção própria

1. Prólogo ao Plano da cidade do Porto
2. Foto Alvão IHRU-DGEMN
3. Foto Alvão IHRU-DGEMN
4. Produção própria
5. <www.monumentos.pt>
6. Produção própria
7. Produção própria
8. Produção própria
9. Produção própria
10. Plano Regulador da cidade do Porto
11. Plano Regulador da cidade do Porto
12. Plano Regulador da cidade do Porto
13. Plano Regulador da cidade do Porto
14. Plano Regulador da cidade do Porto
15. Produção própria
16. Produção própria
17. <www.doportoenaoso.blogspot.pt>
18. <www.doportoenaoso.blogspot.pt>
19. <aps-ruasdelisboacomhstria.blogspot.pt/2011/02/rua-marquesa-de-alorna-i.html>
20. Produção própria
21. Produção própria
22. Plano Director da cidade do Porto
23. Plano Director da cidade do Porto
24. Plano Director da cidade do Porto
25. Plano Director da cidade do Porto
26. Plano Director da cidade do Porto
27. Plano Director da cidade do Porto
28. Plano Director da cidade do Porto
29. Plano Director da cidade do Porto
30. Plano Director da cidade do Porto
31. Plano Director da cidade do Porto
32. Plano Director da cidade do Porto
33. <www.casacomum.org>
34. <www.casacomum.org>

35. ODAM, compilado por Cassiano Barbosa ed. ASA 1972
36. GONÇALVES, José Fernando, Edifícios modernos de habitação colectiva, 1948-61: desenho e standard na arquitectura portuguesa
37. Produção própria
38. GONÇALVES, José Fernando, Edifícios modernos de habitação colectiva, 1948-61: desenho e standard na arquitectura portuguesa
39. Produção própria
40. <www.gaiurb.pt/gaiurb_ponte_arrabida.htm>
41. GONÇALVES, José Fernando, Edifícios modernos de habitação colectiva, 1948-61: desenho e standard na arquitectura portuguesa
42. GONÇALVES, José Fernando, Edifícios modernos de habitação colectiva, 1948-61: desenho e standard na arquitectura portuguesa
43. GONÇALVES, José Fernando, Edifícios modernos de habitação colectiva, 1948-61: desenho e standard na arquitectura portuguesa
44. GONÇALVES, José Fernando, Edifícios modernos de habitação colectiva, 1948-61: desenho e standard na arquitectura portuguesa
45. Produção própria
46. Produção própria
47. CORREIA FERNANDES, Manuel, “Campo do Luso”, in Porto 1901-2001, Guia de arquitectura moderna
48. <www.doportoenaoso.blogspot.pt/2011/02/os-bairros-sociais-no-porto-iv-parte-2.html>

Capítulo 2: As “Torres Vermelhas” da Pasteleira (1956 – 2013)

Esquema síntese – Produção própria

49. Arquivo Histórico do Porto
50. <<http://arspblica.blogspot.pt/2011/11/postais-antigos-xi-porto.html>>
51. Produção própria, tendo como base a carta militar de 1948
52. Produção própria, tendo como base a carta militar de 1960
53. Produção própria, tendo como base a carta militar de 1981
54. Produção própria, tendo como base a carta militar de 1999
55. Produção própria
56. <www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=443401>
57. <www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=443401>
58. Produção própria, tendo como base a carta militar de 1981
59. Produção própria
60. Produção própria
61. Produção própria
62. Produção própria
63. Produção própria
64. Produção própria

65. <www.mun.ca/geog/interdisciplinary/harlow/harlow_photosphp?action=view_photo&albumID=505&galleryID=209&photoID=8632>
66. <in3.dem.ist.utl.pt/msc_04history/aula_5_c.pdf>
67. Produção própria, tendo como base desenho do processo de obra do IGFSS
68. Produção própria, tendo como base desenho do processo de obra do IGFSS
69. Desenho do processo de obra do IGFSS
70. <carlosqueirozpt.multiply.com/photos/album/92#photo=1>
71. Produção própria, tendo como base desenho do processo de obra do IGFSS
72. Produção própria, tendo como base desenho do processo de obra do IGFSS
73. Produção própria, tendo como base a imagem de NUNES, João Pedro Silva, *Á escala humana: planeamento urbano e arquitectura de habitação em Olivais sul*, Lisboa 1959 1969
74. TOSTÕES, Ana (ed.), *Arquitectura e Cidadania: Atelier Nuno Teotónio Pereira*
75. TOSTÕES, Ana (ed.), *Arquitectura e Cidadania: Atelier Nuno Teotónio Pereira*
76. TOSTÕES, Ana (ed.), *Arquitectura e Cidadania: Atelier Nuno Teotónio Pereira*
77. NUNES, João Pedro Silva, *Á escala humana: planeamento urbano e arquitectura de habitação em Olivais sul*, Lisboa 1959 1969
78. Produção própria
79. Produção própria
80. Produção própria
81. Produção própria, tendo como base desenho do processo de obra do IGFSS
82. Produção própria, tendo como base desenho do processo de obra do IGFSS
83. Produção própria
84. Produção própria, tendo como base desenho do processo de obra do IGFSS
85. Produção própria, tendo como base imagem de “Olivais-Norte” in *Arquitectura*, 3ª série, n.º 81 (Março), 1964
86. TOSTÕES, Ana (ed.), *Arquitectura e Cidadania: Atelier Nuno Teotónio Pereira*
87. TOSTÕES, Ana (ed.), *Arquitectura e Cidadania: Atelier Nuno Teotónio Pereira*
88. TOSTÕES, Ana (ed.), *Arquitectura e Cidadania: Atelier Nuno Teotónio Pereira*
89. Produção própria, tendo como base desenho do processo de obra do IGFSS
90. Produção própria, tendo como base desenho do processo de obra do IGFSS
91. Produção própria, tendo como base desenho do processo de obra do IGFSS
92. Produção própria
93. Produção própria
94. Produção própria, tendo como base desenho do processo de obra do IGFSS
95. Produção própria, tendo como base desenho do processo de obra do IGFSS
96. Produção própria, tendo como base desenho do processo de obra do IGFSS
97. Produção própria, tendo como base imagem de “Campo do Luso”, in *Porto 1901-2001, Guia de arquitectura moderna*
98. Produção própria, tendo como base imagem de TOSTÕES, Ana (ed.), *Arquitectura e Cidadania: Atelier Nuno Teotónio Pereira*

99. Produção própria, tendo como base desenho do processo de obra do IGFSS
100. Produção própria, tendo como base imagem de “Campo do Luso”, in Porto 1901-2001, Guia de arquitectura moderna
101. Produção própria
102. Produção própria
103. Produção própria
104. Produção própria, tendo como base desenho do processo de obra do IGFSS
105. Desenho do processo de obra do IGFSS
106. Arquitectura Portuguesa, n.º 5
107. Arquitectura Portuguesa, n.º 5
108. Produção própria
109. Produção própria, tendo como base desenho do processo de obra do IGFSS
110. Produção própria, tendo como base desenho do processo de obra do IGFSS
111. Produção própria, tendo como base desenho do processo de obra do IGFSS
112. Produção própria
113. Produção própria
114. Produção própria
115. Produção própria
116. Produção própria
117. Produção própria
118. Produção própria
119. TOSTÕES, Ana (ed.), Arquitectura e Cidadania: Atelier Nuno Teotónio Pereira
120. Produção própria, tendo como base desenho do processo de obra do IGFSS
121. Desenho do processo de obra do IGFSS
122. Produção própria, tendo como base imagem de “Campo do Luso”, in Porto 1901-2001, Guia de arquitectura moderna
123. TOSTÕES, Ana (ed.), Arquitectura e Cidadania: Atelier Nuno Teotónio Pereira
124. Produção própria, tendo como base desenho do processo de obra do IGFSS
125. Produção própria, tendo como base desenho do processo de obra do IGFSS
126. Produção própria, tendo como base desenho do processo de obra do IGFSS
127. Produção própria, tendo como base desenhos do processo de obra do IGFSS e imagem de “Campo do Luso”, in Porto 1901-2001, Guia de arquitectura moderna
128. Produção própria
129. Produção própria
130. Produção própria, tendo como base desenho do processo de obra do IGFSS
131. Produção própria, tendo como base desenho do processo de obra do IGFSS
132. Produção própria, tendo como base desenho do processo de obra do IGFSS
133. Produção própria
134. Produção própria, tendo como base desenho do processo de obra do IGFSS

- 135. Produção própria, tendo como base desenho do processo de obra do IGFSS
- 136. Produção própria
- 137. Produção própria, tendo como base desenho do processo de obra do IGFSS